

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em
Sistemas de Produção Agrícola Familiar



Tese

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS:
uma perspectiva para além da agregação de valor da matéria-prima à
(re)construção de espaços autônomos

Kátia Gislaine Baptista Gomes

Pelotas, 2016

KÁTIA GISLAINE BAPTISTA GOMES

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS:
uma perspectiva para além da agregação de valor da matéria-prima à
(re)construção de espaços autônomos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Conill Gomes

Co-orientador: Prof. Dr. Lúcio Fernandes

Pelotas, 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm CRB - 10/1881

G633a Gomes, Kátia Gislaine Baptista

Agroindústrias familiares rurais: uma perspectiva para além da agregação de valor a matéria-prima a (re)construção de espaços autônomos. / Kátia Gislaine Baptista Gomes; Orientador: Prof. Dr. Mário Conill Gomes. – Pelotas, 2016. 208f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas.

1. Agroindústria Familiar Rural. 2. Autonomia. 3. Perspectiva Orientada ao Ator. I. Gomes, Mário Conill; orient. II. Título.

CDD 305.5

KÁTIA GISLAINE BAPTISTA GOMES

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS:
uma perspectiva para além da agregação de valor da matéria-prima à
(re)construção de espaços autônomos**

**Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em
Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola
Familiar, Faculdade Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.**

Data da Defesa:

Banca examinadora:

Prof. PhD Lúcio André de Oliveira Fernandes (Orientador).
PhD em Development Policy and Management pela University of Manchester

Prof. Dr. Volnei Krause Kohls
Dr. em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Geraldo Wilniewsky
Dr. em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Córdoba, Espanha

Prof^a. Dr^a. Maria Regina Caetano Costa
Dr^a em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*);

Ao meu esposo, filhos, nora e neta;

Aos meus orientadores;

Aos meus irmãos, irmãs, cunhadas,
cunhados, sobrinhos;

Aos agricultores familiares rurais de São
Lourenço do Sul;

E a todos aqueles que me acompanharam
ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais um sonho realizado.

À Universidade Federal de Pelotas, ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, e ao corpo docente altamente comprometido com a temática da agricultura familiar, a todos agradeço o conhecimento compartilhado.

Aos meus orientadores, principalmente ao professor Mário Conill, com quem desenvolvi parte deste estudo antes de seu afastamento para pós-doutorado. O meu muito obrigada por seus ensinamentos e pela amizade que se consolidou.

Ao professor Lucio Fernandes, por ter assumido a orientação a partir desse momento. Pessoa a qual levarei em minhas lembranças eternamente, sempre trazendo boas reflexões, leituras em detalhes, e um amigo que se traduz na saudação por ele utilizada “há braços solidários”.

Aos amigos e colegas do SPAF, quero dizer que levo comigo um pouco de vocês: Patrícia Porto Amaral, Fernanda Novo, Patrícia Martins, Shirley Nascimento Altemburg, Rosemeri Ramos Brochado, Alexandre Meyer, Quelly Almeida, João Henrique de Mello Vieira Rocha, em especial a Jakes Halan de Queiroz Costa por seu apoio, pelos momentos que compartilhamos nossas angústias, pelo aprendizado e amizade desejo a você o que foi nossa palavra de ordem durante o período de doutoramento: SUCESSO.

Aos colegas de trabalho, Maria da Graça Nogueira, Graça Ramos, Tania Elisa Garcia, Dalila Halal, Dalila Müller, Rafael Oliveira e Elvis Martins, agradeço o apoio e carinho.

À Aline Janke, por sua dedicação ao abrir mão de suas horas de convívio com os amigos para acompanhar-me em todas as visitas, desejo a você todo o sucesso do mundo.

Aos agricultores familiares rurais pesquisados, ao extensionista da Emater, ao CAPA, CRESOL, Cooperativa Sul Ecológica, Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Rural – Prefeitura de São Lourenço, Secretaria de Desenvolvimento Rural Estadual, agradeço a todos a oportunidade de conhecer a realidade de cada um e ao tempo que todos dedicaram quando estive coletando os dados de campo, desejo a todos, sucesso.

À minha mãe, Zilda Brisolara Baptista, por seus ensinamentos, valores transmitidos, dedicação e carinho, à que sempre tem uma palavra de conforto nos momentos mais difíceis, o meu eterno reconhecimento por esta mulher guerreira.

Ao meu pai (*in memoriam*), que sei que se estivesse entre nós, estaria na primeira fila assistindo minha defesa de tese e ao final diria apenas:- *Olha a minha guriazinha!*

Aos meus familiares: irmãos, irmãs, a todos os cunhados, cunhadas e sobrinhos, agradeço o carinho e o incentivo.

Aos meus filhos, Carolina Gomes e Diego Gomes, agradeço o carinho, a confiança, o estímulo e o amor. Vocês foram um dos maiores incentivadores para que esse momento se concretizasse. A vida sempre nos proporciona momentos ímpares e eu fui abençoada com um destes, *eu concluindo o doutorado e minha filha em fase inicial de doutoramento*, que sua caminhada seja coroada de êxitos.

À minha nora Aline Ody, por me trazer alegria e hoje fazer parte de nossa família.

À minha neta Marina, companheira inseparável, agradeço por sua existência, amor e carinho.

E, para finalizar, quero agradecer ao meu marido Adalberto de Souza Gomes, meu amor, meu cúmplice e meu porto seguro. Agradeço seu carinho, seu ombro amigo, suas doces palavras e incentivo quando minhas forças se esgotavam. Obrigada por me acompanhar em todos os dias desta jornada, por compreender os momentos nos quais não acompanhei a família, mas quero dizer a você que sempre estarei ao seu lado. E para chegar até aqui precisei de: **Família, Força e Fé.**

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei.

Música: A Estrada
Autoria: Grupo Cidade Negra

GOMES, Kátia Gislaine Baptista. ***Agroindústrias familiares rurais***: uma perspectiva para além da agregação de valor a matéria-prima a (re)construção de espaços autônomos. 2016. 208f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção em Agricultura Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RESUMO

A construção desta tese partiu das reflexões em torno das dificuldades que o agricultor familiar enfrenta ao desenvolver a atividade de processamento de alimentos – agroindustrialização – para fins comerciais. Este se insere em um ambiente forjado por normas, regras e padrões nem sempre favoráveis aos pequenos empreendimentos. Enfrentar um mercado globalizado com poucos recursos financeiros, tecnológicos e com uma produção em pequena escala limita a inserção dessas agroindústrias em ambientes mais competitivos, levando, assim, muitos empreendedores a se manterem na informalidade, a adotar sistema de produção integrado a grandes agroindústrias ou entregar os produtos a atravessadores, tornando-se, dessa forma, um elo fraco da cadeia produtiva. Nesse sentido, o escopo deste trabalho é analisar como os agricultores consolidam agroindústrias e canais de comercialização autônomos para os seus produtos, (re)construindo espaços e desenvolvendo interações com outros atores sociais, governamentais e não governamentais no ambiente em que estão inseridos. Para atingir tal objetivo, buscou-se: (a) compreender o perfil do agricultor familiar que consolida sua agroindústria em um ambiente adverso e as interações na (re)construção de novos espaços e papéis sociais, políticos e econômicos; (b) analisar o papel dos atores e os fatores motivacionais no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias; (c) analisar como os agricultores forjam relações específicas e diferenciadas na construção de canais de comercialização autônomos. Para melhor compreender esse fenômeno, utilizou-se o aporte teórico da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) e a Teoria de Redes, complementando-se com a Nova Sociologia Econômica para melhor compreender a construção social dos mercados. O estudo foi realizado no município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil, em um total de 10 agroindústrias. A pesquisa apresenta como características: o estudo de casos múltiplos, ser exploratório-descritiva e qualitativa. A coleta dos dados empíricos realizou-se mediante entrevista com roteiro semiestruturado e, posteriormente, efetuou-se a análise do conteúdo. Os resultados demonstraram que são nas interações com diferentes atores – sociais/governamentais/não governamentais locais e/ou distantes geograficamente – que estes trocam diferentes recursos – materiais e imateriais –, consolidando estratégias que lhes garantam maior autonomia no desenvolvimento da atividade e na construção de canais de comercialização mais autônomos, o que vem se apresentando positivamente no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas.

Palavras-chave: Agroindústria Familiar Rural. Autonomia. Perspectiva Orientada ao Ator.

GOMES, Kátia Gislaine Baptista. ***Rural family agroindustry***: a perspective beyond adding value to raw material – The (re)construction of autonomous spaces. 2016. 208f. Thesis (PhD) Graduate Program in Production Systems in Family Agriculture. Federal University of Pelotas, Pelotas.

ABSTRACT

The construction of this thesis started from the reflections on the difficulties that family farmers face when developing food processing activity – agroindustrialization – for commercial purposes. They put themselves into an environment wrought by norms, rules and standards that are not always favorable to small businesses. To face a global market with few financial and technological resources, and with a small-scale production limits the insertion of these agribusinesses in more competitive environments, thus leading many entrepreneurs to remain informal, to adopt integrated production system to large agribusinesses or deliver products to middlemen, becoming thus a weak link in the production chain. In this sense, the scope of this paper is to analyze how farmers and agribusinesses consolidate autonomous marketing channels for their products, (re)building spaces and developing interactions with other social, governmental and non-governmental actors in the environment in which they live. To achieve this goal, we sought to: (a) understand the family farmer profile that consolidates its agribusiness in an adverse environment and interactions in the (re)construction of new spaces and social, political and economical roles; (B) analyze the role of actors and motivational factors in the process of consolidation and development of agro-industries; (C) analyze how farmers forge specific and differentiated relationships in the construction of autonomous marketing channels. To better understand this phenomenon, we used the theoretical framework Oriented Perspective to Actor (POA) and Network Theory, complementing with the New Economic Sociology to better understand the social construction of markets. The study was conducted in São Lourenço do Sul / RS- Brazil, in a total of 10 agribusinesses. This research presents the following characteristics: the study of multiple cases, be exploratory, descriptive and qualitative. The collection of empirical data was conducted through interviews with a semi-structured instrument witch was then analyzed with content analysis. The results showed that in interactions with different actors – social / governmental / non-governmental, local and / or geographically distant – that they exchange different resources – material and immaterial – consolidating strategies to guarantee for themselves greater autonomy in the development of their activity and in the construction of more independent marketing channels, which has been performing positively in the survey agro industries consolidation and development process.

Keywords: Rural Family Agribusiness. Autonomy. Actor oriented perspective.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Critérios determinantes das agroindústrias	25
Figura 2: O que representa desenvolvimento no presente estudo	43
Figura 3: Dimensões estrutural e relacional a serem investigadas	59
Figura 4: Distritos de São Lourenço do Sul e agroindústrias	79
Figura 5: Características das agroindústrias investigadas	87
Figura 6: Agroindústria Figueira do Prado.....	89
Figura 7: Produtos da Agroindústria Figueira do Prado	89
Figura 8: Agroindústria Casa da Schimier	91
Figura 9: Produtos da Agroindústria na Feira de SLS	92
Figura 10: Agroindústria da Pomerana.....	93
Figura 11: Produtos da Agroindústria Flaps	94
Figura 12: Agroindústria Flaps	95
Figura 13: Agroindústria Esplanada Agricultura	96
Figura 14: Agroindústria Sisa	97
Figura 15: Agroindústria Maltzanh.....	98
Figura 16: Transporte da Agroindústria Grim Hax	99
Figura 17: Produtos da Agroindústria Grim Hax.....	99
Figura 18: Agroindústria Doce Sabor	100
Figura 19: Agroindústria Doce Sabor	101
Figura 20: Equipamentos e produtos Agroindústria Flaps.....	113
Figura 21: Síntese das dimensões motivacionais	117
Figura 22: Atores governamentais e não governamentais referentes à pesquisa...119	
Figura 23: Principais Redes evidenciadas no contexto empírico	121
Figura 24: Cursos de Boas Práticas de Fabricação	126
Figura 25: Esquema simplificado dos papéis da Emater, SMDR e SDR, e das ações como estratégia de apoio ao processo de mudança	130
Figura 26: Caminho Pomerano	133
Figura 27: Relações de amizade no processo de comercialização	134
Figura 28: A estrutura da Agroindústria na propriedade – casa da família.....	152
Figura 29: Relações de confiança no processo de comercialização	161
Figura 30: Espaço de afirmação e valorização pessoal	164
Figura 31: Inserção nos espaços públicos de desenvolvimento rural – as reuniões	166
Figura 32: A participação das mulheres na arena política.....	167
Figura 33: Participantes do Seminário Estadual da Política da Agroindústria Familiar	168
Figura 34: O empoderamento do espaço político.....	169
Figura 35: (Re)construção dos espaços e os novos papéis.....	170
Figura 36: Instrutoras e formandos do PRONATEC.....	173
Figura 37: Visita técnica na Agroindústria Figueira do Prado.....	174
Figura 38: Participação na Expointer	175
Figura 39: Um espaço conquistado.....	176
Figura 40: Formatura no Curso Superior em Desenvolvimento Rural.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atores governamentais e sociais relevantes na percepção do agricultor .	26
Quadro 2: Capacidades ou recursos necessários no processo de consolidação.....	28
Quadro 3: Categorias de análise adotadas no presente estudo	30
Quadro 4: Redes	31
Quadro 5: Atividades desenvolvidas antes da agroindústria	107
Quadro 6: Recursos públicos no processo de consolidação das agroindústrias.....	111
Quadro 7: Redes	120
Quadro 8: Participação dos empreendedores em redes de construção social	131
Quadro 9: Pessoas da família como parte integrante da força de trabalho nas agroindústrias.....	144
Quadro 10: Origem e aquisição da matéria-prima.....	148
Quadro 11: Canais de comercialização e as agroindústrias SLS (continua).....	156
Quadro 12: Agroindústrias investigadas, por ano de criação, tempo dedicado à atuação informal e principais produtos elaborados.	158
Quadro 13: Participação dos agricultores (homens) em diferentes espaços de promoção das agroindústrias	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População dos municípios do COREDE SUL – 2010.....	78
Tabela 2: Localização geográfica das agroindústrias investigadas.....	80
Tabela 3: Indicadores econômicos de São Lourenço do Sul e municípios vizinhos..	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFR	Agroindústria Familiar Rural
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário
DACA	Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento
EFR	Empreendedor Familiar Rural
FEAPERS	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAF/RS	Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SMDR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
SPGS	Sistemas Participativos de Garantia Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo geral	21
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1.3.1 Classificação da pesquisa	22
1.3.2 Dimensões de análise e tratamento dos dados	27
2 O MARCO TEÓRICO DA PESQUISA	33
2.1 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: CONTEXTO TEÓRICO E CARACTERIZAÇÃO	35
2.2 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR	40
2.2.1 O conceito de Ator	46
2.2.2 Capacidade de Agência: como estratégia de mudança	49
2.2.3 Arena, Domínios, Campos Sociais e Relacionais	52
2.3 ENTENDENDO O QUE SÃO REDES	55
2.3.1 A Dimensão estrutural das redes	57
2.3.1.1 Conectividade ou nó	59
2.3.1.2 Laços fortes	60
2.3.1.3 Laços fracos	61
2.3.2 Centralidade na rede	62
2.3.2.1 Centralidade da informação	63
2.3.2.2 Densidade na rede	64
2.4 DIMENSÃO RELACIONAL DAS REDES	66
2.4.1 Diversidade de papéis	66
2.4.2 Conteúdo transacionado	67
3 CONTEXTO EMPÍRICO	71
3.1 COLÔNIA SÃO LOURENÇO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	71
3.2 O ROMPIMENTO: AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA A PARTIR DOS ATORES	73
3.3 O MUNICÍPIO: LOCALIZAÇÃO, CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO	77
3.3.1 O contexto social do município de São Lourenço do Sul	82
3.3.2 Contexto econômico	82
4 AGROINDÚSTRIAS COMO ESTRATÉGIA DE MUDANÇA	86
4.1 AGROINDÚSTRIAS, FATORES E ATORES MOTIVACIONAIS	86
4.1.1 As agroindústrias	86
4.1.1.1 Agroindústria Figueira do Prado	88
4.1.1.2 Agroindústria Casa da Schimier	90
4.1.1.3 Agroindústria Klasen	92
4.1.1.4 Agroindústria da Pomerana	93
4.1.1.5 Agroindústria Flaps	94
4.1.1.6 Agroindústria Esplanada Agricultura	95
4.1.1.7 Agroindústria Sisa	97
4.1.1.8 Agroindústria Maltzanh	98
4.1.1.9 Agroindústria Grim Hax	98

4.1.1.10 Agroindústria Doce Sabor	100
4.1.2 Fatores motivacionais.....	102
4.1.2.1 Políticas de Crédito Agrícola	109
4.1.2.2 Políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar	115
5 REDES, ESTRUTURA, CONEXÕES E CONTEÚDO TRANSACIONADO	118
5.1 REDES GOVERNAMENTAIS	121
5.2 REDES NÃO GOVERNAMENTAIS	131
5.3 REDES SOCIAIS	142
5.4 REDES SOCIAIS E AS RELAÇÕES EM TORNO DA MATÉRIA-PRIMA	146
5.5 O PAPEL DA FAMÍLIA	151
5.6 A CONFIANÇA E CREDIBILIDADE DO CONSUMIDOR	154
6 AGRICULTORES FAMILIARES RURAIS: CARACTERÍSTICAS DO ATOR SOCIAL, A (RE)CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS E OS NOVOS PAPÉIS	163
6.1 O RESPONSÁVEL PELA AGROINDÚSTRIA	163
6.2 ESPAÇOS SOCIAIS: OS NOVOS PAPÉIS E AS MUDANÇAS	170
6.3 MERCADOS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	175
6.4 CAPACIDADES ADQUIRIDAS FORMAIS	179
6.5 A BUSCA POR INFORMAÇÕES: OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA	182
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
8 REFERÊNCIAS.....	193
APÊNDICES	205
ANEXOS	207

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo está inserido em uma das linhas de pesquisa do Programa de Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – *desenvolvimento rural sustentável* – e busca melhor compreender a dinâmica dos processos que afetam a agricultura familiar.

A caminhada percorrida como doutoranda remeteu-nos, em um primeiro momento, à realização das disciplinas as quais compõem a grade curricular. Momento esse imprescindível à construção, e, porque não, à desconstrução sobre o que se considerava ser desenvolvimento rural ou agricultura familiar. E foram as leituras que possibilitaram construir um olhar mais crítico, questionador sobre os problemas enfrentados pelo agricultor familiar rural e as respostas que este constrói como forma de sobrevivência e, assim, entendeu-se que as respostas estariam fora dos muros da Universidade.

Deste modo, para melhor orientar a caminhada, formulou-se uma agenda de participação em eventos que tratassem do tema agricultura familiar. No período compreendido entre 2012 e 2015 participou-se de seminários e simpósios-palestras. Estes realizados em diferentes localidades – Pelotas, Porto Alegre e São Lourenço do Sul – e promovidos por distintas instituições – Universidade Federal de Pelotas, Embrapa, Governo do Estado, Prefeitura de São Lourenço –, espaços que proporcionaram maior aproximação entre o pesquisador e os agricultores, os quais se tornariam objeto de estudo.

Mediante a aproximação e o respaldo teórico ampliou-se o interesse em compreender o rural contemporâneo, lançando-se um olhar às agroindústrias familiares rurais. A escolha por este tipo de empreendimento se justifica por estas desempenharem um papel importante na economia do país, como geradoras de renda e emprego, entretanto, o cenário que se apresenta ainda é um ambiente hostil, forjado por normas, regras e padrões para atender às grandes agroindústrias. Desta forma, sobreviver às adversidades impostas exige a construção de estratégias, que para o agricultor familiar vai além da competitividade mercantil, inserindo-se na dinâmica da preservação da unidade produtiva familiar, na manutenção da família no meio rural e na preservação da identidade sociocultural. Assim, considerou-se necessário compreender e explorar empiricamente este universo, as interações que se realizam entre os diferentes atores, as estratégias

que se consolidam em busca de autonomia – como forma de enfrentamento ao ambiente não favorável – e a influência no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas.

A presente tese foi organizada em capítulos, o primeiro apresenta um cenário o qual se denominou de problema de pesquisa, contendo os objetivos as hipóteses, justificativa e relevância do estudo.

O segundo capítulo comporta a revisão de literatura, em que se traz alguns estudos que focaram seus esforços na compreensão das agroindústrias familiares rurais. Descreve-se a base teórica da Perspectiva Orientada ao Ator (POA), complementando-se com a Teoria de Redes, e os conceitos de ator, capacidade de agência e arena. E de forma transversal, a Nova Sociologia Econômica permite lançar um olhar aos mercados.

No capítulo três analisa-se o contexto empírico, localizando o município geograficamente e apresentando os dados socioeconômicos da região investigada.

No capítulo seguinte, analisam-se as agroindústrias, as interações, os fatores e atores motivacionais no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Na sequência, o capítulo cinco volta-se às redes, às conexões, ao conteúdo transacionado e à influência na consolidação das agroindústrias e canais de comercialização mais autônomos.

O capítulo seis é dedicado a compreender quem é este ator que consolida sua agroindústria em um ambiente adverso, (re)construindo espaços e assumindo novos papéis no desenvolvimento rural. E por fim, o capítulo sete traz as considerações finais deste estudo.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Ao longo dos anos da história agrícola brasileira, e diante de um modelo de desenvolvimento capitalista, os produtores familiares rurais ficaram expostos a diversos desafios. A década de 50 delineou o modelo de desenvolvimento, baseado na produção de grãos e uso de elevada tecnologia, como forma de garantir renda e desenvolvimento. Neste percurso, em nome da modernização da agricultura no país, foram disponibilizados crédito agrícola, serviços de extensão rural e de pesquisa agropecuária, desenhando-se um cenário em nome da modernização da agricultura,

com políticas de créditos destinadas a custear a lavoura, à aquisição de máquinas, equipamentos, insumos-adubos, à transferência de tecnologia e à assistência técnica. Entretanto, essas medidas não obtiveram um caráter homogêneo e igualitário na forma de acesso, ou seja, pouco contribuíram com o agricultor familiar (GRISA, 2012). O privilégio foi para poucos, e mesmo àqueles que tiveram acesso a tais recursos, não lhes foi garantido o êxito no desenvolvimento das atividades agrícolas.

A partir da referida década, o Estado esteve à frente como agente principal de quaisquer propostas de desenvolvimento rural, sendo este fato evidenciado nas intervenções planejadas, apoiadas em estratégias preestabelecidas. Uma das grandes críticas estabelecidas às intervenções planejadas governamentais, é que se traz para o centro das discussões os resultados e não os atores (LONG, 2001). Esta maneira de pensar o desenvolvimento rural considera o agricultor de forma homogênea, em uma lógica operacional que contemple os projetos governamentais e as políticas públicas e não as especificidades dos diferentes agricultores, das diferentes agriculturas (NAVARRO, 2001; GRISA, 2012).

Frente a esta lógica operacional, a década de noventa foi marcada por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas. Evidencia-se neste período a abertura e desregulação do mercado, favorecendo a entrada de empresas, produtos, e capital estrangeiro, proporcionando assim, uma forte instabilidade para os diversos setores produtivos, incluindo o setor agrícola, particularmente na agricultura familiar. Em relação aos problemas vividos pelo agricultor, Wilkinson (2008) faz referências à inserção deste nos mercados, o que é corroborado em Mior (2005), ao ressaltar que a comercialização dos produtos *in natura* limita o acesso do agricultor a diferentes mercados, tanto pela deficiência nas formas de armazenamento, transporte, sazonalidade dos produtos, intempéries climáticas e/ou pelos baixos preços praticados pelo mercado, devido ao baixo valor agregado ao produto *in natura*.

E assim, como forma de agregar valor à matéria-prima, surge então, a possibilidade de processamento e industrialização de seus produtos para fins comerciais. Neste sentido, os alimentos – que historicamente foram processados na cozinha das casas para o autoconsumo e subsistência da família – são apontados como uma forma de agregar valor à matéria-prima, oportunidade de geração de renda e fortalecimento da unidade de produção familiar (MIOR, 2005), possibilitando

ao agricultor se apropriar de uma fatia do bolo antes não acessada, quando o produto era comercializado sem processamento, sem valor agregado (MIOR, 2005).

Deste modo, a busca por solução a esses problemas compeliram ao desenvolvimento de outras atividades não eminentemente agrícola, confirmando a multifuncionalidade¹ no desenvolvimento das atividades. Entretanto, ao desenvolver a atividade de industrialização de seus produtos para fins comerciais, o agricultor familiar enfrenta severas restrições, algumas intrínsecas ao desenvolvimento da atividade e outras extrínsecas, atribuídas ao ambiente institucional. Em muitos casos, este desconhece o desenvolvimento da atividade agroindustrial como negócio, incluindo formas de inserção em diferentes mercados, controle da produção e comercialização dos seus produtos. Assim, as dificuldades tendem a aumentar à medida que as agroindústrias familiares rurais ampliam seus mercados, necessitando alargar sua escala produtiva e enfrentar o chamado império alimentar (PLOEG, 2008), onde as sanções não são mais de ordem social, mas mercantil, impessoal e institucionalizada.

Diante destas constatações, evidencia-se que as agroindústrias passam a inserir-se em um ambiente institucional, modelado por regras, padrões e normas, não obstante sejam elas locais ou globais, vinculadas a um dado setor produtivo e à segurança alimentar (NIEDERLY, 2011). Assim, o que surge como uma oportunidade de renda e permanência do agricultor no campo passa a ser ameaçado por um conjunto de fatores, sejam eles econômicos, adaptativos e/ou de atendimento a regras e normas. Quanto a este ambiente institucional, cabe dizer que ele foi pouco explorado enquanto as famílias processavam os alimentos para o autoconsumo ou atendimento aos mercados locais e informais.

Dentro do contexto brasileiro que se apresentava, o Rio Grande do Sul, a partir da metade do século XX, sofre com as consequências das mudanças ocorridas no ambiente institucional dos sistemas agroindustriais, das políticas econômicas e agrícolas que hora se apresentavam. O não favorecimento aos agricultores familiares deu início a um processo de enfraquecimento das

¹ Na multifuncionalidade, o papel exercido pelo agricultor não se limita à produção primária, ou seja, à produção de alimentos e de matérias-primas, ela se caracteriza na reprodução socioeconômica da família rural, envolvendo a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, na sustentabilidade da atividade agrícola, na proteção do meio ambiente e na manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território (CARNEIRO; MALUF, 2003).

agroindústrias familiares rurais. O que não foi diferente no Município de São Lourenço do Sul. A partir da década de 50 instala-se na região a crise decorrente da conjuntura que assola o país, agravando-se ao longo do tempo, levando o município de fortes tradições agrícolas a sérios problemas de ordem econômica, atingindo diretamente as famílias do meio rural e urbano.

Deste modo, a década de 1980 e início da década de 1990 se apresentam como um momento de precariedade econômica e vulnerabilidade social, atingindo principalmente as famílias do meio rural. Neste momento de crise econômica são abertos espaços de disputa e inserção de forças externas, neste caso, em específico, a indústria fumageira busca no produtor rural sua força de trabalho, propondo assim uma nova dinâmica ao local, o sistema de produção integrada. E assim, foram liberados créditos para construção de estufas de secagem e apoio técnico para o plantio. Tais acontecimentos levaram muitos produtores a deixarem ou reduzirem os cultivos tradicionais da região (batata, milho, cebola e frutas), estimulando a inserção do plantio de tabaco na propriedade, como estratégia de reversão às dificuldades econômicas e à possibilidade de exclusão do campo, vividas na região neste período (DIETRICH, 2011).

Se, por um lado, a produção integrada minimizou os problemas econômicos dos agricultores e da região, por outro, tornou-se um processo limitante no desenvolvimento de atividades mais autônomas por parte do agricultor. Isto porque, nesta forma de produção, o agricultor assume o papel de produtor de matéria-prima para grandes indústrias, descaracterizando aquele produtor rural com autonomia, mesmo que restrita, mas com poder de decisão e interferência em suas atividades. Nessa perspectiva remodelam-se os espaços sociais, econômicos e estruturais de uma região de forte tradição agrícola.

É neste contexto que as agroindústrias investidas estão imersas, em um município de fortes características de produção integrada à grande indústria como o caso do tabaco e do arroz. Entretanto, mesmo diante de um ambiente adverso, encontrou-se na região um grupo de agricultores que não adotaram ou voltaram-se à produção integrada, ou seja, consolidaram suas agroindústrias e saíram da informalidade, contrariando toda uma lógica capitalista de que o agricultor familiar não sobreviveria frente a grandes indústrias, tornando-se apenas um fornecedor de matéria-prima. Para tanto, entender as especificidades, a força e a sobrevivência do agricultor familiar é algo que não se traduz por meio da teoria econômica clássica.

Tomando como base o ambiente em que as agroindústrias pesquisadas estão imersas, a presente tese centrou sua atenção na compreensão do *modus operandi* dos agricultores familiares e dos diferentes atores, em suas interações, e objetiva responder a seguinte questão: **em que medida os agricultores familiares consolidam agroindústrias e canais de comercialização autônomos, (re)construindo espaços e desenvolvendo interações com outros atores – sociais, governamentais e não governamentais – no ambiente em que estão inseridos?**

Com base no problema investigativo, de maneira mais específica, as perguntas estruturantes foram:

- a) Quais os fatores motivacionais dos agricultores no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em um ambiente adverso?
- b) Qual o papel dos diferentes atores no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias e na construção de canais de comercialização autônomos?
- c) A apropriação da agroindústria e a (re)construção de espaços e papéis difere em relação ao gênero?

Espera-se que as respostas aos questionamentos propostos possibilitem o melhor entendimento de como os diferentes atores, locais e de proximidade, se relacionam e contribuem com a consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em estudo. Em que se na busca de descortinar e compreender os processos motivacionais, os atores e as interações que influenciaram e contribuíram com o processo de autonomia no desenvolvimento da atividade e consolidação das agroindústrias em um ambiente não favorável.

Com base nas argumentações teóricas e do estudo empírico espera-se contribuir com a academia ampliando os estudos já realizados sobre o tema e fornecendo dados que possam servir de base a outras pesquisas.

Em um contexto macro, almeja-se que os resultados possibilitem reflexões que possam servir ao poder público e aos diferentes agentes e atores sobre os processos de desenvolvimento das agroindústrias e sua efetivação diante de diferentes interesses, sejam eles de ordem econômica, política e social, podendo-se assim contribuir com as políticas públicas vigentes e futuras.

Em nível local (SLS), espera-se que os resultados dessa pesquisa forneçam informações de forma a compreender como os diferentes atores locais se articulam em busca de solução aos problemas comuns e que se possa evidenciar a contribuição das forças endógenas no processo de consolidação das agroindústrias pesquisadas, assim como, em nível micro, apresentar também resultados aos agricultores familiares que compõem a amostra.

Esta pesquisa apoia-se em duas bases teóricas: a Nova Sociologia Econômica – utilizando-se das reflexões de Granovetter (1983) para melhor compreender as redes que se consolidam em torno das agroindústrias e a influência em torno do processo de consolidação – e a perspectiva relacional de ator e rede como capacidade de agência – preconizada nos estudos de Long e Ploeg (1994), para melhor compreender: como os diferentes atores se relacionam; como são produzidas, reproduzidas, consolidadas e transformadas as mudanças; e o que permite identificar os processos sociais envolvidos, os atores e suas interações “em” e “com” diferentes redes, e não meramente os resultados estruturais e mercadológicos que envolvem as agroindústrias.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender como os agricultores consolidam as agroindústrias e os canais de comercialização autônomos, (re)construindo espaços, desenvolvendo interações com outros atores, sociais, governamentais e não governamentais, no ambiente em que estão inseridos.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Verificar os fatores motivacionais e o papel dos atores no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em um ambiente adverso;
- b) Pesquisar com quem os agricultores interagem e o papel dos diferentes atores no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, bem como a construção de canais de comercialização autônomos;

- c) Compreender se a apropriação da agroindústria e a (re)construção de espaços e papéis diferem em relação ao gênero;

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este subtítulo tem por objetivo apresentar e detalhar os procedimentos metodológicos adotados na realização do presente estudo. Ao definir a metodologia, segundo Minayo (2003), o pesquisador está optando por um conjunto de técnicas a ser adotada para analisar uma realidade, um experimento ou mesmo uma revisão bibliográfica.

1.3.1 Classificação da pesquisa

Existem inúmeras maneiras de se realizar uma pesquisa, quanto a sua natureza os estudos se classificam como qualitativos, quantitativos e quali-quantitativos. Quanto à delimitação da natureza e os objetivos desse trabalho o remetem, naturalmente, para uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objetivo de estudo. O ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados e análise de fenômenos considerados complexos, o que requer do pesquisador a capacidade de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria existente (MICHEL, 2009).

Os estudos qualitativos, ao contrário dos quantitativos, se ocupam em discutir e entender questões amplas, que vão aos poucos sendo decifradas na medida em que os trabalhos avançam.

A palavra qualitativa implica:

[...] uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. [...] ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação (DENZIN, 2006, p.23).

A partir destas considerações, evidencia-se que a abordagem qualitativa é a mais adequada ao presente estudo, pois o mesmo busca desvendar questões mais

subjetivas que se manifestam em fenômenos complexos, como no caso das agroindústrias em estudo. Portanto, neste tipo de pesquisa é possível analisar em profundidade as correlações e as relações sociais, e as interações que se estabelecem entre os diferentes atores e agentes que compõem o universo empírico em estudo, que segundo Minayo (2001) proporciona o entendimento de questões mais particulares, onde termos e respostas dadas, carregados de valores, crenças e hábitos são construídos mediante as interações sociais, características estas que são identificadas mediante a utilização do método de estudo de caso ou casos múltiplos.

O estudo de casos múltiplos possibilita investigar cientificamente um fenômeno contemporâneo, dentro do contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (GIL, 2009). De acordo com Yin (2005), a essência de um estudo de caso ou casos múltiplos é sua busca em esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões, os motivos pelos quais foram tomadas, como foram implementadas e quais resultados obtidos.

Mediante as argumentações teóricas, em relação ao número de casos, o presente estudo será classificado como casos múltiplos. Para tanto, tomou-se como base que cada agroindústria investigada, apesar de estar no mesmo município (São Lourenço dos Sul), tem sua essência e características próprias. Optou-se, então, por não limitar o estudo a uma cadeia produtiva. Assim, a amostra é composta por agroindústrias regidas por normas e regras específicas (origem animal e origem vegetal). Desta forma, em nenhum momento o foco do estudo voltou-se ao atendimento a padrões legais inerentes a cada cadeia. Mas, sim, busca-se, a compreensão das relações entre os atores, as redes que se consolidam, e como estas impactam na consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Desta forma, o fenômeno que se quer estudar são as interações entre os atores. E assim, buscam-se respostas à forma de comportamento dos agricultores quando inseridos em um ambiente similar, mas não homogêneo.

Quanto à classificação da pesquisa, em relação aos seus fins, trata-se de um estudo exploratório – descritivo e explicativo. A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a explicitá-lo ou a construção de hipóteses. Neste estudo, o contexto exploratório se deu em dois momentos: o primeiro envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas

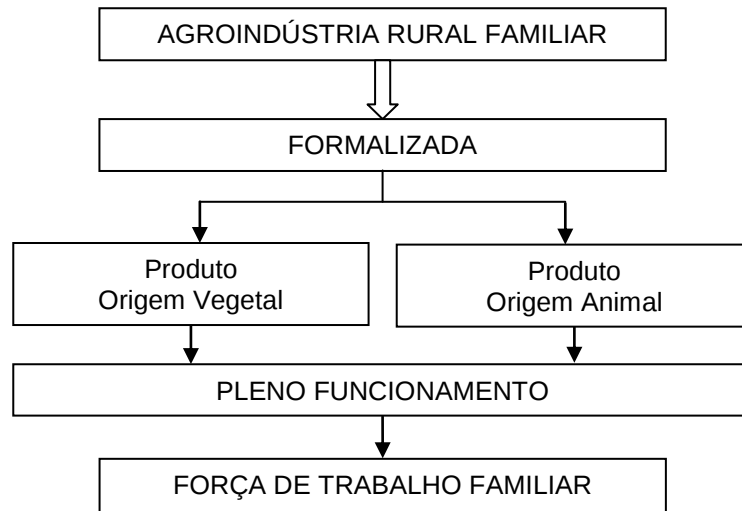
que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão do tema em estudo (GIL, 2009). No segundo momento, buscou-se compreender o universo em estudo, ou seja, conhecer o município e organizar lista das agroindústrias existentes. Para tanto, foram consultados dados secundários, nos arquivos da Emater e da Prefeitura, de forma a identificar e localizar as agroindústrias formalizadas.

Ressalta-se que no período de realização da coleta de campo, o cadastro era composto por 30 agroindústrias e, dentre estas, 13 estavam formalizadas. A partir destes dados foram definidos os critérios de seleção dos casos que comporiam a amostra, sendo a ela caracterizada como intencional, segundo a qual o pesquisador seleciona os entrevistados de acordo com um conjunto de critérios relevantes, os quais podem mudar de uma pesquisa para outra, de acordo com os objetivos do pesquisador (YIN, 2010).

Desta forma, no presente estudo, optou-se por agroindústrias com características de base familiar na gestão do empreendimento e individuais. Para tanto, não se inserem na amostragem as agroindústrias cuja organização é coletiva (cooperativa), por tratar-se esta de uma forma de organização com características peculiares. Outro critério observado foi o de se trabalhar somente com as legalizadas, ou como se prefere denominar, neste estudo, de formalizadas, em pleno funcionamento no período da coleta dos dados. A opção de não se trabalhar com as informais (não legalizadas) tem por base a busca à compreensão de quais política públicas de crédito e mercados institucionais estas se inserem, portanto, estar formalizada é o princípio básico.

Outro critério considerado relevante na escolha das agroindústrias refere-se à força de trabalho. Buscaram-se agroindústrias em que predominasse a força de trabalho familiar, podendo ter contratações em tempo integral ou parcial, não superior ao número de membros da família. E por fim, foi observada a utilização ou não do apoio das políticas públicas. A Figura 1 descreve os critérios determinantes das agroindústrias em estudo:

Figura 1: Critérios determinantes das agroindústrias



A partir destas definições, se fez necessária a realização de uma segunda etapa: identificar quais agroindústrias atendiam aos critérios de composição da amostra. Neste caso, de posse da relação delas, duas foram desconsideradas, pois não se inseriram nos critérios estabelecidos. Ponderou-se que uma se encontra organizada em forma de gestão coletiva (cooperativa) e na outra a força de trabalho contratada é superior ao número de membros da família. Em uma terceira agroindústria, apesar de atender aos critérios, no período dedicado às entrevistas, não foi possível estabelecer contato em decorrência de compromissos do agricultor familiar.

Com base no exposto, a amostra foi composta de 10 agroindústrias familiares, e tendo por base os objetivos propostos, outros atores foram entrevistados na busca da compreensão dos nós, das interações. Este estudo, de forma a não ser tendencioso na escolha dos outros atores que interagiram com os agricultores familiares pesquisados, os definiu *a posteriori*, ou seja, de posse das entrevistas, buscou-se evidenciar quais outros atores se apresentaram na fala dos agricultores, o que resultou em dois grupos, os considerados como atores governamentais e os não governamentais, conforme descritos no Quadro 1.

Quadro 1: Atores governamentais e sociais relevantes na percepção do agricultor

Governamentais	Emater; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR); Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), mais especificamente o Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA).
Não Governamentais	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA); a Cooperativa Sul Ecológica, Economia Solidária; a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário (CRESOL); e o Caminho Pomerano.

De forma complementar, fez-se uso do diário de campo – desde o período exploratório até o término das entrevistas. Portanto, foram feitos registros dos eventos públicos do período exploratório, das conversas com os atores sociais e institucionais, o que possibilitou construir, ao longo dos eventos, anotações com riquezas de detalhes, as quais foram imprescindíveis no momento da análise dos dados.

Quanto à forma de coleta dos dados empíricos, elaborou-se entrevista com base em um roteiro (vide Apêndice A) contendo questões abertas e fechadas, com o propósito de possibilitar aos entrevistados uma maior opção de possíveis respostas e ao pesquisador ir além da coleta de dados, buscando nas entrelinhas as expressões e sentimentos que só são perceptíveis mediante a entrevista, onde pesquisador e respondente encontram-se próximos, face a face.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014 e janeiro e fevereiro de 2015. Sempre que possível foram realizadas na residência dos agricultores ou na própria agroindústria, o que possibilitou o acompanhamento da produção e degustação de produtos. Somente um agricultor solicitou ser entrevistado na feira, o que impossibilitou um maior contato e conhecimento das dependências do empreendimento, fato este que apesar de limitador não desqualificou a coleta dos dados.

De forma a registrar e não perder dados importantes, solicitou-se aos agricultores autorização para gravar as entrevistas, o que permitiu no momento da transcrição identificar, na fala dos mesmos, riquezas de detalhes manifestos nas entrelinhas e não perceptíveis no momento da entrevista, permitindo assim compreender elementos subjetivos, os quais não se revelam em documentos e que são caracterizados no simbolismo manifesto nas angústias, certezas, incertezas e gratidões descritas nas falas. Solicitou-se também citar o nome do entrevistado e o da agroindústria, sendo esta solicitação aprovada por todos, sem restrições.

Entretanto, por opção do pesquisador, os nomes serão descritos somente no Apêndice B. Assim, ao longo do trabalho, optou-se por eleger um padrão de identificação no qual estes entrevistados serão denominados de agricultor familiar 1, 2, 3 (AF1, AF2, AF3) e, assim, sucessivamente.

1.3.2 Dimensões de análise e tratamento dos dados

No presente estudo adotou-se como aporte teórico os preceitos da Nova Sociologia Econômica, mais especificamente a Perspectiva Orientada ao Ator. De acordo com os objetivos propostos e a configuração qualitativa da pesquisa, antes de tratar os dados foi necessário definir as dimensões balizadoras de análise do estudo empírico.

Os dados e características da pesquisa remetem a duas grandes dimensões de análise, uma centrada no ator e a outra nas redes. A primeira dimensão buscou identificar o perfil do agricultor, os fatores e os atores determinantes ou influentes na motivação de consolidação. A segunda buscou compreender as redes, os nós, as interações que se estabeleceram entre os diferentes atores e a influência no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

De acordo com Mior (2005) e Guimarães e Silveira (2007), a consolidação das agroindústrias familiares rurais (AFRs) depende da alocação de um conjunto de recursos e capacidades (de naturezas diversas), o qual poderá ser oriundo da família ou agentes externos como, por exemplo, das políticas públicas, dos atores governamentais e não governamentais.

O Quadro 2 apresenta as dimensões e categorias adaptadas de Mior (2005) e Guimarães e Silveira (2007), onde descrevem-se as capacidades: instaladas, mobilizáveis, adquiridas, aprimoradas e adicionais, descritas resumidamente.

Quadro 2: Capacidades ou recursos necessários no processo de consolidação das agroindústrias familiares rurais

CAPACIDADES/RECURSOS	DESCRIÇÃO
Instaladas	Correspondem às instalações, equipamentos, mão de obra e conhecimento intergeracional disponível em cada família envolvida.
Mobilizáveis	Diz respeito à experiência ou habilidade na atividade de comercialização, os recursos ou capital social (confiança, credibilidade diante dos consumidores, os laços comunitários, as experiências associativas que podem representar potencial de ação coletiva (compartilhar serviços, transporte e trabalho).
Adquiridas	Relacionadas ao processo de qualificação dos procedimentos de produção, ou seja, é um conjunto de capacidades advindas de experiências novas de aprendizagem e trocas de experiência (formal ou informal).
Aprimoradas	Dizem respeito ao aprimoramento do que se faz, caso típico das receitas caseiras reelaboradas em cursos de processamento de alimentos. Nessa perspectiva, as capacidades adquiridas ou aprimoradas aparecem concretamente nos programas de formação em gestão, marketing, controle de qualidade, comercialização e outros.
Adicionais	Relacionadas às fontes de conhecimento e apoio estrutural vindos dos serviços técnicos, externos aos empreendimentos. Envolvem crédito, acompanhamento técnico, aquisição de insumos, apoio logístico para distribuição e redes de apoio vinculadas a organizações como associações de agricultores, cooperativas de produção ou crédito, ONGs e movimentos sindicais e sociais.

Fonte: Adaptado de Mior (2005); Guimarães e Silveira (2007).

Frente ao exposto, assume-se que a utilização de aportes teóricos considerados complementares permite a compreensão de temas complexos, como é o caso do rural brasileiro. Este estudo, em específico, apropria-se das reflexões teóricas da Sociologia – trazendo para o centro das discussões os atores e as redes – e da Nova Sociologia Econômica – vislumbrando entender a construção dos mercados e canais de comercialização que se consolidam em torno das agroindústrias pesquisadas.

Considerando a complexidade dos dados pesquisados, optou-se em elaborar o instrumento de análise consolidando assim duas grandes dimensões: uma voltada ao ator (agricultor) e outra às redes. Na dimensão do ator as capacidades instaladas e adquiridas balizaram toda a análise.

Na **capacidade instalada** busca-se compreender: qual a atividade econômica familiar anterior à agroindústria; o conhecimento – o saber fazer; os fatores e atores que motivaram a consolidação e formalização da agroindústria; o

papel da família e os recursos (matéria-prima, mão de obra, instalações, recursos financeiros) e a força dos laços fortes.

A **capacidade adquirida** refere-se à qualificação formal e informal, o conteúdo transacionado entre os diferentes atores em busca da autonomia, a (re)construção dos espaços sociais e os novos papéis que esses atores assumem, o conhecimento adquirido e a troca de experiências.

Considera-se que a dimensão do ator permitirá responder uma das principais questões: quem é este agricultor que consolida sua agroindústria familiar rural em um ambiente adverso a esta forma de organização?

Compreender o perfil deste agricultor é uma das questões que se persegue neste estudo. A opção por estas dimensões se deu por considerar-se que, essas contribuem na formulação das respostas feitas neste estudo, principalmente quando se busca evidenciar quem é este ator social que consolida sua agroindústria no município de São Lourenço do Sul. Para tanto, utilizou-se do apoio das reflexões advindas na Nova Sociologia Econômica – que coloca o ator no centro das discussões – e em Granovetter (1983), para compreender a força dos laços fortes e fracos.

Buscou-se nas reflexões de Long e Ploeg (1993; 1994; 2001) o aporte teórico para compreender como estes atores buscam a construção de autonomia no desenvolvimento das atividades e consolidação dos mercados. Em Wilkinson (2008) e Mior (2005) encontrou-se a base para analisar a construção dos mercados em torno das agroindústrias e como os atores constroem suas estratégias. A seguir, no Quadro 3, apresentam-se as dimensões e categorias analisadas no presente estudo.

Quadro 3: Categorias de análise adotadas no presente estudo

DIMENSÃO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	BASE TEÓRICA
Ator	Capacidade instalada	- Atividade econômica desenvolvida, anterior à agroindústria - O conhecimento – o saber fazer - Descreve os fatores e atores que motivaram a consolidação e formalização da agroindústria - O papel da família – os laços fortes e os laços fracos, os recursos da família (mão de obra, recursos financeiros)	Mior (2005) – Régis (2006) Granovetter – Long Long e Ploeg Wilkinson Guimarães e Silveira
	Capacidade adquirida	- Conhecimento adquirido (formal/informal) - Troca de experiências - (Re)construção dos espaços sociais e os novos papéis	
Redes	Capacidade mobilizável	- Laços comunitários - Mobilização dos recursos – confiança/ vizinhos/consumidor (autonomia/nós/posição do ator) - Habilidade de negociar/mobilizar os outros - Habilidade social mobilizar vizinhos/parentes (autonomia/nós/redes/posição do ator) - Potencial de ação coletiva (redes/associação) - Trocas de experiências (nós), posição do ator na rede - Trocas de aprendizagem – autonomia	
	Capacidades adicionais	- Fontes de conhecimento - Apoio estrutural - Apoio técnico - Crédito externo a família - Aquisição de insumos - Redes de apoio	

De forma a melhor elucidar a análise, a segunda dimensão volta-se às redes e complementa as discussões em torno deste ator, não como um ser visto isoladamente, mas possibilitará a interpretação dos atores que se conectam. Na perspectiva das redes volta-se às capacidades mobilizáveis e adicionais. E assim, sob o olhar do aporte teórico de redes, será possível identificar os subgrupos que se constituem e os nós que se estabelecem entre os diferentes atores que consolidam redes, mais ou menos densas, de apoio às agroindústrias. Para melhor exemplificar a escolha, o Quadro 4, a seguir, apresenta as dimensões e o aporte teórico balizador da análise dos dados empíricos nessa pesquisa.

Quadro 4: Redes

REDES			
TIPOS	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	BASE TEÓRICA
Estrutural	Ator/ Centralidade	Quanto mais um ator se relacionar com os demais, mais central ele será. Assim, aqueles com poucos relacionamentos são considerados periféricos.	Long e Ploeg Granovetter Mior Gazolla
	Conectividade	Os nós – subgrupo composto por pelo menos três nós com ligações diretas e recíprocas.	
	Enraizamento	Maior número de contatos entre atores locais.	
	Densidade	É a proporção de conexões diretas existentes entre os membros em relação às ligações possíveis de serem estabelecidas.	
Relacional	Papéis	Fontes Pontes Conectores Centrais	Long e Ploeg Sabourin Mior

Estes dados e suas características são também considerados como processos de mudanças, pois tratam do agricultor e das relações estabelecidas com diferentes atores e agentes no processo de motivação, consolidação e desenvolvimento da agroindústria. Assim, espera-se compreender o envolvimento de diferentes atores, desde a produção da matéria prima até a consolidação dos mercados.

Os quadros acima apresentam as duas dimensões consideradas como norteadoras do presente estudo, “atores” e “redes”. Na perspectiva de desenvolvimento rural, estas capacidades são articuladas entre diferentes atores, sejam eles agricultores familiares, os programas de estímulo às AFRs, os agentes de extensão rural e atores envolvidos em organizações não governamentais, o que remete à consideração de que estes atores não desenvolvem suas estratégias de forma isolada, mas necessitam também estar inseridos em diferentes redes, sejam elas sociais, políticas e/ou econômicas, portanto, é nessa perspectiva de melhor compreensão de como se consolidam as agroindústrias familiares rurais, que a presente pesquisa foi organizada. Sendo assim, buscou-se no presente momento apresentar o conjunto de categorias de análise efetivamente empregado, levando-se em consideração diferentes aportes teóricos. Cabe ressaltar, por entender-se que estas categorias de análise se complementam, que por vezes elas se apresentaram quase que de forma repetitiva, em um ir e vir, fato que se manifesta quando um estudo tem caráter qualitativo, indissociável das emoções dos respondentes.

Quanto ao tratamento dos dados, as informações coletadas foram transcritas, conformando um banco de dados, agrupados de acordo com as dimensões e de forma a atender os objetivos propostos, sendo que, posteriormente, foi realizada a análise de conteúdo conforme Bardin (2011), que define:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Nesta perspectiva, a análise do conteúdo se constitui como uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de um conjunto amplo de respostas, conduzindo, assim, a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, de forma a ajudar a reinterpretar as mensagens contidas nas entrevistas, possibilitando a compreensão dos significados, dos sentimentos expressos, em um nível que vai além de uma leitura comum (BARDIN, 2011), permitindo, assim, neste estudo, conhecer os significados (ou valor) atribuídos às relações ou ligações entre os atores sociais.

Com base no exposto, até o presente momento, buscou-se justificar a proposta do estudo, bem como apresentar o mapa metodológico o qual definiu todo o percurso percorrido nesta pesquisa. O próximo capítulo se destina ao marco teórico que sustentará a análise do estudo empírico.

2 O MARCO TEÓRICO DA PESQUISA

Buscando uma melhor compreensão sobre o tema do desenvolvimento rural e das agroindústrias familiares rurais, este capítulo objetiva apresentar as principais referências teóricas que apoiaram a análise e discussão dos dados empíricos, para uma melhor percepção sobre as agroindústrias familiares rurais, mais especificamente, sobre o processo de desenvolvimento e consolidação, os atores e seus papéis, os fatores e atores motivacionais, nas interações e nas redes que se consolidam em torno das agroindústrias.

Considerando a diversidade das abordagens utilizadas no entendimento do mundo rural contemporâneo, se buscou um conjunto de conhecimentos e o aporte teórico que cercam o tema em estudo. Entende-se que, para compreender a dinâmica em torno do processo de desenvolvimento e consolidação das agroindústrias familiares rurais, ao se restringir a base teórica a uma teoria somente, corre-se o risco de perder a essência das características de diferentes realidades expostas a um mesmo ambiente.

Nessa linha de argumentação, a tese dialoga com diversos aportes teóricos, entre eles estão os da Perspectiva Orientada aos Atores – POA, que tem como autores principais Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg; a teoria de redes, sob o olhar de Granovetter (1975); e, de forma transversal, buscou-se o apoio em Wilkinson (2008) para compreender os mercados os quais os empreendedores estão imersos – os canais de comercialização. Mior (2005) contribui no entendimento da consolidação das agroindústrias, dos recursos e capacidades necessárias à consolidação. Em Alsop (2005) buscou-se o entendimento de *empowerment* ou empoderamento, termo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder, podendo ocorrer em diferentes níveis, no individual, no organizacional e no empoderamento comunitário.

O empoderamento individual refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para a melhoria de sua situação de vida. Diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas. Na dimensão organizacional, o empoderamento é relacionado ao poder não mais individual, mas, sim, às atividades, aos trabalhos em grupo. Quanto ao empoderamento comunitário, este é o processo pelo qual os sujeitos – atores individuais ou coletivos – de uma

comunidade, por meio de processos participativos, desenvolvem ações para atingir seus objetivos, coletivamente definidos. O empoderamento comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado (BAQUERO, 2012). Para fins do presente estudo, o termo empoderamento – tomando-o como elemento de busca de autonomia das possibilidades – permite compreender os limites na promoção da participação social e política dos agricultores familiares rurais em estudo, e a influência na consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

A base teórica em torno da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) introduz-se, para a compreensão das mudanças sociais, políticas e econômicas construídas pelos atores, bem como a construção de canais de comercialização autônomos. Outrossim, destaca-se que a utilização dessas perspectivas, para análise de como os agricultores buscam maior autonomia no processo de desenvolvimento e consolidação das agroindústrias, ainda é pouco utilizada. Os estudos abordam a autonomia de maneira transversal, mas não como foco ao qual este estudo se propõe.

A iniciativa, neste estudo, de trazer para o centro das discussões as interações entre diferentes atores, os conteúdos transacionados e a influência no processo de consolidação, desenvolvimento e (re)construção dos espaços envolvendo as estratégias autônomas dos atores, torna-se relevante para ampliação da discussão e reflexão sobre esse tema. Para tanto, considera-se que no enfoque orientado pelo ator se encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas desenvolvidas pelos atores, para problemas comuns (LONG, 2001). A perspectiva de redes complementa as discussões. Sua relevância vem da apropriação das reflexões de Granovetter (1983) que dispõe que as ações não se dão de forma isolada, e que os atores não são átomos isolados, pois interagem com outros atores, consolidando suas redes relacionais. Portanto, o suporte de redes contribuirá para compreender os atores que se aproximam; os nós que se evidenciam; as conexões estabelecidas, em torno dos recursos; e o conteúdo transacionado (conhecimento, matéria-prima, informação) à construção dos mercados.

Com base no exposto, este capítulo está organizado em três subtítulos. O primeiro contendo as reflexões teóricas sobre o contexto e caracterização das

agroindústrias. O segundo abrangendo a POA, evidenciando a capacidade de agência, os conceitos de arena, domínios, campos sociais e relacionais dos atores. E por fim, no terceiro, busca-se compreender um pouco do que são redes, incluindo o conceito de rede como estrutura social e as dimensões estruturais e relacionais, percorrendo, assim, o caminho teórico, o que dará suporte à análise e discussão dos dados do estudo empírico.

2.1 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: CONTEXTO TEÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

No Brasil é expressiva a representatividade das atividades agroindustriais no meio rural. O debate teórico brasileiro sobre a agricultura familiar, e em específico sobre as agroindústrias, perpassa por diferentes aportes teóricos e metodológicos. Dentre as contribuições que se evidenciam na academia, encontram-se estudos relacionados à agroindústria, por ser esta uma atividade de agregação de valor à matéria-prima, de relação com o produto colonial, um espaço que ocupa os membros da família como força de trabalho e por sua importância como forma de reprodução social (PREZOTTO, 2002; RUIZ et. al., 2002; MIOR, 2005; SOUZA, 2005; TRENTIN, WESZ JÚNIOR, 2006; NIEDERLY, WESZ JÚNIOR, 2009; GAZOLLA, 2012; MATEI, 2015). Lugar onde a família desempenha um papel importante, ao assumir o conjunto de ações e responsabilidade no que tange às escolhas sobre quais serão as atividades produtivas que irão desempenhar, assim como o uso e destinação de recursos econômicos, sociais e ambientais (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Evidencia-se que as discussões sobre a “agroindústria familiar” intensificaram-se nas últimas décadas, por sua inserção e reconhecimento nos discursos de segurança alimentar e nas políticas públicas de desenvolvimento rural, sendo que a busca pela compreensão do rural contemporâneo e das diferentes ruralidades tem estimulado o uso de uma série de vertentes teórico-analíticas e de diferentes metodologias que possam desvendar como o agricultor familiar constrói suas estratégias e sobrevive em um ambiente hostil.

Para esse desvendamento são mais utilizadas as que se referem à noção de agricultura familiar – que vai desde conceitos normativos utilizados para

operacionalização de políticas públicas até uma série de noções sobre a autonomia do agricultor cuja aplicação se insere em pesquisas científicas.

Para Prezotto (2002), a agroindústria familiar é uma atividade que se apresenta como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis do meio rural. Entretanto, o conjunto de desafios que se apresenta para a agricultura familiar, quer de base legal, fiscal ou tecnológica, não é diferente para as agroindústrias rurais. Neste contexto, a década de oitenta marca as discussões sobre cadeias agroindustriais e o complexo agroindustrial na América Latina e no Brasil, distinguindo assim o pequeno produtor tradicional e o pequeno produtor capaz de incorporar pacotes tecnológicos às suas atividades e às agroindústrias (VIEIRA, 1997; WILKINSON, 2008).

No entanto, algumas características parecem estar presentes em ambas as discussões: a relação entre trabalho e família, na qual a gestão da propriedade e as atividades produtivas são coordenadas pelo grupo doméstico (WANDERLEY, 1999) e a diversidade social do setor (NIEDERLY; WESZ JÚNIOR, 2009).

Dentre a diversidade de atividades produtivas da agricultura familiar destaca-se a industrialização dos produtos agropecuários, visando à agregação de valor da matéria-prima e a preservação da unidade produtiva como estratégia de manutenção da agricultura familiar, para além da visão econômica, como forma de reprodução social. Encontram-se autores que buscam analisar a atividade como forma de reprodução social, utilizando-se dos conceitos de *embeddedness*, construção de mercados, redes sociais e de agroindustrialização como diversificação dos meios de vida (MIOR, 2005; WILKINSON, 2008; GAZOLLA, 2012; CARUSO, 2009; SACCO DOS ANJOS, 2011; NICHELE, 2010). Para compreender o universo no qual as agroindústrias são submetidas a regras e sanções locais e globais, alguns estudos se valem da Teoria das Convenções. Assim, esta teoria contribui para melhor entender como as normas globais e locais influenciam as estratégias das agroindústrias, e como estas convenções influenciam os mercados locais/regionais e formas de comercialização dos produtos (NIEDERLY, 2011).

Outras contribuições, em torno das agroindústrias, são evidenciadas nos estudos voltados ao entendimento de seus processos produtivos relacionados à qualidade ampla em diferentes escalas de processamento de produtos diversos, nos diferentes tipos de agroindústrias; ao entendimento das diferentes capacidades

instaladas nas agroindústrias, bem como o da noção de validação social da qualidade dos alimentos fabricados (AGNE, 2010).

De acordo com Mior (2005) a agroindustrialização dos produtos agropecuários realizadas por produtores rurais não é novidade, pois faz parte de suas tradições, cultura e da preservação da própria história. Entretanto, o que se evidencia na literatura é que o conceito para agroindústria ainda não ganhou uma definição única, entendendo-se que a disparidade entre os conceitos existentes tem por base a raiz da agricultura familiar, que também não é homogênea. Então, tratar desta maneira empreendimentos com diferentes características – sejam nos processos de produção, formas de comercialização ou acesso a mercados – tem gerado problemas às agroindústrias, e consequentemente, na formulação das políticas públicas de fortalecimento das mesmas.

Sobre a heterogeneidade das agroindústrias, Wenz Junior (2009) traça o perfil de dois grupos de agroindústrias. No primeiro, encontram-se as agroindústrias que aparecem nos estabelecimentos como atividade e renda complementar, sua característica é operar na informalidade ou no máximo atendem às exigências da inspeção municipal. Nessa configuração prevalece: a) a elaboração dos produtos de forma artesanal, conforme o conhecimento tradicional; b) o uso de local destinado ao processamento dos alimentos, e que pode abranger outras atividades; e, c) a realização de vendas no mercado local, utilizando as relações sociais e aproximando os consumidores dos produtores.

No segundo grupo, encontram-se as agroindústrias que compõem a principal atividade e renda do estabelecimento, tendo como características: a) operar conforme a legislação em vigor ou pretender se adequar a ela; b) a padronização do produto; c) a especificidade do local de processamento de alimentos para a atividade de agroindustrialização; e, d) a comercialização dos produtos principalmente fora da região onde se encontram as agroindústrias, embora sejam mantidos, em menor medida, mercados regionais.

De acordo com Pettan (2005), estudos desenvolvidos pelo Sebrae e Embrapa evidenciam que as pequenas empresas urbanas apresentam um baixo índice de sobrevivência após os cinco anos de abertura, em torno de 5%, e no meio rural, este índice reduz-se para 3%. O autor ressalta que outros estudos evidenciam a existência de um elevado número de agroindústrias familiares em pleno funcionamento no meio rural. Tal constatação é vista nos estudos realizados sobre o

potencial da pequena agroindústria no Estado de Santa Catarina, na situação das agroindústrias familiares do oeste do Paraná e no diagnóstico do potencial das agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul.

Na literatura é possível evidenciar em Vieira (1997) duas bases conceituais que diferenciam as agroindústrias entre urbanas e rurais, observando que, quando o agricultor familiar passa a desenvolver a atividade agroindustrial como negócio, o mesmo não só depende do conhecimento técnico de transformação da matéria-prima, mas, sobretudo, necessita de uma gama de outros conhecimentos associados ao funcionamento dos mercados (RADOMSKY, 2006).

Com relação às bases conceituais de Vieira, para o autor, a agroindústria urbana, via de regra, surge de uma oportunidade de mercado identificada pelo empreendedor, vinculado ao seu conhecimento, sem estudos e avaliações formais, em torno da qual ele organiza seu empreendimento, enquanto que a agroindústria rural (AR) se constitui, geralmente, a partir de duas motivações mais comuns: a primeira, e mais frequente delas, é o aproveitamento de excedentes *in natura* que o produtor não consegue colocar no mercado, seja por não atender aos padrões de comercialização ou por problemas de qualidade. A segunda motivação tem por base as condições desfavoráveis de preço para sua produção agrícola, e sendo assim, a agroindustrialização é vista como uma forma de agregar valor ao produto.

Quanto à sua tipificação, as ARs são consideradas como: agroindústria rural familiar caseira; familiar artesanal; familiar de pequeno porte; e, empresarial emergente, o que proporciona fragilidade às mesmas diante das políticas públicas que buscam estabelecer normas ou benefícios que compreendam diferentes características e, conseqüentemente, necessidades díspares (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007; MIOR, 2003).

Assim, para Mior (2005, p.191) “a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

Outros aspectos também caracterizam a agroindústria rural familiar (ARF), entre eles:

a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como da mão-de-obra familiar. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo várias famílias, aparentadas ou não (MIOR, 2005 p.191).

O autor complementa que a agroindústria familiar rural tem sua trajetória baseada em sua capacidade do saber fazer ao agregar valor ao produto com o uso da tecnologia. Para o agricultor, o reconhecimento do seu produto pelo consumidor regional está vinculado às características valorizadas socialmente em torno da produção artesanal, colonial e/ou agroecológica, que se diferencia da agroindústria convencional. Desta maneira, os produtos da agroindústria familiar rural podem se beneficiar pela sua imagem ligada às dimensões sociais.

No caso da agroindústria rural caseira, a mesma caracteriza-se pela inexistência de instalações e equipamentos específicos para o processamento de alimentos e pela relação entre consumo familiar e comercialização de excedentes.

Na agroindústria rural artesanal a caracterização se dá pelo caráter artesanal do produto final, ligado a um saber intergeracional como base dos procedimentos adotados, mesmo que aprimorados por cursos e trocas de experiências para incorporar as Boas Práticas de Fabricação (BPF), visando avanço na qualidade sanitária e atendimento ao mercado local.

A agroindústria familiar de pequeno porte caracteriza-se como uma agroindústria convencional de pequena escala, sendo um empreendimento socioeconômico que visa o retorno do investimento como qualquer atividade econômica. Evidencia-se também como uma unidade de processamento semelhante à da grande indústria, mas com característica de pequeno porte. Normalmente, estes empreendimentos surgem como oportunidade de renda para uma família ou grupo de famílias, mas não tendo relação com uma atividade tradicionalmente realizada. Esta diversidade de características das diferentes formas de agroindústrias tem influenciado negativamente as políticas públicas de apoio a estas atividades, quer na definição de seus beneficiários, distribuição de recursos, bem como sua concepção e implantação das mesmas (MIOR, 2005; WILKINSON, 2008).

2.2 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

A Perspectiva Orientada ao Ator (POA), proposta por Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg, da escola de Wageningen, na Holanda, se caracteriza como uma abordagem de interpretação dos processos de mudança social discutindo o rural. Surge sob um olhar construtivista, em resposta às teorias que não acreditam na capacidade de o homem comum alterar a direção da sociedade e intervir nos projetos externos aos quais ele está exposto, de forma a construir sua própria história. Assim, descortinam-se os mitos de que as mudanças e o desenvolvimento rural dependem, quase que exclusivamente, de ações externas, das políticas de desenvolvimento e das instituições (LONG, 2001). Servindo assim, como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas utilizadas para conceituar e entender as complexidades e dinâmicas da vida social (GAZOLLA, 2012).

Em se tratando de uma abordagem construtivista, Long (1998; 2001) faz críticas às teorias as quais acentuam uma visão em que a natureza exploradora e a tendência expansionista do capitalismo mundial abririam novos mercados para as grandes corporações. Prevaleceria a mais valia e o acúmulo de capital, onde a produção em pequena escala seria engolida nas dinâmicas de mercado, em que os padrões de desenvolvimento se explicariam dentro de um modelo genérico capitalista em escala mundial e produtivista. Sob o olhar do aludido autor, essas teorias são simplificadoras, centralistas, deterministas e, em boa medida, excluem da análise a possibilidade dos atores influenciarem, de maneira significativa, os processos de mudança, seguindo assim, um caminho de desenvolvimento guiado por estágios genéricos e abrangentes de modos de produção dominantes sob o olhar capitalista.

Nessa linha estruturalista e capitalista, o desenvolvimento emerge da adoção de tecnologias no processo produtivo – estruturas de escala de produção –, sendo validado de forma exógena, o que iria transformar as sociedades tradicionais em modernas, ou seja, a não inserção levaria os pequenos a sucumbirem e desaparecerem. As críticas estabelecidas sinalizam que estas são perspectivas vazias de pessoas. Centram-se em condições macro, ou seja, ambas veem o desenvolvimento e a mudança social emanando dos centros de poder externos, onde o desenvolvimento se consolida via intervenção de corpos estatais ou

internacionais, e o capital e o Estado penetram nas áreas rurais, com capacidade de intervir, modificar e controlar a vida das famílias e das instituições locais. Esta é uma das formas de pensar o desenvolvimento sob a lógica econômica e não como uma construção social (LONG e PLOEG, 1994).

No Brasil, vem crescendo, ainda paulatinamente, os estudos inserindo a POA. Schneider e Gazolla (2011) organizaram o livro “Os atores do desenvolvimento rural”, evidenciando assim, a importância da compreensão do ator de sua capacidade na consolidação do desenvolvimento rural e da POA como aporte analítico. Apontam as principais aplicações desta Perspectiva dividindo-a em três áreas: a) construção social de mercados; b) iniciativas técnico-produtivas dos agricultores, construção de conhecimentos e inovações que lhes ajudem a resolver problemas de produção mantendo a autonomia no uso de recursos; e, c) construção de alternativas produtivas, organizativas e institucionais.

Em relação à construção social de mercados, podem-se citar os estudos de Garcez (2007), Pacífico (2008), Gazolla e Peregrini (2011), Oliveira et. al. (2011), Conterato et. al. (2003, 2011) e Carneiro (2012). Cabe ressaltar que os estudos fazem combinações da POA com outras vertentes teóricas como a Nova Sociologia Econômica (NSE), envolvendo redes, e a Nova Economia Institucional (NEI), como forma de melhor estudar os processos de mercantilização da agricultura. Gazolla e Peregrini (2001) e Marques (2009) também utilizaram a POA com a noção de produção de novidades. A interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico é encontrada nos estudos de Cotrim (2013).

Outro termo evidenciado neste estudo é o de desenvolvimento, que historicamente tem operado como uma ideia de força, de recursos e de poder, onde se articulam distintos significados e práticas. Esta amplitude e a não definição concreta do termo permitem que o mesmo circule em diferentes mundos, envolvendo as ciências sociais e servindo de base para discussões de políticas públicas e econômicas (SCHMIT, 2011).

Assim, na prospecção da teoria do desenvolvimento econômico, as causas e os mecanismos do desenvolvimento são medidos por fatores quantitativos – renda e produtividade. Projetando-se que as relações são estáveis, quanto maior a produtividade, maior a renda, e implicitamente, maior o desenvolvimento. Entretanto, como alude Furtado (2000), o problema metodológico em definir o desenvolvimento no escopo da economia é o excesso de abstração relacionado ao nível de

generalidade em relação de valor, em que a dinâmica dos sistemas industriais explicaria todos os processos econômicos nos países mais avançados, ditos desenvolvidos. E ressalta que ao longo da história, os fatos não se confirmaram como a visão econômica previa, o que se confirma nas crises que se instalaram nas últimas décadas, em locais ditos desenvolvidos ou considerados como potências mundiais, como é o caso da Espanha e Grécia, entre outros.

Desta forma, concorda-se com Schmit (2011) quando em seu estudo traz referências de que o desenvolvimento não deve ser tratado como um fenômeno regido por um conjunto previamente definido por estruturas econômicas e produtivistas, mas, por suas múltiplas dinâmicas de afirmação, tradução e contestação, asseguradas por diferentes atores e agentes sociais, políticos e econômicos. Segundo o economista Amartya Sen, o desenvolvimento deve estar relacionado ao processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Envolvendo tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais as quais essas estão inseridas (SEN, 2000).

As contribuições de Sen (2000), em relação ao conceito de desenvolvimento, trazem o homem como ser social para o centro das reflexões e significados do conceito de desenvolvimento, em uma discussão para além do econômico, dentro do campo das oportunidades, que proporcionam aos indivíduos e a população fazer escolhas e exercer a cidadania, portanto, o desenvolvimento se configura como uma forma de liberdade.

Na presente tese, as referências feitas à noção de desenvolvimento estão consolidadas sob o olhar das discussões que se estabelecem na sociologia. Assim, para fins deste estudo, volta-se à compreensão das interações sociais, em que se conectam diferentes atores em torno das agroindústrias. A noção de desenvolvimento se expressa no maior ou menor grau de liberdade dos agricultores rurais em efetuar estudos voltados ao desenvolvimento de sua atividade, na construção de novas oportunidades e na sua capacidade de agir, o que Long (2001) chama de capacidade de agência. Para tanto, a expressão desenvolvimento se configura, nesse momento, em duas dimensões: a) Liberdade de ações; e, b) Liberdade de decisão.

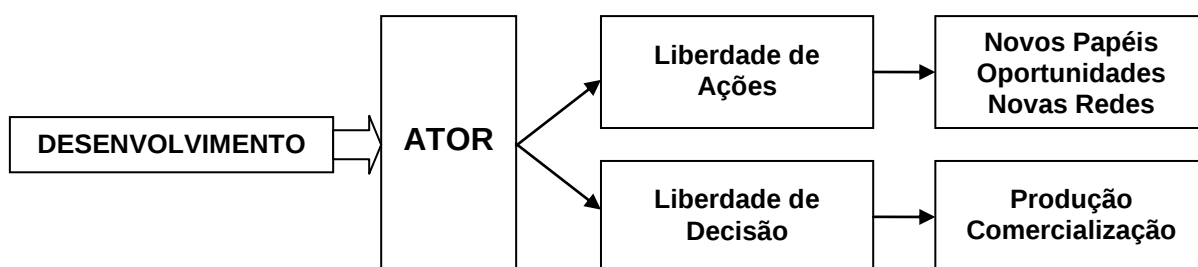
Liberdade de Ações: está relacionada aos processos de ampliação dos papéis que os agricultores rurais desenvolvem. Nessa micro perspectiva de

desenvolvimento, os agricultores, os quais ocupam ou desenvolvem novos papéis, inserindo-se em diferentes arenas (sociais, políticas, econômicas), são aqueles considerados com maior grau de liberdade de ação, demonstrando sua capacidade de se conectar em diferentes redes, circular entre essas, trocar conteúdos, sejam esses materiais ou não, e assim, ampliar suas oportunidades de acesso a informações e outros recursos. Nessa linha reflexiva, a interação entre diferentes atores oportuniza o fortalecimento das redes existentes, a formação de novas, e provavelmente, a extinção das mais fracas. Portanto, apropriando-se das reflexões de Sen (2000), observa-se o desenvolvimento como liberdade nessa dimensão, quanto maior o número de conectividades e de redes em que o agricultor circule, maior grau de liberdade em suas ações o ator terá.

Liberdade de Decisão: sob a lógica de desenvolvimento adotada nesse estudo, se faz referência à expansão de algum grau de oportunidades dos agricultores rurais, a ampliação das mesmas através de tomada de decisão relacionada ao sistema de produção a ser adotado na propriedade, seu processo produtivo na agroindústria e consolidação dos seus canais de comercialização, para que esses desenvolvam mecanismos de ampliação dessas liberdades.

Com base no exposto, apesar do risco de uma definição simplista referente ao desenvolvimento, no presente estudo, o mesmo será considerado como: os processos de ampliação das relações sociais em que diferentes atores se conectam em torno das agroindústrias por meio de um conteúdo transacionado, onde ampliam-se as oportunidades dos atores na liberdade de ação e tomada de decisão no desenvolvimento e consolidação das agroindústrias. De forma a melhor elucidar a base conceitual a ser seguida durante as discussões dos dados empíricos, em torno do desenvolvimento das agroindústrias, elaborou-se a Figura 2 como representação do conceito de desenvolvimento utilizado.

Figura 2: O que representa desenvolvimento no presente estudo



Ressalta-se que não se tem a pretensão de construir um conceito sobre desenvolvimento, mas, sim, procurou-se esclarecer o que este representa neste estudo, em específico, quando se lança um olhar ao mundo rural, aos atores e as redes que se consolidam em torno das agroindústrias rurais familiares.

Retomando-se as discussões iniciais deste capítulo, compreender a questão rural é algo que vem sendo perseguido ao longo dos anos. Nas décadas de 60 e 70, os estudos de antropologia e sociologia buscam entender o papel dos atores e redes nos processos de mudanças, as discussões variam de modelos transacionais e de tomada de decisão à análise interacionista simbólica e fenomenológica. Nas décadas de 80 e 90, ampliam-se os estudos em que se buscam entender os processos de mudanças sociais em que se inserem os atores, tendo estes como protagonistas (LATOURET, 1986; LAW, 1986).

As discussões teóricas que colocam o agricultor rural como ator no centro das discussões são ampliadas nos estudos da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) de Long e Ploeg (1998), como citado anteriormente. A POA permite explorar os valores locais de ordem social, cultural e política, apresentando os detalhes do mundo vivido pelos agricultores rurais e sua influência nos processos de mudanças, possibilitando, assim, a compreensão de como os atores reagem e exercem sua capacidade de agir frente a condições ou circunstâncias similares, sob a ótica dos processos de desenvolvimento rural. Desta forma, aponta-se para uma nova perspectiva em que é necessária a análise a partir do ator.

Oferecendo um enquadramento conceitual flexível que englobe os processos de desenvolvimento, incluindo a intervenção planejada, mas não de forma exclusiva, as reflexões que essa perspectiva permite estão relacionadas aos filtros sociais e culturais dos atores, onde os mesmos decodificam as informações e as intervenções de acordo com seu conhecimento, desejos e necessidades. Portanto, os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas, onde se reconheça as inter-relações externas e internas entre diferentes atores sociais e organizações (LONG, 2001). Assim, os indivíduos e grupos sociais constroem estratégias que resultam em mudanças, criam e (re)criam espaços para que eles mesmos obtenham proveito dos novos fatores que intervêm a sua volta.

A Perspectiva Orientada ao Ator encontra espaço para dar suporte teórico à análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas do agricultor rural, confirmando a ideia de heterogeneidade das práticas sociais no

mundo rural, possibilitando, assim, ampliar as discussões sobre a criação e ampliação dos espaços sociais, políticos e econômicos, onde se traz para o centro das discussões a capacidade do ator de mudar o curso das intervenções, ou seja, reconhece-se o ator como parte integrante do processo de mudanças e não como um mero expectador.

Segundo Long e Ploeg (1994), a abordagem centrada nos atores salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores rurais moldam os padrões de desenvolvimento agrário. Os agricultores têm a capacidade de gerar propostas e respostas a outros projetos formulados de maneira externa, resultando em toda uma gama de práticas que se refletem na impressionante heterogeneidade da agricultura. Desta forma, analisar os fatos sociais a partir dos atores permite compreender como as estruturas refletem para os atores e de que forma eles mobilizam seus conhecimentos exercendo sua capacidade de agência, ou seja, sua capacidade de modificar algo que parece estar pronto e consolidado.

Nessa perspectiva, o diferencial que Long e Ploeg (2011) trazem é o reconhecimento da existência de diferentes agricultores e de diversas formas de operacionalização de seus objetivos e de administração de práticas agrícolas e não agrícolas. Sendo assim, é possível obter respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas (LONG; PLOEG, 2011), evidenciando que os agricultores também tentam criar espaços de manobra para seus interesses, em que possam se beneficiar ou, se necessário, neutralizar intervenções de grupos externos ou órgãos do Estado, construindo, dessa forma, um grau relativo de resistência para a construção da autonomia à sua forma de reprodução social (PLOEG, 2008). Nesse caso, a resistência não é meramente a articulação por meio de lutas abertas (manifestações, marchas, ocupações), referindo-se a existência de um campo de ação muito mais vasto, onde a resistência se materializa, em uma gama de práticas – heterogêneas e cada vez mais interligadas a diferentes atores e redes sociais – atribuída à capacidade de agência dos atores.

Assim, a POA permite que sejam considerados os interesses, as identidades e as perspectivas dos atores independente da retórica da intervenção. Nessa linha discursiva, focar nas interações ou nós que unem diferentes atores, na história de vida, recordações e concepções de espaço temporal em que os mesmos estão imersos, possibilita a compreensão do rural contemporâneo consolidado sob uma

ótica não homogênea, mas constituída de diferentes ruralidades (LONG; PLOEG, 1989).

Nessa perspectiva, não se pode negar a influência dos atores na construção de seus espaços sociais, econômicos e políticos em detrimento das forças externas, as quais, em alguns casos, restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas (LONG; PLOEG, 1994).

Com base nas argumentações descritas até o presente momento, se considera que a POA oferece alternativas teóricas e metodológicas para a análise do processo de desenvolvimento e consolidação das agroindústrias rurais familiares do município de São Lourenço do Sul. Por ser uma perspectiva que traz para o centro das discussões os atores, a mesma se constitui de alguns conceitos analíticos orientadores, tais como: os atores sociais, a agência, as arenas e os campos relacionais, temas a serem tratados a seguir.

2.2.1 O conceito de Ator

O que se evidencia na literatura é uma heterogeneidade na concepção do que é o ator. Os modelos diferentes de organização social emergem como resultados das interações, negociações e forças sociais em que se inserem diferentes tipos de atores. Assim, sob o ponto de partida analítico da economia clássica, o ator é o indivíduo isolado, o *homo economics* dotado de racionalidade. A sociologia econômica centra-se no ator como uma entidade socialmente construída, como “ator-em-interação” ou “ator-em-sociedade”, evidenciando, assim, um ator não isolado do contexto que o envolve (WILKINSON, 2008).

Na POA, o ator é uma construção social, é um sujeito ativo que processa informação e utiliza suas estratégias nas relações sociais, portanto, não é simplesmente um sinônimo para o indivíduo (LONG; LONG, 1992). Em Long (2006), os atores sociais representam uma variedade de formas: pessoas individuais, grupos informais ou redes interpessoais, organizações e grupos coletivos; e ressalta um olhar aos macroatores, estes representados, por exemplo, no governo nacional, por uma igreja ou uma organização em particular.

Desta forma, os atores detêm algum poder e transformam os contornos e detalhes da paisagem social, são agentes atuantes e influentes não só em seus projetos pessoais, mas também nos coletivos. Portanto, a POA visa explorar como os atores sociais, em suas respectivas arenas (sociais, políticas e econômicas) buscam e se apropriam de diferentes recursos (materiais e não materiais), entrelaçam significados, e assim, ganham controle e legitimidade institucional. Os padrões diferenciais que emergem são, em parte, criados pelos próprios atores (LONG, 2001).

Com base no exposto, na presente tese, o ator será considerado um conjunto de agentes: pessoa(s) e organizações governamentais e não governamentais.

Mior (2005) faz referência, em seus estudos, que os atores não se comportam de forma homogênea. Esses poderão participar e compartilhar os mesmos espaços sociais, políticos, de lutas de classe e, ao mesmo tempo, possuírem interesses díspares de acordo com seus objetivos e projetos, evidenciando a existência de uma racionalidade, própria de cada ator, regida por seus interesses individuais e mediada nas relações sociais em que se entrelaçam diferentes projetos, em torno de objetivos semelhantes, na busca pela solução de problemas comuns. Nessa perspectiva, os projetos coletivos e organizativos dos atores são mais bem caracterizados quando se avaliam as interações, as conexões dos atores.

Para tanto, o argumento teórico dos paradigmas estruturalistas são pouco satisfatórios para explicar como, em condições semelhantes, os atores respondem de formas diferentes aos mesmos estímulos, ressaltando, assim, que toda a mudança social, econômica e mesmo política, sofre influência e é transformada por atores e estruturas locais.

Assim, compreender os fenômenos de mudanças, econômicos e sociais, no rural contemporâneo, sem considerar os diferentes atores sociais, é tentar estabelecer uma análise míope da realidade, é negligenciar as regras informais que se estabelecem entre os diferentes atores (SMELSER; SWEDBERG, 2005). É nas relações sociais que os atores realizam trocas, sejam elas simbólicas ou concretas. As trocas geralmente estão enraizadas na reciprocidade, como menciona Sabourin (2009):

[...] as prestações e relações econômicas dependem de estruturas de reciprocidade mais ou menos instituídas que, quando são equilibradas ou simétricas, dão origem à produção de valores materiais de uso ou de serviços, bem como valores humanos afetivos e éticos (SABOURIN, 2009, p.57).

Sabourin (2009) defende que o termo reciprocidade não deve estar reduzido às relações de troca de produtos e/ou serviços. Para os agricultores familiares as ações de reciprocidade adquirem uma função vital no que diz respeito aos aspectos econômicos e sociais. Centram-se, na forma simbólica de pertencimento, onde se gera produção material para os grupos domésticos, como por exemplo, na ajuda mútua, no compartilhamento de recursos produtivos, na troca de informações e etc.

Portanto, as trocas e negociações poderão ser realizadas por vários atores em diferentes formas de contato. Separados geograficamente ou em encontros *face to face*, são nessas interações que os atores trocam mais do que produtos, ou seja, esses espaços permitem aos atores socializarem bens e serviços, nos quais poderão estar contidos o conhecimento, o saber fazer herdado e a herança cultural. Observando-se que ambas as situações influenciam e afetam as ações e resultados econômicos, como estratégia de desenvolvimento local (LONG, 2001).

E assim, mediante as trocas, os atores sociais se tornam parte integrante do processo de desenvolvimento rural, no qual se trocam não apenas produtos, mas significados, crenças e valores, consolidando uma estrutura simbólica de pertencimento, traduzido no sentimento de pertencer a uma determinada comunidade, o que Baquero (2012) atribui ao empoderamento individual, em que se busca sob o olhar construtivista compreender as trocas sociais, as quais se concentram na conduta inovadora dos empreendedores e agentes econômicos, em que os processos de tomada de decisões individuais econômicas buscam mobilizar recursos por meio das redes relacionais, e assim, nesta perspectiva, diferentes atores se associam e se mobilizam em torno de objetivos comuns.

Na concepção de Long (2001), o processo de construção de interdependência é tratado como um fenômeno dinâmico, relacionado à trajetória do indivíduo e ao seu processo de socialização. Portanto, neste contexto, é necessário conhecer a trajetória singular percorrida por cada ator ao longo de sua biografia e, desta forma, é possível compreender como e porque, diferentes atores se relacionam em maior ou menor intensidade, dependendo dos objetivos e do papel que cada um exerce nas relações. A articulação existente entre os diferentes atores

tem potencial de se traduzir tanto na força como na fragilidade das regiões rurais, em que os atores constroem identidades individuais e coletivas, sendo essas influenciadas pela forma de interação e comunicação. Portanto, a POA possibilita que se busque compreender, sob o olhar construtivista, as características do ator, as dinâmicas por este utilizadas, bem como o seu papel e as interações.

Assim, entender quem são os atores – no processo de mudanças no meio rural e no processo evolutivo das agroindústrias – é parte crucial desta discussão. Neste subtítulo, buscou-se caracterizar o que é ator no presente estudo. Para Long (2001), os atores sociais e suas dinâmicas relacionais só existem, efetivamente, como parte integrante de uma teia de interdependências, impossível de ser separada do contexto temporal e espacial de existência, ou seja, as condições que o ator possui de mudar e intervir – o que lhe é posto como concreto – se constitui ao longo do tempo e em relação ao espaço onde este está inserido, considerada sua capacidade de agência em termos mais simples de agir.

2.2.2 Capacidade de Agência: como estratégia de mudança

Sob a luz da POA, pensar em mudanças no meio rural ou na consolidação e desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares (construção de novos mercados, socialização das informações, novos produtos e processos) se faz necessário para entender a capacidade de agência dos atores e suas redes relacionais. A noção de agência humana se consolidou como diferencial de compreensão do ator social e sua capacidade de intervir nos fluxos de eventos sociais e econômicos preexistentes aos quais são expostos (LONG; PLOEG, 1994). Essa abordagem dá visibilidade e coloca no centro das atenções os atores sociais, retirando-os da passividade. Assim, com o uso do conceito de agência é possível analisar os seus repertórios culturais, processos de mediação, interfaces de relacionamento entre os atores, interações sociais e compreender os seus projetos e mundos de vida. Nessa perspectiva, a capacidade de agência, de um ator, não se resume ao resultado de ter certos poderes, mas, sim, envolve alguma capacidade de influenciar os outros.

Comumente, a origem do termo não se resume aos resultados das ações individuais ou coletivas geradas entre os atores, é atribuída à aptidão do ator de processar as experiências e desejos vividos e influenciar os outros. É a capacidade

de controlar habilidades relevantes e o acesso aos recursos materiais e não materiais, não perdendo o poder da reflexão. Por este ângulo, a agência vai além da intenção de fazer algo, está ligada à capacidade de fazer as coisas, de mudar um evento e de influenciar em um projeto individual ou coletivo (LONG; PLOEG, 1994). Capacidade esta em que os atores manifestam a sua agência na rede de relações, portanto, é um conceito relacional, formado nas práticas organizantes, tendo seus limites demarcados por convenções sociais e valores (LONG, 2001).

A capacidade de agência encontrada nos estudos de Long e Ploeg se aproxima do que Fligstein (2006) considera como a capacidade de agir ou a habilidade social do ator em que a ideia constitui-se na aptidão de motivar os outros a consolidar um projeto individual ou a tomar parte em uma ação coletiva onde diferentes atores se entrelaçam (FLIGSTEIN, 2006) e, assim, de forma reflexiva, interpretam e internalizam os conteúdos transacionados (conscientemente ou não), estruturando caminhos para situações problemáticas comuns a diferentes atores. Deste modo, no presente estudo, se considera que os agricultores exercem sua capacidade de agência, onde o conhecimento e o saber fazer (construído ao longo do tempo) oportunizam reflexões e a construção de respostas a problemas existentes e se vislumbrem oportunidades de mudanças, sejam elas de ordem econômica, política ou social.

Nessa linha reflexiva, entende-se que a agência está relacionada à multiplicidade de respostas criadas pelos atores frente às oportunidades e a situações desfavoráveis (LONG, 2002). Cada um traduz as informações de acordo com o seu próprio projeto, construído em torno de um ator ou de um conjunto destes, prevalecendo o poder do mesmo em transmitir uma mensagem particular, carregada de valores, crenças e ideais, sob uma perspectiva relacional entre os demais atores. Em outras palavras, a agência (poder) depende crucialmente da consolidação de uma rede de atores em torno de um projeto de uma pessoa ou pessoas. Nesse sentido, a capacidade de agência não é cumulativa, não pode ser armazenada. Todo esse processo se forma nas práticas organizantes, tendo seus limites demarcados por convenções sociais e valores em um determinado espaço de tempo e sob condições específicas, podendo ao longo do tempo, essas práticas se fortalecerem ou pulverizarem de acordo com os projetos e desejos dos atores (LONG, 2001).

Assim sendo, é possível evidenciar um leque de estudos que buscam compreender que, apesar das escolhas dos agricultores serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos (financeiros, materiais e de conhecimento), estes trabalhadores não devem ser vistos como receptores passivos (LONG, 2001), vítimas da própria sorte ou das mudanças planejadas, as quais interferem em sua rotina, sendo moldadas por regras ou convenções preestabelecidas. Nessa lógica, assim como os atores urbanos, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas. Combinam recursos de formas criativas e o conhecimento derivado de experiências passadas possibilita a construção de estratégias para resolver os problemas, sejam estes relacionados aos produtos, aos processos, à construção de mercados, entre outros.

O fortalecimento da capacidade de agência está intimamente ligado à percepção que os atores têm do mundo e sua habilidade de interpretar os problemas em busca de soluções que lhes possibilite a construção de um conjunto de significados, que são negociados socialmente no exercício da agência. Dessa forma, a agência envolve a geração e uso ou manuseio de redes de relações sociais, as quais canalizam itens específicos e comuns (bens, instrumentos e informação) ou quando estes são envolvidos em lutas por significados sociais em torno dos mesmos valores, crenças e necessidades. Para tanto, a capacidade de agência (habilidade para conhecer e habilidade para captar) é influenciada pelas relações sociais e culturais e afeta as formas de relações interpessoais e os tipos de controle que os atores perseguem frente a si e aos outros, em um fluxo contínuo de condutas (LONG; PLOEG, 1994).

No campo do desenvolvimento, isso significa analisar como diferentes concepções (de poder, influência, conhecimento e eficácia) podem permear as respostas e a consolidação de estratégias de diferentes atores – mesmo aqueles que possuam limites no acesso a informações, enfrentem restrições físicas, normativas e político-econômicas. É preciso também enfatizar a questão de como são impostas (a grupos locais distantes) as noções de agência, o que difere de acordo com o tipo de política que é promovida. A noção de agência permite a compreensão do desenvolvimento de formas sociais diferentes dentro de condições idênticas (LONG, 2001).

Para a atual investigação, se considera que os conceitos de ator e agência são centrais para o estudo dos agricultores familiares rurais e os diferentes atores

que contribuíram com o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, e como forma de compreender quais os atores e estratégias foram construídas socialmente, na busca de solução aos problemas comuns. A pesquisa busca assim, compreender a capacidade de agência dos agricultores e dos atores governamentais e não governamentais.

Seguindo este fluxo de entendimento, se evidencia que a condição de agência não se dá de forma isolada, ela é fundamentada em uma precondição da existência dos processos de interações e interfaces (entre indivíduos, grupos e redes) que levam à (re)construção e a transformações entre os mundos dos diferentes atores, projetos e repertórios culturais, em arenas específicas (LONG, 2001).

2.2.3 Arena, Domínios, Campos Sociais e Relacionais

Para se compreender as ações, os desejos e as decisões dos atores nas dinâmicas sociais frente aos seus projetos pessoais ou coletivos, é necessário um melhor entendimento dos processos de enfrentamento que ocorrem em diferentes espaços. Particularmente, quando esses espaços comportam os projetos e programas de desenvolvimento rural, em que diferentes atores se envolvem em processos de intervenção e onde se constituem normas e regras as quais implicam em um conjunto complexo de intervenções na consolidação de forças dos diferentes espaços sociais ou arenas. Na linguagem comum, a ideia de arena se concretiza como uma imagem de conspiração, de briga ou luta, que ocorre em um cenário local claramente demarcado. Esta é uma visão simplista, portanto, considerar que as arenas envolvem principalmente confrontos cara a cara e apenas os interesses, valores e habilidades dos atores próximos, é negligenciar a capacidade de mobilidade dos atores, para além das fronteiras geográficas, onde visões de mundo e discursos diferentes se encontram, quer em relações de interface ou distantes.

A referência de arena em Long (2001) difere-se da visão bourdiana de campos de poder. Enquanto em Bourdieu a noção de campo é um conceito organizante, central para a análise de poder e status, Long (2001) defende os conceitos adicionais de domínio social, campo e arena. Em que o **domínio** se identifica como a área da vida social, é o espaço em que estão organizados os atores por referência a um núcleo central. Logo, é um espaço que possui regras,

normas e valores que implicam um grau de compromisso social, representando assim, os domínios em que prevalecem os valores sociais compartilhados pelos atores sociais. Apesar de não serem percebidos da mesma maneira por todos os envolvidos, esses domínios são reconhecidos como um lugar de pertença, de certas regras, normas e valores construídos socialmente, implicando em grau de compromisso social.

Seguindo a linha discursiva de entendimento dos atores, apropriar-se-á das reflexões de Delgado et. al. (2007) ao comprovar a necessidade de dar visibilidade aos atores com os quais se estabelecem relações diretas ou indiretas, mediadores ou não de intervenções. Isto, porque alguns atores sociais em seus respectivos domínios sociais, campo e arenas, sempre são visíveis e sua importância é indiscutível, na medida em que estes assumem explicitamente o papel de protagonistas. Mas, ao lado destes há uma série de outros, não tão visíveis, que precisam ser identificados, para que se conheça quem são e quais são suas contribuições. Como exemplos e configuração de domínios sociais, encontram-se: a família, a comunidade, as organizações associativas, o Estado, a produção agropecuária e do consumo.

Os domínios são centrais para o entendimento do ordenamento social, da regulação, da disputa de valores sociais, da autoridade e de como são criadas as fronteiras sociais e simbólicas (LONG, 2001). Nessa concepção, quando emergem os conflitos nestes espaços, pode-se entender a externalidade do choque entre os domínios, valores e os interesses dos atores, os quais são elementos constitutivos das estratégias de manobras, configurando os campos e as arenas. A noção de campos sociais evoca uma imagem de espaços abertos: uma paisagem desigual com limites mal definidos. Consiste de distribuições de diferentes elementos – recursos, informações, capacidades tecnológicas, fragmentos do discurso, componente institucional, indivíduos, grupos e estruturas físicas –, assim, inexistem um princípio único para enquadrar toda a cena.

Quaisquer configurações de elementos e relações constituem o campo. Estas são essencialmente o produto de intervenções humanas e não humanas, tanto locais como globais e o resultado de processos cooperativos e competitivos. Dessa forma, dependendo da abordagem analítica, a composição de um campo social pode ser desenhada em termos de modelos de distribuição de recursos naturais, tipos de produção e empreendimento econômico, demografia, instituições

políticas e administrativas, fluxos de transporte e de comunicação, mercados, recursos de infraestrutura e grupos culturais e étnicos. Logo, por preferência, prevalece o conjunto de características predominantes de interesses e atividades que retratam o campo (por exemplo, preocupações políticas, educacionais, ambientais ou agrícolas), onde ocorre relativa coerência e a fragmentação dos seus elementos (LONG, 2001).

Quanto às arenas, as mesmas são qualquer espaço em que ocorrem distintas práticas e valores de domínios diferentes, ou são espaços dentro de um único domínio em que são feitos esforços para resolver as diferenças de interpretações de incompatibilidades entre valor e interesses do ator, espaços estes consolidados em uma multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas de negociação (LONG, 2001). A arena social é construída discursivamente e praticamente define o uso da linguagem e ações estratégicas dos diversos atores, e é onde estes devem trabalhar no sentido de um entendimento ou acomodações de pontos de vista comuns, havendo sempre espaço para a dissidência a partir dela.

Por isso, as noções de domínio, campo social e arena tornam-se útil no presente estudo, pois permitem a análise do conjunto de esforços entrelaçados, de forma a explicar as interfaces e interações sociais entre os atores em seus respectivos campos sociais e arenas, e a consolidação e evolução das agroindústrias. Dessa forma, para melhor entender a consolidação e o desenvolvimento das agroindústrias necessita-se compreender as relações sociais que se manifestam nas redes, e como estas se relacionam em torno do acesso e utilização de recursos que intervêm no processo de consolidação e fortalecimento das agroindústrias pesquisadas. Isto porque, algumas delas receberam apoio e utilizaram recursos advindos das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural, mais especificamente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Demonstrando assim, que alguns dos projetos se consolidaram e se fortaleceram pela intervenção das políticas, dos atores e das redes rurais que se consolidaram em torno das agroindústrias como estratégias de mudança.

Ressalta-se que o enfoque do ator não deseja excluir a ideia de estrutura, mas considerar a construção, a reprodução e a transformação das relações sociais específicas como tema central da análise. Entender a estrutura como um produto de contínua interação e transformação mútua dos projetos dos atores torna possível a integração teórica da análise de ator e as redes que se consolidam em torno dos

projetos, em que os cenários interativos de pequenas escalas, com estruturas institucionais ou sociais mais amplas, ganham visibilidade e força. Assim, para melhor compreender as relações que se estabeleceram no universo empírico, o próximo subtítulo abordará parte do arcabouço teórico da estrutura social em rede.

2.3 ENTENDENDO O QUE SÃO REDES

O itinerário percorrido até o momento foi marcado, sobretudo, pelo esforço em compreender os conceitos de atores, domínios sociais, arenas e capacidade de agência. Entretanto, estes não são conceitos desconectados ou excludentes, mas, sim, complementares, quando se quer avançar nas discussões das redes que se consolidam em torno das agroindústrias rurais familiares como estratégia para solucionar problemas comuns.

Os conflitos entre diferentes correntes nas ciências sociais criaram as dicotomias entre indivíduo e sociedade, ator e estrutura, moldando-se, assim, abordagens subjetivistas e objetivistas, enfoques micro e macro da realidade social (MARTELETO, 2001). A busca por reflexões menos dicotômicas tem feito com que os pesquisadores dêem ênfase analítica ao fenômeno das redes sociais de acordo com as suas correntes científicas (RÉGIS, 2006).

A noção de rede é um conceito ainda difuso e onipresente em várias disciplinas, o que reforça a multiplicidade de estudos em diferentes áreas (química, física, matemática, economia, ciências sociais e outros) e contextos, o que comprova o seu poder e sua complexidade. Por esse ângulo, a palavra rede faz parte da história da humanidade, foi inserida no vocabulário de diferentes épocas e continentes, contendo significados distintos. O registro do termo “rede”, vindo do latim *retiolus*, designava as redes de caça ou pesca e tecidos. Na Antiguidade ganha expressão quando a medicina apropria-se do termo como uma metáfora na descrição e definição do organismo humano. Na medicina, o termo buscou explicar como todas as veias se comunicam, os contatos, as conexões e como estas conexões mantinham e desenvolviam o corpo humano (MUSSO, 2010).

Segundo Musso (2010), o nascimento do conceito de rede, de forma a conceber e realizar uma estrutura artificial de gestão do espaço e do tempo faz referência às obras de Cláude-Henri de Saint-Simon (1760-1825), o qual busca as significações e imagens da ideia de rede, onde a rede é lugar visível e os vínculos

são invisíveis. No campo político, sua lógica do organismo-rede é transformada em teoria da transição social, sua contribuição é a de definir a circulação na rede (sanguínea ou estatal) como condição da vida ou da boa administração, evidenciando a condição da mudança da vida social, demonstrando a existência simultânea de transição social e estatal em que ambas poderão desenvolver ações que regulam o ambiente. Por analogia, Saint-Simon afirmou que quanto mais uma sociedade está organizada, melhor serão suas ações, e se sua organização interna é feita em redes, melhor será para o território. Para tanto, a rede servirá como o modo de operacionalizar as ações, sejam políticas ou sociais, em síntese, as redes ligam as finalidades da ação quotidiana (MUSSO, 2010).

A construção do conceito e o uso da expressão “rede” ganhou vulto em uma visão multidisciplinar, em que cientistas de diversos países, áreas e filiações teóricas vêm contribuindo para o fortalecimento desse campo de estudo, o qual transita nos estudos da Psicologia à Matemática, passando pela Antropologia e outras disciplinas, designando um conjunto complexo de relações entre membros de um sistema social em diferentes dimensões, onde se estabelecem relações e consolida-se um modo organizacional. Assim, ao longo do tempo, o termo rede ganha uma dimensão abstrata, passa a ser empregado em uma linguagem corrente, acadêmica ou política.

Re(significando) uma gama de objetos, objetivos e fenômenos, assim, o tema foi se distanciando dos objetivos e dos significados que serviram inicialmente para descrever a palavra “rede”. Hoje, a perspectiva de redes permeia em diferentes áreas: no território, nas empresas, no Estado, no mercado, na sociedade civil, nas universidades, na investigação, na prestação de serviços e no desenvolvimento rural. Desta forma, a perspectiva de redes se apresenta como uma ferramenta de análise a diferentes correntes teóricas e ciências.

Com base no exposto até o presente momento, o termo rede, neste trabalho, ora será usado no sentido amplo de rede (do grupo), ora no sentido egocêntrico, buscando detalhar o conjunto de pessoas com as quais um determinado indivíduo está efetivamente em contato, bem como suas conexões, em que se formam subgrupos, constituindo novas redes. Portanto, apropria-se de estudos em que se vislumbre a interpretação das relações entre diferentes atores e as configurações evidenciadas no desenvolvimento rural contemporâneo, na medida em que se

apresentam as redes como uma estrutura social e relacional, tema a ser tratado a seguir.

2.3.1 A Dimensão estrutural das redes

Nas últimas décadas, a compreensão da estrutura social em redes vem se apresentando como uma forma de apoio ao entendimento do desenvolvimento rural. Nessa linha reflexiva, a estrutura social é tratada em diferentes estudos, onde suas características vinculam-se a um indivíduo ou aos membros de um grupo de uma sociedade, os quais são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de direitos e deveres, aceitos e praticados entre si, construídos socialmente (GRANOVETTER, 1975; SCOTT, 2000; LONG, 2001).

A estrutura das redes tem sido definida pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros e orientada por uma lógica associativa. Portanto, os atores se conectam em maior ou menor grau, passando a dar configuração e estruturar a rede. As características estruturais de uma rede social envolvem os conceitos de conectividade, diâmetro, densidade, centralidade, laços fracos e fortes (GRANOVETTER, 1985; RÉGIS, 2006). E assim, à medida que os indivíduos, agentes e organizações se conectam, as redes poderão apresentar maior ou menor diâmetro, variabilidade na densidade e maior ou menor centralidade a um determinado ator. Na visão de Granovetter, são as lacunas estruturais onde se encontram os atores (acesso a conteúdo, informações, conhecimento e recursos) que influenciam a ocorrência de um maior distanciamento ou grau de isolamento destes, ou seja, as lacunas se materializam no distanciamento aos conteúdos transacionados.

Marteleto (2001) considera que as redes sociais ou *networks* são representações de um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. Dessa forma, os indivíduos, dotados de recursos e capacidades, organizam suas ações em seus espaços políticos a partir das socializações e mobilizações promovidas pelas redes. Assim, toda atividade humana leva as pessoas a interagirem, o que varia em frequência, duração e sentido. As pessoas e os grupos que conseguem resultados mais eficazes são aqueles que estão conectados de uma melhor forma (D'AVILA et al., 2010). O que confirma os estudos de Granovetter (1982) sobre a influência das

redes relacionais quando se busca um emprego. Nessa perspectiva, o que prevalece é um olhar às interações entre os diferentes atores, à multiplicidade de elos e não ao indivíduo isolado.

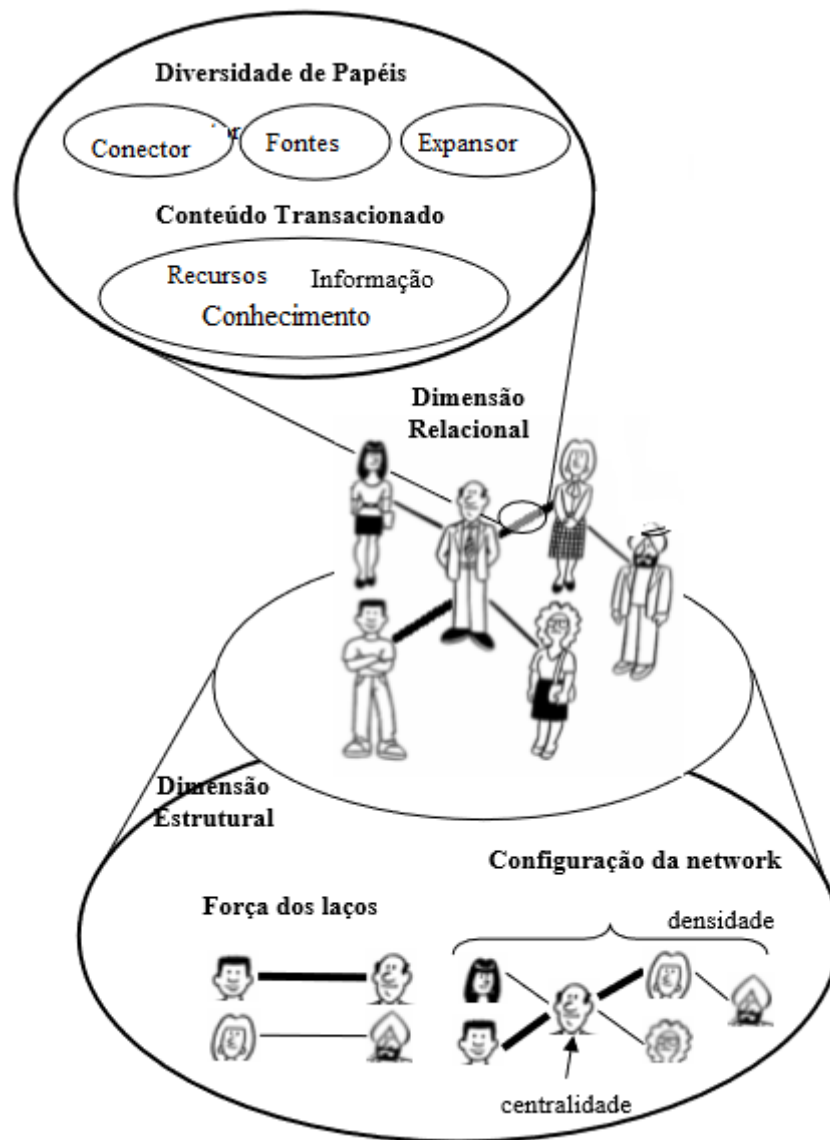
Nessa linha discursiva, na visão contemporânea de Long (2001), “as redes são elementos-chave para as pessoas obterem informações, formarem opiniões, mobilizarem recursos ou para criarem espaços sociais e políticos”. Com base na contribuição de diferentes autores, Musso (2010) propõe a seguinte definição para rede “é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSSO, 2010, p.31).

Os estudos de Nahapiet e Ghoshal (1998) e Régis (2006) se aproximam aos estudos mencionados anteriormente, e se utilizam da abordagem teórica do capital social para investigar as redes, a partir da ótica de três dimensões do capital social: 1) a dimensão estrutural, a qual trata da força dos laços e o posicionamento dos atores na rede; 2) a dimensão relacional, a qual trata do conteúdo transacionado e da diversidade dos papéis; e, 3) a dimensão cognitiva, a qual se relaciona com o compartilhamento de significados e ideias. Demonstrando assim, a complexidade das redes, de natureza multidimensional e multiator em que estas operam.

Considerando que nos estudos científicos o pesquisador poderá estabelecer alguns recortes para análise, na presente pesquisa serão analisadas as interligações entre as dimensões **estrutural** e **relacional**. Entende-se que as respectivas dimensões possibilitam dar visibilidade aos atores, compreender as redes e os nós. E desta forma, melhor compreender as relações que se estabelecem e o conteúdo transacionado entre diferentes atores, envolvidos no processo de desenvolvimento e consolidação das agroindústrias do município de São Lourenço do Sul.

Com base no exposto, formulou-se a Figura 3 de forma a melhor compreender as dimensões que nortearão a análise dos dados empíricos.

Figura 3: Dimensões estrutural e relacional a serem investigadas



Fonte: Adaptada de Nahapiet, Ghoshal (1998) e Régis (2006).

2.3.1.1 Conectividade ou nó

A conectividade em uma rede poderá ser medida em número de cliques, de entrada (*indegree*) e de saída (*outdegree*), consolidando os nós, os quais podem ou não possuir limites geográficos (LONG, 2001). Este grau de entrada representa o número de ligações que um ator recebe de outros atores (exemplo: Ana é mencionada por quatro pessoas). A conectividade de saída representa o número de ligações que um determinado ator estabelece com outros atores de um grupo. Desta forma, a conectividade de grau de entrada mede a receptividade ou popularidade de

uma pessoa na rede, enquanto que a conectividade de grau de saída mede a sua expansividade (WASSERMAN; FAUST, 1994).

O que Granovetter chama de nó Wasserman e Faust (1994) denominam de laço social. Neste contexto, um laço social é a conexão de dois atores, que por sua vez, é constituída por interações sociais, resultante de um processo comunicativo entre atores, com proximidade geográfica ou não. Para Granovetter (1975), a dimensão estrutural de uma rede é medida por seus **laços**. Entretanto, pensar na estrutura das redes não exclui a possibilidade de relações de poder e de dependência. As contribuições dos estudos de Granovetter fazem referências à força dos laços, considerando dois tipos: “Laços Fracos” e “Laços Fortes”.

2.3.1.2 Laços fortes

Os laços fortes representam as relações mantidas com amigos próximos e/ou familiares, relações estas normalmente carregadas de intensidade de aproximação e de emoções. Entretanto, suas características de proximidade reduzem as dimensões das redes. Se esgotam rapidamente os caminhos percorridos pelas informações, ou seja, os indivíduos circulam em torno das mesmas redes (de informações, conhecimento, amizades ou parentesco) esgotando rapidamente o leque de contatos (GRANOVETTER, 1973). Para o autor, os laços fortes terminam por se tornar compromissos de longo prazo e são determinantes no acesso a recursos e informações – posição que Granovetter revê em seu artigo posterior, publicado em 1983, *A Network Theory Revisited*. Desta forma, passou a considerar os chamados “Laços Fracos”, atribuindo esta condição fundamental para a disseminação de informações, acesso a recursos e à inovação. Na concepção de Granovetter, nas redes de “Laços Fortes” há uma identidade comum, os vínculos são construídos por meio de relações interpessoais. Nessa perspectiva, as relações que os indivíduos compartilham são permeadas de uma forte intensidade emocional, alto nível de credibilidade e influência no acesso a recursos e informações. Entretanto, as limitações que apresentam são atribuídas aos limites de extensão das redes dos laços fortes a um mesmo círculo social, reduzindo, em alguns casos, o acesso a novas informações ou recursos, os quais não estejam disponíveis em suas redes de proximidade.

2.3.1.3 Laços fracos

Ao que se refere às forças dos laços fracos, Granovetter – no artigo “*The strength of weak ties*”, de 1973 – trata a posição estratégica de um ator que transita por diferentes redes. O autor define os laços com base na frequência dos contatos, na reciprocidade, na amizade e parentesco existente nos relacionamentos. Nessa perspectiva, os laços fracos referem-se às relações entre indivíduos em que os graus de proximidade e intimidade são baixos e com pouca intensidade emocional. Esses se configuram nos amigos distantes ou pessoas que ocupam cargo em uma organização. Apesar do grau de proximidade ser baixo, essas interações possibilitam aos atores circularem mais livremente em diferentes redes ou campos, tornando-se detentores de informações ímpares. Ou seja, essas são relações que possibilitam ampliar os espaços de circulação dos atores, o acesso a informações e recursos, nas quais se ligam agentes socialmente distantes, possibilitando uma aproximação entre universos sociais distintos (GRANOVETTER, 1973).

Segundo o aludido autor, se rompe com a configuração de “ilhas isoladas” e os atores se conectam, o que pode ser descrito ou identificado nos atores considerados pontes. Ou seja, em geral, cada pessoa tem um grande número de contatos e poderá ser ponte ao fornecer informação ou influência a outros atores mais distantes. Nessa perspectiva, os atores pontes – que ligam as redes – carregam informações facilitando o acesso a diferentes recursos (materiais ou não), tornando-se assim, importantes como configuração de uma rede social. Assim, se A se relaciona com B e com C, e se B e C não têm relação, os laços de B e C com A provavelmente levarão ao surgimento de alguma interação entre eles (B e C). O significado da tríade proibida é desvelado por Granovetter com o uso do conceito de ponte, em que os atores pontes assumem importante papel, demonstrando assim, a força dos laços fracos.

Entretanto, algumas desvantagens são atribuídas às transações entre os laços fracos, estas são pontuais, elas evidenciam menor preocupação com a reciprocidade e a confiança exigidas nos laços fortes. Em decorrência das ligações fracas, existe maior probabilidade de se consolidar redes com baixa densidade devido à ausência de elos de relacionamentos mais fortes entre um conjunto de indivíduos e outros atores distantes. Apesar das desvantagens, servem como

“pontes” para aumentar o fluxo e a abrangência de informações em uma rede de relacionamentos mais ampla (GRANOVETTER, 1985).

Constata-se, assim, que nas redes com poucos laços fracos, os indivíduos serão privados de informações de partes mais distantes de seu próprio sistema social e, conseqüentemente, estarão limitados ao conhecimento ou às informações originadas pelos seus amigos íntimos.

Sem as conexões de “Laços Fracos” ou pontes, a tendência é a maioria da população permanecer isolada, confinada em seus *clusters*. Nesse sentido, os “Laços Fracos” são vitais para a integração dos indivíduos à sociedade (KAUFMAN, 2012). A carência desses tipos de laços evidencia sistemas sociais fragmentados, ou seja, novas ideias vão se espalhar lentamente, esforços científicos ficarão em desvantagem e o acesso a informações e recursos também ficam comprometidos (GRANOVETTER, 1975).

Outra contribuição de Granovetter está em seu artigo publicado em 1985 com o título *“Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”*. Neste momento, traz para as discussões o conceito de enraizamento, atribuindo a inserção social no contexto econômico, na construção dos mercados. O agir econômico é necessariamente um agir social, ou seja, encontra-se enraizado em redes envolvendo relações sociais, interpessoais (GRANOVETTER, 1985).

No presente estudo, o enraizamento servirá para as discussões sobre a consolidação das agroindústrias e os canais de comercialização nos quais estas estão inseridas e, desta forma, busca-se responder com os dados empíricos se os canais são de construção sociais ou se mantêm uma lógica capitalista, mercantilista. As referências feitas aos laços se aproximam das discussões de Granovetter, para tanto, são considerados laços fortes as relações de parentesco e a existência de reciprocidade. As ausências dessas categorias evidenciam que os laços são fracos. No presente, busca-se compreender a influência dos laços na dimensão relacional, ou seja, em que medida os laços influenciam o conteúdo transacionado.

2.3.2 Centralidade na rede

Segundo Gómes et al. (2003), a centralidade é um recurso sociológico que não tem uma definição clara, é definido apenas de forma indireta. A centralidade é a medida de quão acessível um determinado ator está para os demais atores da rede.

Um indivíduo é central em uma rede quando pode comunicar-se diretamente com muitos outros ou está próximo de muitos atores, ou ainda, quando há muitos atores que o utilizam como intermediário em suas comunicações. Portanto, este é um conceito que depende do padrão de distribuição ou da maneira como os diversos atores estão interligados, apresentando-se na perspectiva micro de análise. Deste modo, a centralidade, além de medir a acessibilidade de uma pessoa, mede o número de caminhos de comunicação que passam por ela.

Hanneman (2002) considera que a centralidade dos atores em uma rede não se dá por si só, e apresenta quatro medidas para analisá-la: a) Centralidade de Informação (*information centrality*); b) Centralidade de Grau (*degree centrality*); c) Centralidade de Intermediação (*betweenness centrality*); e, d) Centralidade de Proximidade (*closeness centrality*). Neste estudo, em específico, detém-se na centralidade da informação, por ser esta um dos conteúdos que se busca avaliar quando transacionado. A complementação dos conceitos poderá ser consultada em Hanneman (2002) e no estudo de Marteleto (2001).

2.3.2.1 Centralidade da informação

A centralidade de informação é uma medida que permite analisar se um indivíduo é central em relação à informação, quando por seu posicionamento recebe informações vindas da maior parte do ambiente da rede, o que o torna, entre outras coisas, uma fonte estratégica (HANNEMAN, 2002; MARTELETO, 2001). Portanto, os atores que têm maior probabilidade de transferir e receber informações de toda a rede são os que detêm o maior número de caminhos na mesma. Baseada no conceito de informação, Marteleto (2001) enfatiza que a informação poderá ser considerada no processo de dinâmica cultural, alimentado pelas práticas sociais em geral, em que se compreende uma nova forma de veicular e expressar diferentes visões do mundo. Afirma ainda que a informação também é uma prática, num contexto sociocultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência, para dirigir suas vidas, para se relacionar com outros e com a sociedade.

No presente estudo, a análise desta perspectiva possibilita compreender no contexto empírico quem transmite as informações – estabelecendo relações com o papel dos atores – e se surgiram ou foram adotadas novas formas de transmiti-las.

Marteleto (2001) afirma que um indivíduo pode ter poucos contatos diretos na rede, estar conectado basicamente por ligações fracas, mas exercer um importante papel intermediando informações ou outros recursos, com base no poder que este exerce de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer.

Granovetter (1985) considera três razões em que as redes estimulam oportunidades: primeira, a influência das redes no fluxo e qualidade das informações; segunda, a rede como fonte de recompensa ou punição; e, terceira, a confiança estabelecida ao longo da rede. Assim, na interpretação de Granovetter, ao se referir ao fluxo e qualidade das informações em uma estrutura social em redes, confiar ou não em uma informação é algo que poderá estar relacionado ao detentor dela, atribuindo a esta um caráter mais ou menos confiável. Neste contexto, Granovetter alude que os atores receptores das informações serão estimulados a não acreditarem nas fontes impessoais, preferindo recorrer a pessoas que conhecem na rede social e, por sua vez, depositam confiança.

O presente estudo possibilitará compreender quais atores controlam as informações e como estas são usadas nos processos de mudança, consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas.

2.3.2.2 Densidade na rede

Representa a relação entre o número de ligações existentes em uma determinada rede e o número de ligações possíveis ou potenciais, mas que não necessariamente estejam sendo utilizadas (SCOTT, 2000). É algo que se constitui ao longo do tempo e faz parte do caminho percorrido pelos atores. Assim, à medida que diferentes atores (pessoas, elementos e instituições) se inserem em uma rede mais densa ela será, possibilitando que os atores circulem entre quaisquer dos nós, evidenciando a existência de um comportamento adequado entre estes últimos. Estes evidenciados na densidade da rede, portanto, se as redes são densas é porque nelas se compartilham crenças e valores semelhantes, discutidos e corrigidos entre os nós, onde se consolidam normas e regras, sejam estas sociais, políticas ou econômicas.

Desta forma, em caso de ações coletivas destinadas a resolver problemas, são mais prováveis de se evidenciar em grupos cuja rede social é densa e coesa.

Quanto maior for o número de ligações entre os indivíduos de uma rede, maior a possibilidade de se internalizar as normas que desestimulem o oportunismo e enfatizem a confiança (GRANOVETTER, 2005). Hanneman (2002) complementa ao dizer ser esta uma forma de diminuir a probabilidade de existência de indivíduos centrais, os quais detenham e controlem o fluxo das informações. Ou seja, o poder de um ator depende do grau com que ele monopoliza o fluxo de informações, favores e serviços para e entre os membros de uma rede, isto é, o conteúdo relacional.

Nessa linha discursiva, os atores que têm mais ligações que outros podem estar em posição mais vantajosa. Por terem muitas ligações, eles possuem formas alternativas para satisfazer necessidades e aproveitar os recursos da rede e, assim, possuem menor dependência em relação a outros atores. Portanto, no presente estudo, o conceito de densidade irá oportunizar compreender quais redes são mais ou menos densas, e sua influência nas mudanças e no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Desta forma, compreender as redes como estrutura social se constitui como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais onde se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. Atenção especial é atribuída aos padrões de interação que se estabelecem entre diferentes atores no âmbito das redes, aos tipos de vínculos estabelecidos e à posição dos indivíduos na estrutura reticular. Sendo que, a interação entre pessoas, grupos ou instituições exerce influência nas relações de mercado e nos resultados econômicos de um país, estado ou região. Para tanto, na estrutura das redes sociais, os atores se caracterizam mais pelas relações estabelecidas do que por seus atributos (gênero, idade, classe social, entre outros). As relações direcionam a estruturação das redes e estas podem ser consideradas como um sistema de atores em que as fronteiras podem, ou não, possuir limites geográficos, e em que diferentes atores se conectam (LONG, 2001).

2.4 DIMENSÃO RELACIONAL DAS REDES

Na compreensão da dimensão relacional das redes, o capital social se apresenta como um forte aporte teórico, por este consistir nas relações entre pessoas e organizações em um dado local ou região. Para Putnam (1993), o capital social é entendido como um conjunto de características e aspectos da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas que permitem a cooperação para o benefício mútuo. Constituem-se arranjos em torno de objetivos ou problemas comuns, representados por atores configurando os subgrupos das redes, isto porque, os atores que a compõem, muitas vezes, estão envolvidos em projetos distintos, mas não isolados, portanto, se comportam e tomam decisões em conjunto, e não como átomos isolados do contexto no qual estão imersos (LONG, 2001), sendo que a confiança mútua entre os indivíduos é um pré-requisito para a existência e a formação de capital social (HIGGINS, 2005).

Neste sentido, o contexto social no qual os atores estão inseridos influencia de forma significativa nas relações, e estas nas decisões. Se reconhece as tentativas de realizar ações com base em algum propósito, estando os atores imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. Por conseguinte, os atores não adotam de forma servil um roteiro escrito para eles, ao contrário, constituem-se arranjos institucionais, ao longo do tempo, para oporem-se aos roteiros, as prescrições ou para aliar-se mediante interesses, sejam estes individuais ou coletivos. Assim, diferentes atores desempenham diferentes papéis na dimensão relacional, tema a ser tratado a seguir.

2.4.1 Diversidade de papéis

Pensar na diversidade dos papéis, na dimensão estrutural, remete à identificação dos atores críticos, configurando, assim, o seu papel. O conceito de papel pode ser considerado uma abstração da realidade, uma vez que pressupõe o isolamento das posições ocupadas por um ator em suas representações sociais, políticas e econômicas (LONG, 2001). Cada ator assume um ou mais papéis específicos, tais como: fonte de informação, fonte de conhecimento, professor, sócio, associado, cooperado, filho, marido, entre outros. São os papéis que possibilitam os contatos, as interações, a cooperação e a reciprocidade entre uma

pessoa e outra, e grupos particulares que compartilham a mesma atividade de interesse, compactuando muitas vezes dos mesmos valores e crenças.

Deste modo, nas relações que ligam as pessoas, os papéis derivam dos mais diferentes campos de atividades em que cada indivíduo ou grupo participa. Estas relações advêm de papéis que, sociologicamente, correspondem às normas e expectativas que aplicam ao ocupante de uma determinada posição.

Por conseguinte, a heterogeneidade de atores em um espaço relacional possibilita uma diversidade de papéis e a perspectiva de redes possibilita a identificação de papéis críticos assumidos pelos atores. Esses têm forte relação com a posição do ator na rede, sendo: (1) o conector central, que liga a maior parte das pessoas de uma rede social umas com as outras; (2) o expansor de fronteiras, que conecta uma determinada rede social com outras partes de uma organização ou com outras organizações; (3) o corretor de conteúdo transacional, que mantém a comunicação entre os diferentes subgrupos de uma rede social, unindo-os e impedindo que a rede se fragmente em subunidades menores e menos eficientes; (4) o especialista periférico, a quem todos de uma rede social podem recorrer sempre que algum conhecimento específico é necessário; e, (5) isolados: os indivíduos que não estão conectados à rede social (SILVA, 2003).

No presente estudo, estes conceitos darão suporte teórico nas discussões e análise dos atores, bem como a posição que estes ocupam em suas respectivas redes relacionais.

2.4.2 Conteúdo transacionado

Com base em seu dinamismo, as redes funcionam como espaços em que diferentes conteúdos (materiais ou não) são transacionados, em ambientes físicos ou virtuais. Assim, na concepção de Long e Ploeg, é o conteúdo transacionado que une os atores, ou seja, as trocas sempre são permeadas de objetivos, desejos e necessidades. Portanto, os elos se formam mediante alguma troca (amizade, confiança, informações, conhecimento, recursos materiais ou não, entre outros).

Granovetter (1985) considera que a dinâmica estrutural de uma rede poderá ser abalada e (re)modelada pelo conteúdo transacionado. Isto porque o conteúdo transacionado entre duas ou mais pessoas de uma rede pode influenciar o comportamento das pessoas. Assim, à medida que estas ocupam diferentes

posições em uma determinada configuração estrutural de uma rede, suas ligações pessoais e emocionais com outros indivíduos podem fazer com que eles tenham comportamentos totalmente diferentes na troca de informações, recursos ou mudanças na carreira. Entre os conteúdos transacionados nesta dimensão estão a amizade, a troca de informações, o respeito, a confiança, as normas, as sanções e a identificação das possibilidades de mudanças.

Nessa perspectiva, se considera que para pensar no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias familiares, se faz necessário compreender o que se troca entre os atores da mesma rede e entre as redes. Evidencia-se, assim, que se existem relações – ligações – é porque existe algum conteúdo transacionado. O que remete a considerar que os atores do contexto empírico não atuam isoladamente, estes são atores em movimento, e o fato de consolidarem suas agroindústrias, certamente, dependeu de alguma troca, seja na área de construção do conhecimento sobre o desenvolvimento da atividade, na de informações e em outras.

Nessa linha teórica, sobre a natureza daquilo a que os atores são ligados, o que eles trocam, em uma relação particular, se define como conteúdo transacional. Por isso, em uma rede poderá haver transações monetárias, troca de bens e serviços, confiança, influência, transmissão de informações e conhecimento, ou seja, transaciona-se elementos materiais e não materiais, a depender do papel desempenhado pelos atores (SILVA, 2003). Em seu estudo sobre redes, Marteleto (2001) faz referências ao conteúdo transacional, isto é, ao compartilhamento de informação e de conhecimento entre as pessoas, como algo constante e benéfico.

Assim, quando os atores compartilham da mesma rede, estas têm mais propensão a compartilhar o que sabem. Sob esta ótica, compartilhar informações se apresenta como um elemento aglutinador no espaço das redes, quer dizer, na medida em que se trocam informações, mais próximos os atores se tornam um do outro. A disposição em compartilhar e o compartilhamento de informação (quando eficiente) entre os atores de uma rede, asseguram ganhos, porque cada participante melhora valendo-se das informações as quais passa a ter acesso e que poderão reduzir as incertezas e promover o crescimento mútuo.

Segundo Granovetter (1985), cada ator tem uma informação sobre determinada situação de sua arena de domínio, em que a qualidade das informações possibilita oportunidades dentro e fora da rede. Nessa perspectiva, para

reduzir a incerteza e consolidar a parceria, os atores precisam ter mais informações confiáveis de seus parceiros. Assim todos ganham, porque cada ator vai construir alicerces e desenvolver novas ações tendo como base as informações compartilhadas. Desta forma, na interpretação de Granovetter, ao se referir ao fluxo e qualidade das informações em uma estrutura social em redes, confiar ou não em uma informação é algo que poderá estar relacionado ao detentor da informação, atribuindo a esta um caráter mais ou menos confiável.

Neste contexto, Granovetter alude que os atores receptores das informações serão estimulados a não acreditarem nas fontes impessoais, preferindo recorrer a pessoas que conhecem na rede social e, por sua vez, depositam confiança. Desta forma, à medida que os atores procuram e selecionam aqueles a quem darão créditos, ao mesmo tempo, estão definindo seus prováveis aliados e adversários, bem como o padrão de suas futuras relações. Assim, as informações baseadas na experiência passada são encapsuladas nas relações de confiança e nas regras já conhecidas pelos diferentes atores de uma rede.

Outros autores também contribuem com as reflexões referentes às informações. Na concepção de Williamson (1973), a preocupação em relação à informação está vinculada à assimetria desta, a qual é resultante da forma de detenção da mesma. Quando um agente (rede) detém mais conhecimento ou maior domínio de uma informação em uma relação contratual, este poderá de forma oportunista (seletiva ou distorcida) divulgar as informações, ressaltando que a assimetria destas poderá gerar outras impactantes.

Marteleto e Silva (2004) consideram que as capacidades de obter e ter acesso às informações são elementos-chave para o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade, e fazem parte do capital relacional dos indivíduos, agentes, grupos e atores locais. Capital que no campo da economia poderá promover o desenvolvimento regional, assim, as transformações dependem das redes existentes entre os indivíduos do grupo e atores localizados em outros espaços sociais.

Nesta subseção, buscou-se trazer algumas referências em relação ao conteúdo transacionado, as quais sustentarão as discussões sobre o que os atores trocam entre si e a influência no processo de mudanças, consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em estudo.

Cabe ressaltar que, o referencial teórico em um estudo científico tem como propósito trazer conceitos fundamentais e, assim, nortear a pesquisa, fundamentado na literatura já publicada sobre o mesmo tema. Com base no exposto, buscou-se, neste capítulo, apresentar a base teórica a qual sustentará o estudo, dando condições ao pesquisador de responder aos objetivos propostos e afirmar ou refutar as hipóteses construídas. E assim, compreender a dinâmica do mundo rural contemporâneo. O próximo capítulo será dedicado ao contexto empírico.

3 CONTEXTO EMPÍRICO

Este capítulo tem como foco principal apresentar o município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil, berço das agroindústrias pesquisadas e dos atores que integram o ambiente em estudo. Inicialmente será desenvolvida uma breve discussão sobre as características históricas, sociais, econômicas e produtivas do local. Dessa forma, busca-se compreender, na trajetória do processo de colonização, os traços que ainda se evidenciam nos agricultores familiares em estudo e como os mesmos interferem no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Considera-se que para melhor entender o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, se faz necessário lançar um olhar à história local, às atividades desenvolvidas, ao cotidiano e às interações que se apresentam entre diferentes atores. Para tanto, foi necessário explorar um pouco do contexto histórico local, inserindo-se nesta leitura a forma de ocupação, distribuição e exploração das terras. Buscou-se melhor entender as relações que se estabeleceram entre diferentes famílias e a formação da região, e acredita-se que para compreender o presente, se faz imprescindível resgatar os costumes e os valores que se transformam e são absorvidos ao longo do tempo e passados de geração em geração.

3.1 COLÔNIA SÃO LOURENÇO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O atual município de São Lourenço do Sul tem suas origens no processo de exploração das margens da Lagoa dos Patos, no século XVIII, por intermédio das ações da coroa portuguesa. Distribuíram-se terras aos militares açorianos que se destacaram na luta contra os espanhóis. Entretanto, nem todos os militares se instalaram no local, o que gerou uma configuração de áreas a serem exploradas. Os registros das primeiras famílias que lá se instalam remontam a 1786, e entre eles se encontram os do Capitão dos Dragões José de Gusmão, da família Abreu, dos Guimarães, dos Soares, entre outras, famílias estas que, posteriormente, fazem parte do processo de construção e consolidação da colônia de São Lourenço (COSTA, 1984).

Por volta de 1800 surgem outras famílias que também passam a explorar as terras na região, neste contexto, se torna comum o casamento entre os herdeiros das terras, originando a forma de organização latifundiária. A prática de casamento entre herdeiros de grandes lotes também possibilitava a preservação das estruturas sociais dominantes caracterizadas na classe dos fazendeiros e latifundiários da região, os quais possuíam influência no estabelecimento das normas e regras locais, quer no campo político, social e/ou econômico.

Assim, a construção da identidade local é permeada pelo domínio de famílias detentoras de algo muito relevante, a “terra”, que era vista como um capital. A posse da terra passou a ser uma estratégia de defesa e privilégio de poucos. Portanto, o casamento entre herdeiros possibilitava a conservação das formas de capital (da terra, do econômico), a reprodução e sucessão da família, a manutenção das heranças, o ingresso nas camadas dominantes, a preservação do capital cultural (estilo, bens e títulos) e, principalmente, o *status* de poder (THIRY-CHERQUES, 2006). Entretanto, em meio a estas características de forma de acesso à terra, algumas famílias colocam parte de seus lotes para venda. Desta forma, em uma região de características latifundiária, os primeiros agrupamentos que se formam em decorrência desta mudança são Campos Quevedos e Boqueirão.

Em Campos Quevedos se instalaram os imigrantes de origem espanhola vindos de São Paulo. Na região do Boqueirão são os peões, agregados e escravos alforriados das fazendas que povoam as terras. Os africanos que por ali se instalaram eram descendentes de escravos e vieram para as fazendas e estâncias, enquanto outros eram fugitivos das charqueadas e de Pelotas (LUDTKE et al., 1997). Este é um dos poucos locais onde a pequena propriedade passa a caminhar ao lado da exploração latifundiária, estimulando e possibilitando a construção de novas relações locais. Este é o espaço que, mais tarde, irá abrigar os pomeranos (LUDTKE et al., 1997).

Assim, em meados de 1857, surge a possibilidade de ocupação das terras não ocupadas, amparada no processo de imigração em que se permitia a venda de terras a pessoas de outros países, os imigrantes. Nessa perspectiva, disposto a financiar a colônia e sendo reconhecido no local como uma pessoa de confiança, Guimarães busca recursos junto a familiares e pessoas aliadas a esta causa (LUDTKE, 1997). No entanto, as limitações em decorrência de arrecadação do dinheiro compeliram Guimarães a consolidar uma sociedade com Jacob Rheingantz.

À Guimarães compete comprar terras adjacentes, medir e demarcar os lotes, abrindo caminho para o crescimento da colônia, responsabilizando-se em prover alojamento aos recém-chegados no pequeno porto fluvial de São Lourenço. Atribuiu-se a Rheingantz a tarefa de agenciar os primeiros imigrantes germânicos e entregar a estes alimentos e ferramentas. Deste modo, estes se unem por um nó em torno de um objetivo comum, a consolidação de uma colônia. Trazer e distribuir os imigrantes em espaços já consolidados socialmente por outras culturas e raças, com valores diferentes, exigiu a constituição de normas e regras de comportamento, como forma de inibir ou constringer ações ditas de má fé ou fora dos padrões desejados e requeridos naquele momento (PUTNAM, 2002).

Apesar das normas e regras, o que se apresenta nas relações não foi o desejado, confirmando o que os familiares de Guimarães temiam. Alguns estudos relatam críticas ao comportamento e ações de Rheingantz, por ser este sabedor da Lei das Terras e utilizar-se desta esperando benefícios advindos da mesma. Em 1857, outra crítica é atribuída ao recrutamento dos imigrantes e à cobrança das terras. Consta que, ao recrutar as pessoas dispostas a emigrarem para o Brasil, oferece e vende terras por 200.000 e 250.000 Réis, entretanto, ao aqui chegar, o imigrante se depara com uma realidade diferente do prometido. As terras atingiam preços de 400.000 e 800.000 Réis, representando um valor alto.

Neste contexto, em meio à consolidação de normas e regras sociais entre os imigrantes e moradores locais, dos aglomerados formados por pequenas propriedades, redesenha-se a organização social e espacial local, antes dominada por grandes proprietários. Emerge no local uma pluralidade cultural, de valores e crenças enraizadas nos indivíduos que ali se instalaram. Frente às adversidades, em busca de mudanças, consolidam-se estratégias de rompimento, a partir dos atores locais, tema a ser tratado a seguir.

3.2 O ROMPIMENTO: AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA A PARTIR DOS ATORES

Romper as barreiras impostas tornou-se para estes imigrantes uma estratégia de sobrevivência. O que se confirma no estudo de Weber e Bosenbecker (2011), quando os autores ressaltam que as condições de penúria na qual viveram os imigrantes em sua Pátria e a adversidade encontrada quando aqui chegaram

impulsionaram fortes interações entre estes. O que veio a configurar um povoado unido, forte e lutador. Assim, o protagonismo destes atores, em busca de mudanças e construção dos espaços, percorre diferentes campos (econômicos, políticos e sociais). As características citadas ainda se evidenciam nos empreendedores familiares rurais pesquisados, materializadas na participação destes nos espaços de discussão das políticas públicas voltadas ao meio rural e a participação em associações e cooperativas locais, como estratégia de sobreviver às adversidades, não só locais, mas globais.

Os colonizadores construíram estratégias para enfrentar as adversidades e a ausência do Estado. Estes são traços ainda evidenciados nos respondentes e emergem entre os atores, ações e relações sociais que possibilitaram a edificação da estrutura local. As mudanças no campo social, atribuídas ao protagonismo dos atores locais, se retratam no espírito de conservação de suas tradições culturais, observado nos produtos processados nas agroindústrias investigadas. Produtos como schimier e peito de ganso são iguarias que caracterizam a cultura local, culminando com a construção de novos espaços sociais, temas a serem retomados nos próximos capítulos.

Os imigrantes que chegam a São Lourenço trazem enraizado o espírito de luta por sua convicção religiosa. Em sua maioria de formação evangélica luterana, sofrem e são coibidos de desenvolver suas práticas religiosas em lugares públicos. Tais proibições estimulam novas formas de organização social de enfrentamento, assim, estes passam a se reunir em casas de vizinhos, amigos e parentes ou locais improvisados. Em resposta às adversidades impostas, estruturam suas relações sociais em torno de suas crenças religiosas, de familiares, das amizades e de sua vizinhança. Nessa perspectiva, manter a tradição de superar crises das mais diversas, em torno dessas pessoas, é algo ainda evidenciado no contexto atual e nos agricultores pesquisados, que a partir deste momento serão designados de AFs, conforme descrito na metodologia deste estudo.

Um dos exemplos comprovados está na convivência de até quatro gerações na propriedade dos **AF9, AF5, AF7 e AF3**. Esta estratégia é adotada como forma de diminuir os riscos em torno da renda familiar, da preservação dos saberes e da manutenção da família e da propriedade como um espaço de reprodução social. Entre os vizinhos, amigos e parentes ainda é possível verificar interações e relações de confiança que se formaram ao longo do tempo, estimuladas por diferentes atores

e possibilitando a inserção dos produtos em diferentes mercados. O que se confirma, por exemplo, na formação do grupo de produtores agroecológicos estimulados pelo CAPA. A mudança aqui comprovada tem por base os novos espaços que esta ação possibilitou.

Com base nas ações do governo do estado (1999-2003) e parceria locais do município de SLS, como forma de um projeto piloto, inserem-se os alimentos oriundos desses produtores na merenda escolar. Portanto, os produtores – com o apoio do CAPA e da Emater, e com base nas relações de confiança com o diretor de uma escola local – são pioneiros no sul do estado na inserção de produtos da agricultura familiar e de base ecológica em mercados institucionais, algo ainda incipiente nesse período. Dessa forma, a capacidade de agência desses atores possibilitou a consolidação de novos grupos e novos espaços em torno de objetivos comuns.

Assim, mediante relações de confiança entre diferentes atores, que comungam crenças e valores similares, consolidam-se normas e regras balizadoras de conduta. Estas passam a ser construídas entre os atores que (re)passam os produtos e conquistam os consumidores, possibilitando a construção e consolidação dos mercados para os seus produtos diferenciados (MIOR, 2005; WILKINSON, 2008). Nesta perspectiva, de produtos diferenciados, consolidaram-se dois empreendimentos individuais, a agroindústria Figueira do Prado e a Casa da Schimier.

No relato dos empreendedores, antes da existência da agroindústria, estes adotavam na propriedade o cultivo com base nos princípios ecológicos. O que indica que a oferta de produtos diferenciados não se apresenta como estratégia adotada depois da consolidação da agroindústria, mas como uma escolha enraizada em seus valores, e estes, retratados na liberdade de decisão, sob a lógica de sua relação com o meio ambiente e materializado na matéria-prima processada nas agroindústrias, aproximando-se à liberdade de decisão retratada por Sen (2000) em seu estudo. Por conseguinte, mediante as relações de confiança e enraizamento local, construídas ao longo do tempo pelos atores, em torno dos mesmos objetivos, crenças e valores, surgem novas oportunidades e consolidam-se novos espaços (LONG, 2002).

Esses fatos são ainda evidenciados na forte atuação de diferentes atores locais, como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), vinculado à Igreja

Luterana, a qual ainda nos dias de hoje estimula a diversificação na propriedade e a atuação coletiva.

Os próprios agricultores locais, quando se inserem nas cooperativas e associações, têm na Emater e Prefeitura todo o estímulo à formação de grupos em prol de um objetivo comum, o desenvolvimento rural. Confirmando a existência de um conjunto de atores locais com capacidade de agência, ou seja, de intervir e propor mudanças (LONG; PLOEG, 1994; MUSSO, 2010).

Isso aponta para uma heterogeneidade de atores que estimulam a formação de grupos para o enfrentamento das adversidades, sejam elas de ordem econômica (inserção nos mercados) ou de preservação da propriedade. Sob esse ponto de vista, a visibilidade e o potencial desses atores se materializam nas formas de organização coletiva, indicando assim, a consolidação de normas e regras arquitetadas socialmente, em que os diferentes atores se associam e se mobilizam em torno de objetivos comuns, confirmando uma estrutura simbólica de pertencimento local, em prol do bem comum (BAQUERO, 2012).

Com base no exposto, buscou-se até o presente momento revisitar um pouco da formação histórica de São Lourenço do Sul, por se considerar que estes dados possibilitem melhor compreensão do conteúdo manifesto na fala dos agricultores entrevistados. Entende-se que os agricultores em estudo são parte integrante deste contexto histórico. Suas decisões dependem e são influenciadas por sua trajetória de vida e pelo enraizamento social e cultural local, portanto, eles não poderão ser considerados como átomos isolados.

Ressalta-se que não houve, até o presente momento, a pretensão de se explorar, em detalhes e riquezas, a história local do município. Buscou-se apenas melhor entender as relações que se estabeleceram na formação social, os laços constituídos ao longo do tempo e, desta forma, os traços manifestos nas ações e postura dos imigrantes que ainda se manifestam nos entrevistados. Por conseguinte, o que se buscou foi melhor compreender os traços ainda manifestos. Isto por se entender que são nas ações, crenças e valores enraizados ao passado e à cultura, que os indivíduos tomam decisões, constroem e (re)constroem seus espaços. Após nos debruçarmos sobre o contexto histórico local, no próximo subtítulo, apresenta-se a dinâmica atual do município, sua localização, contexto social e econômico.

3.3 O MUNICÍPIO: LOCALIZAÇÃO, CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO

O tema anterior tratou do contexto histórico do município de São Lourenço do Sul. Na sequência, apresenta-se, de forma sucinta, as características sociais e econômicas do município com base nos dados do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), neste caso, em específico, o COREDE SUL. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994. Atualmente são 28 COREDEs, os quais têm como objetivo a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações do governo na região, a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente.

Dentre estes, o COREDE SUL é responsável por 22 dos municípios que integram a região sul do estado, mais conhecida geograficamente como extremo sul, constituída por: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

Considerando o recorte geográfico do presente estudo, o município de São Lourenço do Sul/RS localiza-se na parte Centro-Sul oriental do estado do Rio Grande do Sul, na Serra dos Tapes, fazendo parte da microrregião gaúcha da Encosta da Serra do Sudeste – faixa de terra que circunda a margem direita da Laguna dos Patos. Tem como área geográfica 2.036,13km², o que corresponde a 0,8% da superfície do estado gaúcho e seu acesso é feito através de duas vias principais, a BR-116 e RS-265. Geograficamente faz limite com cinco municípios: ao norte, com Cristal e parte de Camaquã; ao sul, com Turuçu e Pelotas; a oeste, com Canguçu; e, a nordeste, também com Camaquã. Na Tabela 1 são apresentados os dados relacionados à população urbana e rural, o percentual representativo dos municípios pertencentes ao COREDE SUL e as representações em relação ao Estado do Rio Grande do Sul:

Tabela 1: População dos municípios do COREDE SUL – 2010

MUNICÍPIOS	TOTAL	URBANA	RURAL	% URBANA	% RURAL	% COREDE	% ESTADO
Amaral Ferrador	6.353	1.866	4.487	29,37	70,63	0,75	0,06
Arroio do Padre	2.730	454	2.276	16,63	83,37	0,32	0,03
Arroio Grande	18.470	16.085	2.385	87,09	12,91	2,19	0,17
Canguçu	53.259	19.694	33.565	36,98	63,02	6,32	0,50
Capão do Leão	24.298	22.382	1.916	92,11	7,89	2,88	0,23
Cerrito	6.402	3.747	2.655	58,53	41,47	0,76	0,06
Chuí	5.917	5.697	220	96,28	3,72	0,70	0,06
Herval	6.753	4.519	2.234	66,92	33,08	0,80	0,06
Jaguarão	27.931	26.105	1.826	93,46	6,54	3,31	0,26
Morro Redondo	6.227	2.648	3.579	42,52	57,48	0,74	0,06
Pedras Altas	2.212	768	1.444	34,72	65,28	0,26	0,02
Pedro Osório	7.811	7.301	510	93,47	6,53	0,93	0,07
Pelotas	328.275	306.193	22.082	93,27	6,73	38,93	3,07
Pinheiro Machado	12.780	9.784	2.996	76,56	23,44	1,52	0,12
Piratini	19.841	11.570	8.271	58,31	41,69	2,35	0,19
Rio Grande	197.228	189.429	7.799	96,05	3,95	23,39	1,84
Santa Vitória do Palmar	30.990	26.890	4.100	86,77	13,23	3,68	0,29
Santana da Boa Vista	8.242	3.723	4.519	45,17	54,83	0,98	0,08
São José do Norte	25.503	17.383	8.120	68,16	31,84	3,02	0,24
São Lourenço do Sul	43.111	24.237	18.874	56,22	43,78	5,11	0,40
Tavares	5.351	3.299	2.052	61,65	38,35	0,63	0,05
Turuçu	3.522	1.487	2.035	42,22	57,78	0,42	0,03
COREDE	843.206	705.261	137.945	83,64	16,36	100,00	7,88
Estado	10.693.929	9.100.291	1.593.638	85,10	14,90	-	100,00

Fonte: COREDE SUL, 2010.

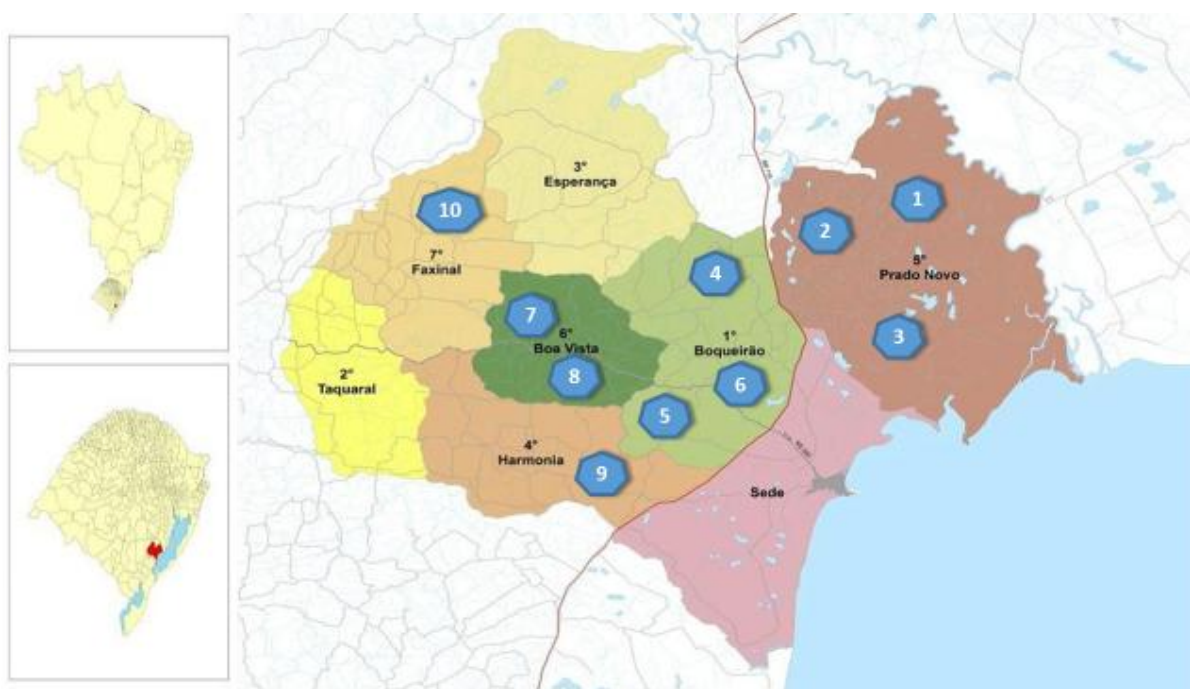
Dentre os municípios do COREDE SUL, São Lourenço do Sul é o quarto maior em população, perdendo somente para Pelotas, Rio Grande e Canguçu, sendo que estes apresentam características distintas na distribuição da população entre o meio rural e urbano. Com base nos dados do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE SUL), os dois primeiros possuem taxas de urbanização elevadas: no município de Pelotas, dos seus 328.275 habitantes, 93,27% residem na área urbana e apenas 6,73% no campo. O que se apresenta de forma semelhante no município de Rio Grande, pois dos 197.228 habitantes, 96,05% se encontram na cidade e apenas 3,95% no campo.

Diferente dos dois primeiros municípios, Canguçu e São Lourenço do Sul se caracterizam por um número significativo de pessoas no meio rural. Neste contexto,

dos 53.259 habitantes de Canguçu, estima-se que 33.565 são do meio rural, o que representa 63,02% da população no campo. A característica demográfica de São Lourenço do Sul evidencia equilíbrio entre a população urbana e rural. Dos seus 43.114 habitantes, estima-se que 24.234 residem na área urbana e 18.880 no campo, o que corresponde a 43,78% do total da população.

Tratando especificamente de São Lourenço do Sul, a última divisão territorial data de 1995, quando se estabeleceu a configuração territorial do município em oito distritos: sede, Boqueirão, Faxinal, Taquaral, Esperança, Harmonia, Prado Novo e Boa Vista – berço das agroindústrias pesquisadas. De forma a melhor elucidar essa divisão, a Figura 4 apresenta o mapa do Brasil, o do Estado do Rio Grande do Sul e o dos respectivos distritos de São Lourenço do Sul.

Figura 4: Distritos de São Lourenço do Sul e agroindústrias



Mediante sua caracterização espacial em forma de distritos, as agroindústrias investigadas se encontram localizadas em cinco dos oito distritos, configurando-se como agroindústrias localizadas eminentemente no meio rural, isto porque, das agroindústrias entrevistadas, nenhuma está na área urbana, o que é evidenciado na Tabela 2, a qual apresenta o distrito, a distância em relação à sede e o número de agroindústrias por distrito:

Tabela 2: Localização geográfica das agroindústrias investigadas

DISTRITOS	DISTÂNCIA DA SEDE	AGROINDÚSTRIAS
Distrito Sede/Área Urbana	-	0
1º Boqueirão	16Km	3
2º Taquaral	50 Km	0
3º Esperança	65 Km	0
4º Harmonia	33 Km	1
5º Prado Novo	25Km	3
6º Boa Vista	30 Km	2
7º Faxinal	60 Km	1

A Tabela 2 comprova que das agroindústrias investigadas nenhuma está localizada na área urbana, conseqüentemente, confirma a denominação de agroindústrias rurais (MIOR, 2005). Estas se concentram em cinco dos oito distritos do município. No 5º Distrito, localidade de Prado Novo, a 25Km da sede, se encontram três agroindústrias pertencentes à **AF1**, **AF4** e **AF8**. Destas, as duas primeiras realizam ações de cooperação e ajuda mútua, como estratégia para atender às chamadas públicas para a merenda escolar. Neste estudo, julga-se que a aproximação geográfica, bem como os laços de amizade estimulam tais ações (GRANOVETTER, 1985).

Cabe ressaltar que ambas produzem o mesmo produto (bolachas), demonstrando, assim, que para o desenvolvimento das agroindústrias, estas são agricultoras que deixam de ser concorrentes para serem parceiras. Isso é considerado um fator positivo quando o processo produtivo é em pequena escala. Assim, a parceria possibilita manter estes novos mercados. A não parceria dessas com a última (**AF8**) se justifica pelo produto da mesma ser de origem animal. Entende-se assim, a existência de uma rede social, visando fatores também econômicos, mediados por um processo produtivo compartilhado, como estratégia ao atendimento à merenda escolar, tema que voltará a ser tratado ainda neste estudo.

No 1º Distrito, localidade do Boqueirão, a 16Km da sede, estão instalados o mesmo número de agroindústrias (**AF3**, **AF2** e **AF10**). No 6º Distrito, Boa Vista, se encontram duas das agroindústrias pesquisadas (**AF5** e **AF8**). As agroindústrias restantes se encontram localizadas nos distritos de Harmonia (a 33Km da sede), Boa Vista (a 30Km) e Faxinal, a mais distante da sede (60Km). Um dado peculiar, em torno dessas agroindústrias, é que somente a de **AF3** faz parceria com as de

AF1 e **AF4** para atender à merenda escolar. Os outros agricultores não estabelecem nenhuma relação entre eles, o que na concepção de Long e Ploeg (2002) os caracteriza como atores periféricos, isolados. Quando questionados sobre a falta de relação entre eles, os motivos mais evidenciados foram: conseguiam atender os mercados a que se dispunham; falta de interesse em ampliar a produção ou atender novos mercados; em alguns casos, a distância entre eles; e, em outros, a falta de intimidade para o desenvolvimento de atividades em conjunto.

Dessa forma, neste estudo considera-se que os agricultores se utilizam de diferentes racionalidades no processo de tomada de decisão em torno do seu processo produtivo, assim, fica evidente que, nem todo o agricultor quer aumentar sua escala de produção ou ampliar seus mercados. Tal afirmativa é observada com base nas falas dos **AF10** e **AF2**, ambos aposentados e tendo como força de trabalho somente o casal proprietário da agroindústria. Nesse aspecto, o **AF10** afirmou que não pretende aumentar a produção, pois ele prefere não contratar ninguém, sendo a venda feita somente na agroindústria, conforme sua fala: – “Eu vendo o meu produto aqui mesmo na agroindústria, não pretendo vender em outros lugares, a gente vai vender e eles querem colocar o preço, para mim não serve”. Nessa perspectiva analítica, vender o produto somente na propriedade, fazer parte do caminho pomerano, dá a este agricultor maior autonomia, desde o processo produtivo à comercialização. O outro, **AF2**, também afirmou não ter interesse em aumentar a produção e atender novos mercados, isto porque, a quase totalidade de seu produto é comercializada na feira. Fato semelhante ocorre com o **AF8** que comercializa seu produto na feira, ou seja, a principal forma de comercialização, direta ao consumidor, se apresenta como uma oportunidade para que esses produtores não se insiram em outros mercados. O que fica claro na fala desse agricultor são as relações de confiança com o consumidor local: – “Eu vendo todo o meu produto na feira, eu já recusei grandes pedidos, mas a gente não tem porque crescer mais, se eu me juntar com outras agroindústrias não vai ser mais o meu produto”.

Os dados indicam que, em alguns casos, não fazer parceria ou atividades coletivas poderá estar relacionado à falta de interesse dos agricultores em ampliar seus mercados, confirmando assim, que não existe uma heterogeneidade nas decisões em torno dos produtores, sendo estas apoiadas nos desejos e necessidades de cada projeto individual, envolvendo, inclusive, o ciclo de vida (aposentados e só o casal na propriedade).

3.3.1 O contexto social do município de São Lourenço do Sul

Em termos de *ranking* nacional, São Lourenço do Sul ocupa a 2251ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2250 (40,43%) municípios estão em situação melhor e 3.315 (59,57%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul ocupa a 361ª posição, sendo que 360 (72,58%) municípios estão em situação melhor e 136 (27,42%) municípios estão em situação pior ou igual.

O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,132), seguida por Renda e por Longevidade. Quanto à faixa etária da população: 25,11%, estão entre 0 e 14 anos; 39,63%, entre 15 e 39 anos; 29,83%, entre 40 e 69 anos; e, 5,43%, com mais de 70 anos. Esta distribuição mostra que a população de crianças e adolescentes é elevada: 25,11%. Da mesma forma, a região apresenta uma força de trabalho teórica de 69,45% (de 15 a 69 anos).

Em relação ao analfabetismo, São Lourenço do Sul se encontra entre os seis municípios do COREDE SUL com menor taxa de pessoas analfabetas em relação à média estadual (estimada em 4,5%). O município apresenta a taxa média de 5,03%, o que lhe confere uma posição melhor em relação a outros municípios, como por exemplo, Cristal, com uma taxa média de 9,50% de analfabetos.

3.3.2 Contexto econômico

Atualmente, a principal atividade econômica de São Lourenço é a agropecuária, com destaque para suínos, bovinos, laticínios, milho, feijão, soja, arroz, batata, cebola, aspargo, pimenta, alho, amendoim e fumo. Na linha de alimentos, o carro-chefe da industrialização é o arroz, caracterizado dentro de uma proposta de alta escala de produção. O município conta com 114 produtores que cultivam uma área de aproximadamente 10,3 mil hectares e que geram uma produção média de 70 mil toneladas anuais e um rendimento médio de 6,7 toneladas por hectare (IBGE, 2009). O que confirma um sistema de produção em escala para este tipo de produto.

A Tabela 3 traz alguns indicadores econômicos de São Lourenço do Sul e dos municípios fronteiriços. Portanto, constituem uma região de espaços políticos, econômicos e sociais. Em se tratando da caracterização da região, quanto à população, o somatório dos seis municípios encontra-se em torno de 501.375 habitantes.

Tabela 3: Indicadores econômicos de São Lourenço do Sul e municípios vizinhos

CIDADES	POPULAÇÃO	PIB R\$ MIL	PIB R\$ PER CAPITA
São Lourenço	43.047	668.993	15.546
Canguçu	53.599	680.884	12.719
Cristal	7.460	108.736	14.738
Camaquã	63.430	1.198.353	18.984
Turuçú	3.552	55.231	15.807
Pelotas	330.287	5.532.992	16.795
TOTAL	501.375	8.245.189	94.589

Fonte: FEE (2015).

Na dimensão econômica, São Lourenço do Sul se mantém na quarta posição em relação aos municípios fronteiriços. Quanto aos dados econômicos, o somatório do PIB dos municípios se encontra em torno de R\$ (mil) 8.245.189. Em relação ao PIB *per capita*, a característica da região aponta para um total em R\$ 94.589. Em São Lourenço do Sul, o PIB está estimado em R\$ (mil) 668.993 e o PIB *per capita* em R\$ 15.546. A cidade com maior PIB é Pelotas, estando em torno de R\$ (mil) 5.532.992 e com um PIB *per capita* de R\$ 16.795. Em segundo lugar Camaquã, com PIB de R\$ (mil) 1.198.353 e PIB *per capita* de R\$ 18.984. Canguçu ocupa o terceiro lugar no *ranking*, com PIB de R\$ (mil) 680.884 e PIB *per capita* de R\$ 12.719. Na classificação final se encontram os municípios de Cristal e Turuçu. Cristal com PIB em torno de R\$ (mil) 108.736 e PIB *per capita* de R\$ 14.738. O menor PIB – R\$ (mil) 55.231 – e o menor PIB *per capita* – de R\$ 15.807 – são atribuídos à Turuçu.

Um dado importante a ser apresentado é a relação da economia local com a plantação do tabaco. A crise que se instala nas décadas de 80 e 90, no município, decorrente de problemas nos cultivos da batata e outras culturas, induz os agricultores a se inserirem em novas formas de produção. Neste contexto, no início da década de noventa intensifica-se na região o crescimento coordenado pela indústria fumageira. O agricultor é incentivado, através de financiamentos, a

construir unidades de cura (estufas para secagem). Este financiamento, avalizado pela indústria fumageira, torna-se um atrativo aos agricultores.

O que se oportuniza aos agricultores locais, em meio a uma crise, é a adoção de estratégias menos autônomas, inserindo-os na produção integrada a grandes indústrias fumageiras. Desta forma, os agricultores do município vislumbraram no cultivo do fumo uma forma de minimizar os problemas de exclusão impostos à agricultura familiar. Em linhas gerais, a década de 1990 é decisiva para a agricultura familiar. Ocorreram mudanças profundas na regulação, organização e nas formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais. Evidencia-se o esfacelamento da intervenção do Estado nos mercados, se abrem novos mercados, adotam-se formas integradas de produção com enfoques regionais, o que modifica radicalmente as dinâmicas produtivas (WILKINSON, 2008). E foi nessa perspectiva que os agricultores do município adotaram estratégias que possibilitariam, em curto espaço de tempo, diversificar a produção e aproveitar a propriedade, isto porque 95% das propriedades locais são de base familiar.

No Estado, nas últimas safras, das regiões que plantam tabaco, três municípios superaram a média de produção: São Lourenço do Sul, Candelária e Venâncio Aires. Cada um produziu o estimado entre 18.975 toneladas/ano e 24.933 toneladas/ano. De acordo com Vargas (2012), a soma de produção de doze municípios responde por aproximadamente 43% do total da quantidade produzida de tabaco no Estado. As famílias produtoras de tabaco possuem, em média, propriedades com 16,1 hectares e a área cultivada representa em torno de 15% da área total dos imóveis. Na safra 2009/10, a renda *per capita* do setor foi de R\$ 9.907,00. A produção de tabaco alcançou uma rentabilidade média de R\$ 11.849,10 por hectare, comparada com a produção animal e vegetal de R\$ 1.882,00, atingindo 15% do valor que produziu o tabaco (AFUBRA, 2010).

Em seu estudo, Dietrich (2011) identificou que a composição da renda das famílias, com o cultivo de tabaco, representa 70% do montante que se origina na propriedade. Os dados revelam que a rentabilidade da atividade é um atrativo ao produtor.

Não se objetiva aprofundar a discussão em torno destes dados estatísticos, entretanto, entende-se que disponibilizar estes dados contribui com as reflexões que norteiam este estudo. Reflexões estas que buscam entender como se constituem e sobrevivem as agroindústrias rurais familiares, em regiões adversas a esta forma de

organização da produção. Esta é uma das questões que se quer responder neste estudo. E que é confirmada por Gazzola (2012) e Mior (2005), os quais ressaltam que as regiões dominadas por economias de escala geram severas restrições aos pequenos agricultores. Estes são impelidos a tornarem-se, em muitos casos, produtores de matéria-prima barata para as grandes indústrias e agroindústrias. E é neste universo que as agroindústrias investigadas estão imersas, em um município de fortes características de produção integrada a grandes indústrias fumageiras de um lado, e de outro, à produção em escala, no caso do arroz, limitando assim sua autonomia e criatividade, e impedindo sua apropriação da fatia mais importante do valor gerado através da industrialização do produto. Este panorama abre espaço para iniciativas das atividades em pequena escala, como no caso das agroindústrias rurais familiares, tema a ser analisado de forma descritiva e analítica no próximo capítulo.

4 AGROINDÚSTRIAS COMO ESTRATÉGIA DE MUDANÇA

Após a apresentação da caracterização geral do município e do contexto empírico envolvendo as agroindústrias, este capítulo objetiva dar continuidade à análise dos dados. Para tanto, utilizando-se da perspectiva do ator, encaminhar-se-á a responder aos objetivos propostos, conduzindo o leitor a compreender de forma descritiva e analítica o fenômeno em torno do processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em estudo. Nos estudos de Mior (2005) e Guimarães e Silveira (2007), o processo de constituição e consolidação das AFRs está relacionado aos diferentes recursos e capacidades que a família dispõe e às relações mantidas com os consumidores e os demais atores da rede social da qual as AFRs fazem parte, sendo estes decisivos no sucesso ou fracasso da atividade. Portanto, é nessa perspectiva de análise que avançar-se-á neste momento e nos próximos subtítulos.

4.1 AGROINDÚSTRIAS, FATORES E ATORES MOTIVACIONAIS

Este subtítulo tem como objetivo, no primeiro momento, apresentar de forma descritiva as agroindústrias em estudo, bem como os fatores e atores motivacionais, no processo de consolidação das mesmas. O segundo momento será reservado à descrição analítica dos dados apresentados, assim, espera-se proporcionar ao leitor uma visão geral dos fatores e atores considerados mais impactantes na visão dos agricultores familiares rurais que compõem este estudo. Desta forma, é nesta concepção que discorrer-se-á nossa análise, de forma a compreender quais fatores e atores motivaram a consolidação das agroindústrias pesquisadas.

4.1.1 As agroindústrias

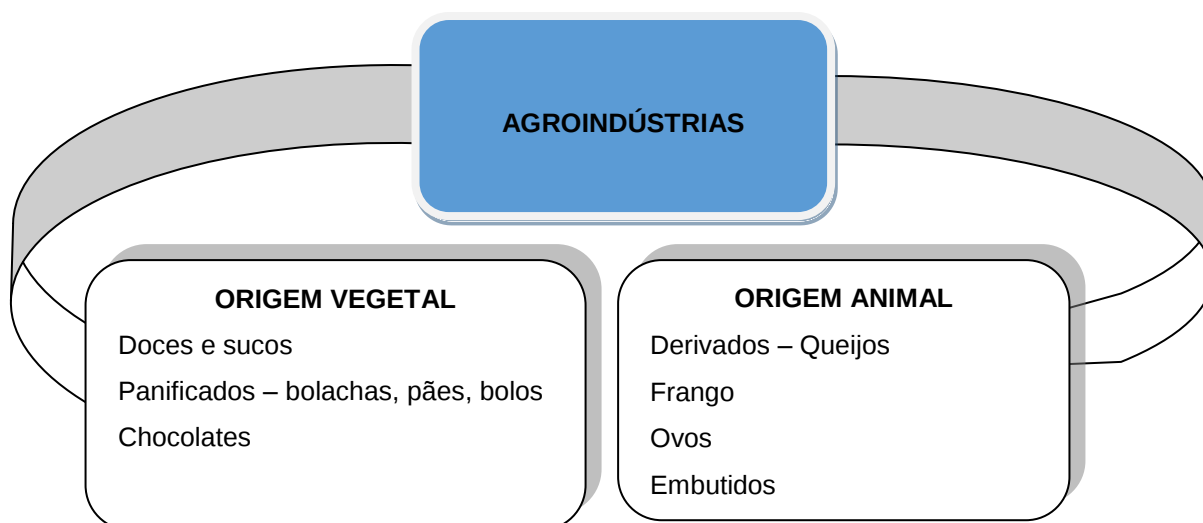
Conforme definido na metodologia, as agroindústrias investigadas, em sua totalidade, são formalizadas, o que lhes confere – perante as instituições reguladoras dos alimentos – o atendimento a todos os parâmetros tributários, sanitários, fiscais e ambientais, do empreendimento e do seu processo produtivo. Entretanto, este é um dado que não poderá ser considerado de forma isolada. Pensar na consolidação da atividade de processamento de alimentos é algo que não

pode ser reduzido à descrição sobre o ano em que construíram a estrutura física, o ano em que iniciaram a comercialização da produção ou o período a partir do qual obtiveram o registro de sanidade (AGNE, 2014).

Os objetivos do presente estudo remetem à busca do melhor entendimento de como surgem as agroindústrias investigadas. Nessa perspectiva, compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento, o processamento e/ou a transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples (como secagem, classificação, limpeza e embalagem) até processos mais complexos, que incluem operações físicas, químicas ou biológicas (CARVALHEIRO, 2010).

Desta forma, as agroindústrias investigadas estão caracterizadas nas mais variadas atividades agroindustriais e comercializam seus produtos de diversas formas. Algumas processam matéria-prima de origem animal e derivados, e outras, de origem vegetal. Fizeram parte da investigação as Agroindústrias: Casa da Schimier; Grimm Hax; Agroindústria Figueira do Prado; Da Pomerana; Agroindústria Flaps; Agroindústria Doce Sabor Indústria de Chocolates, Bolos e Tortas; Agroindústria Klasen; Agroindústria Esplanada Agricultura; Agroindústria Sisa e Agroindústria Maltzahn. De forma a melhor elucidar as informações, descreve-se na Figura 5 as características das agroindústrias investigadas.

Figura 5: Características das agroindústrias investigadas



Com base no exposto, o estudo foi desenvolvido tendo como amostragem 10 agroindústrias. Destas, 60% se caracterizam de origem vegetal e os 40% restantes de origem animal. Considerando o contexto investigativo – em que se busca entender como as agroindústrias se consolidaram e as redes que se constituíram –, optou-se por trabalhar com as agroindústrias formalizadas e sem fechar em uma cadeia produtiva, conforme descrito na metodologia.

No Brasil, os estudos revelam uma heterogeneidade de fatores vinculados ao surgimento e consolidação das agroindústrias rurais familiares. Em se tratando das motivações sociais, destacam-se a permanência do produtor rural no campo e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores (CARVALHEIRO, 2012). Mattei (2015) se refere às atividades das agroindústrias familiares como um elemento de agregação de valor aos produtos, com base na diversidade dos produtos processados e na forma de produção artesanal.

Dados semelhantes sobre a motivação de construir as agroindústrias são evidenciados em outros estudos, como: a proatividade das famílias ao utilizarem o seu conhecimento, o saber fazer e os recursos existentes na propriedade (GAZZOLA, 2012). Em Pelegrini e Vela (2005), a origem está ligada diretamente à cultura e à história dos imigrantes que chegaram ao país e trouxeram um conjunto de técnicas para fabricação dos produtos alimentares. Em Mior (2005), a origem das agroindústrias rurais familiares é marcada, inicialmente, pela necessidade de prolongar a vida útil da produção agrícola perecível. Os próximos subtítulos caracterizam as agroindústrias investigadas.

4.1.1.1 Agroindústria Figueira do Prado

Localizada no 5º distrito, Prado Novo, seus produtos são de origem vegetal (sucos concentrados e doces de frutas), alguns destes feitos com frutas nativas e os cultivados atendem à produção de base ecológica. Iniciou suas atividades em 2000, formalizando-se em 2006. A força de trabalho é basicamente familiar, composta pela proprietária, o filho e a nora, os contratos temporários de pessoas ocorrem em decorrência dos períodos de alta produção, estes intimamente relacionados à sazonalidade dos produtos, conforme o aumento da demanda de produção.

Figura 6: Agroindústria Figueira do Prado



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 7: Produtos da Agroindústria Figueira do Prado



Fonte: Arquivo do autor.

Dentre os fatores motivacionais de consolidação da agroindústria foram descritos: o aproveitamento da matéria-prima existente na propriedade; a geração de renda; a disponibilidade de usar o espaço da propriedade, pois o prédio estava em desuso; a possibilidade de produzir sucos com as frutas cultivadas no sistema de produção de base ecológica, já inserido na propriedade; manter a família no meio rural; e, os recursos financeiros disponíveis nas políticas públicas de apoio ao agricultor familiar, neste caso o Pronaf, em diferentes modalidades. Outro fato peculiar, neste caso, em específico, é a existência de uma motivação pessoal de reconstrução de vida, isto porque, neste período, a entrevistada havia retornado para o município há pouco mais de um ano, em decorrência de separação conjugal, portanto, a agroindústria se insere aí como uma oportunidade de (re)construção de vida.

Quanto aos atores que motivaram a consolidação da agroindústria foram citados: a família, como um ator de apoio disponibilizando o uso da propriedade; a existência de consumidores para os seus produtos; e, na dimensão das organizações é reconhecido o apoio do CAPA, Emater e Prefeitura de SLS, estes como atores especialistas em decorrência do conteúdo transacionado (técnico, informações e elaboração de projetos).

4.1.1.2 Agroindústria Casa da Schimier

Localizada no 1º Distrito, localidade de Boqueirão, sua produção inclui-se nos produtos de origem vegetal (schimier e sucos) e a produção também se dá nos princípios de produção de base ecológica. A atividade iniciou em 2009, já formalizada, e a força de trabalho está alicerçada na estrutura familiar de marido e esposa. No período da coleta dos dados, os mesmos não utilizavam mão de obra contratada ou diarista.

Figura 8: Agroindústria Casa da Schimier



Fonte: Arquivo do autor.

Quanto aos motivos relacionados ao desenvolvimento da atividade foi relatada, pelo entrevistado, a oportunidade de desenvolver uma atividade após a aposentadoria, isto porque, sua atividade principal foi a de comerciante, no meio urbano. Para tanto, a agroindústria se apresenta como uma oportunidade de (re)construção de uma atividade pós-aposentaria, assim, diferente do agricultor anterior, a agroindústria não se apresenta como um fator determinante da renda familiar. Outro motivo descrito foi a oportunidade da preservação do saber fazer herdado da família e o aproveitamento da propriedade familiar, espaço este que estava sendo alugado para outros fins, ou seja, a agroindústria traz o entrevistado para o seu espaço de origem, o meio rural. Quanto aos recursos financeiros, ele se utilizou somente de recursos próprios para consolidar a agroindústria. No que se refere aos atores motivacionais, este afirmou insatisfação em relação às instituições locais, isto é, em seu entendimento as informações são falhas e, em sua maioria, desconectadas. Mesmo diante a insatisfação, foi acompanhado pela Emater nos

momentos iniciais de consolidação do empreendimento, entretanto, optou em utilizar serviços contratados de terceiros para elaborar o projeto da agroindústria.

4.1.1.3 Agroindústria Klasen

Esta agroindústria está localizada no 1º Distrito, Boqueirão, sua produção é de origem animal, derivados do leite. O queijo é produzido desde a década de 80 e a formalização ocorreu em 2004. A força de trabalho também é representada pelos membros da família, neste caso, em específico, somente o casal trabalha na agroindústria e no período de coleta dos dados não utilizavam de mão de obra contratada.

Figura 9: Produtos da Agroindústria na Feira de SLS



Fonte: Arquivo do autor.

Quanto aos fatores motivacionais, foram descritos: a conquista de consumidores para os seus produtos; a oportunidade de uma produção integrada, ou seja, a busca de autonomia em torno do desenvolvimento da atividade, possibilitando uma melhor renda; abandonar o rigor que é característico da atividade eminentemente agrícola; e, manter o conhecimento herdado da família, o saber fazer, isto porque, produzir queijo é algo feito na família há mais de quatro gerações, o que evidencia a preservação cultural. Outros fatos evidenciados foram atribuídos

aos recursos disponibilizados pelas políticas de apoio à organização e consolidação dos empreendimentos familiares nas propriedades rurais, neste caso o Pronaf. A possibilidade de manutenção e preservação da família na propriedade também foi mencionada. Quanto aos atores que motivaram a consolidação das agroindústrias, foram citados: o CAPA, a Emater, a Prefeitura, o apoio dos vizinhos e familiares.

4.1.1.4 Agroindústria da Pomerana

Localizada em Santa Isabel, no 1º Distrito, sua produção atende à classificação dos produtos de origem vegetal (pães, bolachas e salgados). Iniciando suas atividades em 2000 e formalizando-se em 2007. A mão de obra está apoiada na estrutura familiar: as duas filhas da proprietária, o marido e a cunhada.

Figura 10: Agroindústria da Pomerana



Fonte: Arquivo do autor.

Um dos fatores motivacionais referidos foi a oportunidade de desenvolver uma atividade que confira à proprietária uma renda própria, haja vista, que a mesma casou muito jovem e sempre dependeu financeiramente do marido. Portanto, a agroindústria se apresenta como uma fonte de renda própria. Outro motivo é a manutenção do saber herdado na família e a consolidação profissional da agricultora, isto porque, ela concluiu o curso técnico em agropecuária e fez estágio na agroindústria da escola, fato este considerado como muito importante por parte

da respondente. Foi ressaltado que, antes da agroindústria fazia bolachas para os amigos, para as festas da comunidade e as comercializava informalmente, desta forma, havia consolidado um grupo de consumidores. Outro fator motivacional foi o apoio das políticas públicas em torno dos recursos financeiros, neste caso, em específico, o Pronaf. Quanto aos atores, foi mencionado o apoio da família (marido, filhas e cunhada), dos professores da escola, vizinhos, amigos e Emater.

4.1.1.5 Agroindústria Flaps

Localizada no 5º Distrito, localidade de Prado Novo, sua produção inclui-se nos produtos de origem vegetal (rapaduras de amendoim e panificados). A atividade se iniciou em 2000, legalizando-se em 2006. A mão de obra está alicerçada na estrutura familiar, ficando a cargo da proprietária, do marido e da cunhada.

Figura 11: Produtos da Agroindústria Flaps



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 12: Agroindústria Flaps



Fonte: Arquivo do autor.

Quanto aos fatores motivacionais, assemelham-se aos descritos anteriormente. Dentre os motivos estão a oportunidade de renda própria e o fato de não depender tanto dos recursos do marido. O início da atividade foi em um projeto da Prefeitura, no qual as agroindústrias eram vinculadas a um projeto de incubação, na área urbana, por um período de três anos. Ao término, estas consideraram que a aprendizagem adquirida foi um dos motivos principais em consolidar o empreendimento. Associado a isso, está a possibilidade de instalar a agroindústria na área rural, na propriedade familiar. Outro motivo é a manutenção do saber herdado na família. Ao contrário da agricultora anterior, que primeiro desenvolveu curso técnico, para esta a agroindústria foi fator determinante para a realização do curso técnico em agroindústria. Outra razão mencionada foi o apoio das políticas públicas, viabilizando recursos para a consolidação da agroindústria, referindo-se também ao Pronaf. Quanto aos atores, foi mencionado o apoio da família (marido, filhos e cunhada), da Emater e do sindicato rural.

4.1.1.6 Agroindústria Esplanada Agricultura

Localizada no 6º Distrito, localidade de Boa Vista, sua produção inclui-se nos produtos de origem animal (frangos). Faz parte da tradição da família para o

autoconsumo a criação de frangos, com vendas esporádicas aos vizinhos até o ano de 1980. A partir deste período, inicia-se o processo de venda do produto de forma regular, a formalização se dá em 2006. A mão de obra da agroindústria está alicerçada na estrutura familiar, trabalhando o pai, o filho, a esposa e a nora, mas utilizando-se de mão de obra contratada (diarista) no período de abate.

Figura 13: Agroindústria Esplanada Agricultura



Fonte: Arquivo do autor.

Em relação aos fatores motivacionais, foram atribuídos: a geração de outra renda na propriedade além da adquirida com a atividade agrícola; a possibilidade de maior ganho em torno da comercialização dos frangos abatidos, limpos e embalados, em comparação à comercialização do frango vivo; a possibilidade de abandonar o rigor das atividades eminentemente agrícolas; e o apoio das políticas públicas, no que diz respeito aos recursos financeiros, neste caso também o Pronaf. Foi mencionada também a existência de consumidores para os produtos. Quanto aos atores motivacionais, foram descritos: a família (a esposa e o filho), os vizinhos, os amigos, a EMATER e a Prefeitura Municipal.

4.1.1.7 Agroindústria Sisa

Localizada no 6º Distrito, localidade de Boa Vista, sua produção inclui-se nos produtos de origem animal (ovos). A família sempre criou galinhas poedeiras e, eventualmente, vendiam os produtos aos vizinhos ou na cidade, por encomenda. Por isso, se faz referência que a atividade é desenvolvida desde 1980, sua formalização ocorre em 2005. A mão de obra está alicerçada na estrutura familiar, trabalham a proprietária e o marido, que ajuda nas entregas.

Figura 14: Agroindústria Sisa



Fonte: Arquivo do autor.

Quanto aos fatores motivacionais, os mesmos assemelham-se a de outros respondentes. Assim, evidenciou-se a possibilidade de geração de renda própria, diminuindo a dependência financeira do marido; e a utilização do espaço da propriedade, um galpão. Quanto aos atores motivacionais, estes são: a família, os amigos, os vizinhos, o CAPA, a Emater e a Prefeitura.

4.1.1.8 Agroindústria Maltzanh

Localizada no 4º Distrito, localidade de Bom Jesus, sua produção inclui-se nos panificados (pães, tortas, bolos e bolachas). A atividade se iniciou em 2001 e a formalização ocorreu em 2007. A mão de obra está alicerçada na estrutura familiar: a proprietária, o marido e a cunhada.

Figura 15: Agroindústria Maltzanh



Fonte: Arquivo do autor.

Em relação aos fatores motivacionais, foram citados: a geração de renda própria, diminuindo a dependência financeira do marido; a possibilidade de instalação da agroindústria na propriedade; o conhecimento herdado da família; a possibilidade de permanência na propriedade; e a existência de consumidores para os produtos. Os atores descritos como motivacionais foram: a família, os vizinhos, os amigos, a Emater e a Prefeitura.

4.1.1.9 Agroindústria Grim Hax

Esta agroindústria está localizada no 5º Distrito, localidade de Prado Novo, e sua produção é de origem animal (embutidos e peito de ganso defumado). A família

está no ramo da feira, onde comercializa seus produtos desde a década de oitenta. A atividade tem início em 1980 e a formalização ocorre em 2000.

Figura 16: Transporte da Agroindústria Grim Hax



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 17: Produtos da Agroindústria Grim Hax



Fonte: Arquivo do autor.

Quanto aos fatores motivacionais, os mesmos não diferem dos restantes, tendo como principal, a geração de renda própria. Em comparação aos outros agricultores esta apresenta uma peculiaridade: como a proprietária ficou viúva e suas filhas não residem na propriedade, esta necessitou gerenciar tudo sozinha. Dentre as motivações, incluem-se: a permanência na propriedade; a existência de consumidores para os seus produtos; e o apoio das políticas públicas em relação ao aporte financeiro, neste caso também o Pronaf. Quanto aos atores descritos como motivacionais, encontram-se: a família, os vizinhos, os amigos, a Emater, a Prefeitura e o CAPA.

4.1.1.10 Agroindústria Doce Sabor

Localizada no 7º Distrito, localidade de Campos Quevedo, sua produção inclui-se nos produtos de origem vegetal e panificados (chocolates, tortas, bolos e bolachas). A atividade se iniciou em 1997, formalizando-se em 2001. A força de trabalho está alicerçada na estrutura familiar, ela e o marido, e utiliza mão de obra contratada, três pessoas em tempo integral e duas temporárias.

Figura 18: Agroindústria Doce Sabor



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 19: Agroindústria Doce Sabor



Fonte: Arquivo do autor.

Os fatores motivacionais estão muito próximos a dos outros agricultores familiares: geração de renda para o casal, pois estes são jovens e residem na propriedade da família, portanto, o restante da família tem outra renda vinculada à atividade agrícola. Desta forma, a agroindústria se materializa como uma oportunidade de gerar renda ao casal para manterem-se na propriedade. Outra motivação é a utilização do conhecimento na produção de chocolates para fins comerciais. Quanto aos atores motivacionais, evidenciaram-se: a família, os amigos e os vizinhos. Assim como o outro agricultor, considerou que as organizações locais (Emater e Prefeitura) pouco contribuem ou motivam o desenvolvimento desses empreendimentos.

Com base no exposto, até o presente momento, neste subtítulo buscou-se apresentar de forma descritiva as agroindústrias, os fatores e atores motivacionais no processo de consolidação e desenvolvimento dos empreendimentos. A seguir, busca-se de forma analítica estabelecer uma correlação entre os fatores e atores, e assim, de modo geral, serão analisados os dados até aqui descritos.

4.1.2 Fatores motivacionais

Sob esse ponto de vista, ao analisarem-se os fatores motivacionais identificados na fala dos agricultores, três dimensões ganharam destaque e ficaram assim caracterizadas no presente estudo: econômica, cultural e as políticas públicas. Dados semelhantes sobre a motivação de construir as agroindústrias são evidenciados em outros estudos, como: a proatividade das famílias; a utilização de seu conhecimento, o saber fazer; e os recursos existentes na propriedade (GAZZOLA, 2012). Em Pelegrini e Vela (2005) destacam-se a cultura e a relação histórica dos imigrantes que chegaram ao país e trouxeram um conjunto de técnicas para fabricação dos produtos alimentares. Para Mior (2005), a origem das agroindústrias rurais familiares é marcada, inicialmente, pela necessidade de prolongar a vida útil da produção agrícola perecível. Desta forma, evidencia-se que os dados de campo não diferem dos resultados obtidos em estudos semelhantes. Confirmando, assim, que mesmo diante de um tema explorado por outros pesquisadores, as respostas encontradas não são homogêneas, portanto, novos estudos surgem para ampliar o entendimento de assunto tão complexo.

Estando diante de um estudo de casos múltiplos, a motivação econômica ganhou destaque e esteve presente na fala de 100% dos respondentes, evidenciando um comportamento similar entre estes, independente do sexo, idade, nível de escolaridade ou origem da atividade (animal ou vegetal). Dentre as motivações econômicas que impulsionaram o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias encontram-se: (a) a oportunidade de negócio, abrangendo a inserção em diferentes mercados, incluindo os institucionais; (b) a agregação de valor à propriedade; (c) o aumento da renda familiar e o poder manter-se na propriedade; (d) a melhor margem econômica do produto agroindustrializado quando relacionado à venda dos produtos *in natura*; e (e) a obtenção de maior autonomia no processo de negociação da comercialização dos produtos, como por exemplo, o agricultor que deixa de ser integrado à grande indústria.

Ao analisar-se o contexto dos fatores econômicos, como fator motivacional, os dados remetem a considerar que os agricultores em estudo vislumbram a construção de novos espaços e maior autonomia nos processos decisórios, geradores de renda para a família (LONG, 2002). O que ficou evidenciado no comportamento do **AF2**. Durante muitos anos, desenvolveu na propriedade o

sistema de produção integrada, ou seja, toda sua produção era entregue à grande agroindústria. Entretanto, os baixos preços oferecidos e as exigências do mercado comprador fizeram com que este tomasse novas decisões.

Desta forma, para solucionar os problemas econômicos e de submissão, ele deixa a produção integrada, apropria-se do seu saber fazer e destina toda sua matéria-prima à produção de queijo artesanal, consolidando sua agroindústria e comercializando seus produtos diretamente nas feiras locais e de economia solidária. Este é um agricultor que deixa de ser um mero produtor de matéria-prima para as grandes agroindústrias, apropriando-se de seu conhecimento e de um dos elos mais importantes na cadeia produtiva, a comercialização direta do seu produto, o que lhe assegurou maior autonomia e capacidade de agência (LONG; PLOEG, 2002). Nessa perspectiva de autonomia e venda direta ao consumidor, 100% dos entrevistados, em menor ou maior proporção, realizam vendas diretas ao consumidor, quer na própria agroindústria ou em feiras (locais e de economia solidária). Fatos semelhantes se apresentam em outros estudos. Mior (2005) e Wilkinson (2008) ressaltam que os produtores são mais autônomos quando envolvem-se na maior parte da cadeia produtiva e buscam menor dependência das grandes indústrias, agroindústrias e atravessadores, características que fazem parte dos empreendedores pesquisados.

Dando continuidade à análise da dimensão econômica, o desenvolvimento da atividade não agrícola na propriedade (agroindústria) se configura como uma estratégia adotada para manter uma renda fixa na propriedade, diminuindo a dependência dos riscos impostos nas atividades agrícolas, como a sazonalidade dos produtos, as condições climáticas e a venda do produto *in natura*, configurando o mesmo valor agregado quando esses se transformam em produtos mais elaborados, como é o caso dos sucos, schmier, embutidos e doces. Mediante as argumentações, é possível evidenciar a racionalidade econômica do agricultor, materializada na consolidação da agroindústria, em que se busca diminuir os riscos os quais este está exposto, procurando assim, assegurar a permanência da família na propriedade, no meio rural (WILKINSON, 2008). O que se confirma em Ruiz et al. (2002), ao considerar que a dimensão econômica, dentre outras, ocupa papel de destaque na motivação para as famílias constituírem uma agroindústria, ou seja, a agregação de valor aos produtos, via transformação artesanal ou semiartesanal, é

um fator determinante no processo de comercialização dos produtos. A seguir, encaminhar-se-á para a análise da dimensão cultural.

De forma a melhor elucidar o tratamento dos dados relacionados aos fatores motivacionais na **dimensão cultural**, buscou-se junto aos entrevistados identificar a(s) atividade(s) que a família desenvolvia antes da agroindústria e a influência destes no desenvolvimento da atividade. E assim, ao compreender um pouco da trajetória das famílias nas atividades de processamento de alimentos, busca-se relacionar não somente elementos do passado, mas também entender as formas como os agricultores direcionaram seus recursos em benefício aos seus projetos, tornando-se parte essencial nesse estudo.

Ao analisar-se o que os agricultores realizavam antes da agroindústria evidencia-se algumas similaridades entre os respondentes. Conforme descrito no contexto empírico, os colonizadores da região, em sua maioria pomeranos, trouxeram consigo a habilidade nas técnicas agrícolas e processamento de alimentos. Estes desenvolveram e aprimoram tais habilidades como uma estratégia de sobrevivência às dificuldades impostas, ainda em seu país de origem e depois em solo brasileiro. Portanto, a essência do saber fazer, a apropriação do conhecimento herdado e a busca da preservação deste modo de organização social perpassaram o tempo e se apresentam nos entrevistados.

Nesse contexto, a relação com a história local observou-se nos mesmos, um ou ambos os cônjuges são de descendência pomerana e mantiveram na propriedade a tradição herdada na família: as receitas, o processamento de alimentos e o desenvolvimento de atividades agrícolas. Nos agricultores em estudo, a relação com a agricultura teve início junto à família, desde a infância, acompanhando os pais e os avós nas atividades e rotinas da agricultura e pecuária da propriedade. Estes são dados que remetem a considerar que os empreendedores em estudo cultivaram as experiências adquiridas de suas famílias e mantiveram as características produtivas (matéria-prima) já utilizadas na propriedade, tanto para o autoconsumo como, posteriormente, para a inserção no processo produtivo das agroindústrias.

Nessa linha reflexiva, compreende-se que as formas de produção e transformação dos produtos na propriedade encontram-se ligadas à existência de fortes traços culturais da agricultura familiar, o que permitiu aos entrevistados, ao longo do tempo, a construção e transmissão do conhecimento sobre a matéria-prima

hoje utilizada na agroindústria e a forma de processamento, garantindo assim a manutenção do saber fazer enraizado na cultura local. Desta forma, concorda-se com outros autores que referenciam o processamento dos alimentos não como algo novo no meio rural, mas, sim, como algo rotineiro, de pertencimento à família (MIOR, 2005; CARVALHEIRO, 2010; MATTEI, 2015; CARUZO, 2009).

Assim, para os agricultores em estudo, o conhecimento herdado ao longo do tempo garantiu a subsistência da família e adquiriu características próprias, enraizando-se na cultura local, o que contribuiu para a aceitação dos produtos por parte dos futuros consumidores, tornando-o um produto diferenciado, seja para consumidores da mesma etnia ou não. O que fica claro na fala dos empreendedores:

[...] processar peito de ganso é algo que pouca gente faz, aqui em SLS somos somente duas pessoas que mantém a tradição, isto é uma iguaria Pomerana, e não pode morrer, tem gente que vem de outras cidades só para comprar, eu vendo tudo na feira em poucos minutos (**AF8**).

[...] Todo este conhecimento veio da tradição da família, antigamente se fazia queijo de saquinho, aquele penduradinho, hoje em dia não, hoje tem as formas, o leite é pasteurizado, antigamente se fazia natural eu sempre fiz, toda a família faz, mas só eu comecei a comercializar para ter uma renda fixa (**AF2**).

O conjunto de falas dos entrevistados revela que a preservação das técnicas de processamento dos alimentos vai além do processo produtivo (para estes agricultores que fazem parte da cultura local) possibilitando a manutenção dos costumes e a identidade cultural. Reflete-se, assim, uma valoração cultural e étnica transmitida ao produto, assemelhando-se ao tempo em que estes ainda eram processados nas cozinhas das casas para o autoconsumo, distribuídos aos vizinhos em forma de presentes ou comercializados informalmente. Portanto, estes agricultores evidenciam que o processamento dos alimentos tem forte relação com a família, com as tradições e a cultura, culminando com o processo de consolidação e criação das agroindústrias. Os dados comprovaram que para iniciar o empreendimento (agroindústria), o conhecimento herdado da família pelos produtores foi determinante, de forma positiva, evidenciado a força dos laços fortes de Granovetter (1982) no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas.

Desta forma, os dados de campo demonstraram que os agricultores familiares rurais pesquisados, antes da instalação da agroindústria, desenvolviam na propriedade atividades eminentemente agrícolas, herdadas da família e como forma de geração de renda e autoaprovisionamento. Nesse aspecto, as famílias desenvolviam atividades com base na policultura, isto é, cultivavam: milho, feijão, batata, frutas, entre outros. Dedicavam-se à criação de aves, suínos e bovinos, e à pecuária leiteira, com o intuito de autoaprovisionamento, o que se perpetuou como uma estratégia benéfica quando estes passaram a transformar a produção *in natura* em produtos mais elaborados (queijos, pães, bolachas, cucas, schmier, sucos, salame, entre outros). Por conseguinte, a matéria-prima utilizada nas agroindústrias tem como base a atividade produtiva da propriedade, favorecendo assim a manutenção econômica da família.

Estes traços foram herdados culturalmente dos colonizadores da região e confirmados em Reichert (2012), o qual ressalta que o desenvolvimento de atividades agrícolas diversificadas na região é um processo desenvolvido desde o período de colonização, quando os imigrantes são instalados em uma região de difícil acesso e de características latifundiárias. Portanto, sobreviver em meio às adversidades impostas possibilitou a transmissão do conhecimento de geração em geração. De forma a melhor descrever este panorama, o Quadro 5 apresenta o que os agricultores familiares rurais pesquisados desenvolviam em suas propriedades antes das agroindústrias e os produtos hoje processados (industrializados).

Quadro 5: Atividades desenvolvidas antes da agroindústria

INICIATIVA	ANTES DA AGROINDÚSTRIA	AGROINDÚSTRIA
AF10	Micro empresário (urbano) Propriedade rural cultivo frutas	Schimier e sucos
AF7	Agricultura (batata/milho) criação de animais (aves, suínos, bovinos)	Panificados
AF2	Agricultura (batata, cebola, milho, horta). Criação de animais (aves, bovinos) processa peito de ganso	Queijos
AF5	Agricultura (milho, soja), fruticultura, criação de animais (bovinos, aves)	Frango
AF6	Agricultura (soja), criação de animais (bovinos, aves)	Ovos
AF3	Criação de animais (bovinos, aves) fruticultura, horta para consumo.	Panificados
AF4	Agricultura (frutas, horta), criação de animais (bovinos, aves)	Panificados Rapaduras Doces
AF1	Agricultura (frutas, hortaliças) de base ecológicos Criação de bovinos, suínos, aves,	Sucos e doces
AF9	Agricultura (batata, milho) Criação de bovinos, aves	Chocolates, bolos, doces
AF8	Agricultura (batata, árvores frutíferas, horta). Feira Criação de animais (bovinos, suínos, aves)	Embutidos e Peito de Ganso

Ao analisar-se o Quadro 5 é possível evidenciar que 90% dos respondentes desenvolviam nas propriedades atividades eminentemente agrícolas antes da agroindústria e, somente um, consolidou suas atividades de trabalho na área urbana, como microempresário. Portanto, no presente estudo, se reconhece a base do desenvolvimento da atividade agrícola nas propriedades como um fator positivo na consolidação das agroindústrias, ou seja, a origem da matéria-prima utilizada nas agroindústrias tem forte relação com o contexto histórico da família e região. Os dados apontam a existência de uma tradição étnica em torno da produção agrícola, evidenciada nos colonizadores, perpassando o tempo e manifestando-se nas características das famílias empreendedoras pesquisadas, fato que se assemelha a outros estudos em outras regiões do país (MIOR, 2005; GAZOLLA, 2012; AGNE, 2014; MATTEI, 2015). Para tanto, se comprova – no município de São Lourenço do Sul – que muitos dos produtos cultivados desde o período da colonização, hoje são matéria-prima utilizada no processo produtivo das agroindústrias em estudo, algo positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Fato que se confirma no estudo de Mior (2005), ao ressaltar que a matéria-prima é

determinante no processo produtivo, pois é ela que dará uma das condições principais para que a AFR se estabeleça e desenvolva as suas atividades.

Esta circunstância remete a considerar que o conhecimento herdado, ao longo dos anos, em torno da matéria-prima, possibilitou diversificar as atividades na propriedade agrícola e não agrícola. Ao analisar-se os dados sobre a matéria-prima, percebe-se que 40% das agroindústrias declararam que o abastecimento do processo produtivo de sua agroindústria é eminentemente própria, e nos 60% restantes, a matéria-prima utilizada é dividida em partes: parte é da propriedade e parte é adquirida de vizinhos ou de outros produtores/fornecedores (frigoríficos e representantes comerciais), como é o caso de quem produz embutidos.

Entende-se que o uso da matéria-prima da região se consolida como uma estratégia endógena, valorativa da cultura e saberes locais, em que se busque autonomia no processamento dos alimentos. Fato este confirmado quando os agricultores pesquisados procuram cultivar na propriedade a matéria-prima utilizada na agroindústria. Esta autonomia se assemelha à liberdade de decisão reverenciada por Sen (2000), isto é, dominar o cultivo e a criação dos animais, possibilitou a expansão de oportunidades, neste caso, em específico, inserir uma atividade não agrícola na propriedade, o que se considera um dado positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, e de incremento econômico para a região, onde se valorizam os produtos locais.

Outro fato importante relacionado à utilização da matéria-prima da propriedade é a autonomia dos produtores de não permitir a figura do atravessador nesta etapa. Nessa perspectiva, os benefícios ultrapassam o valor econômico para a região, se materializam na valorização dos produtos locais e nas relações de confiança entre os vizinhos, mediante a aquisição da matéria-prima. Este fato foi evidenciado nos agricultores familiares rurais pesquisados que processam frutas (**AF1, AF4 e AF10**). Estes desenvolveram habilidades no processamento dos alimentos decorrentes do conhecimento desde as fases iniciais de plantio, colheita e processamento dos mesmos. Por este ponto de vista, conhecer as técnicas de plantio e o comportamento da matéria-prima quando processada se constituiu como um fator positivo ao processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas, por ser essa uma das primeiras etapas de forte influência no processo de fabricação dos alimentos, fato este que se confirma em outros estudos (MIOR, 2005; GAZOLLA, 2012; AGNES, 2014).

Para tanto, ao mesmo tempo em que o agricultor é proprietário dos meios de produção, ele assume o trabalho no estabelecimento produtivo, mantém os valores culturais e os saberes locais ao desenvolver suas atividades e, assim, é possível evidenciar que em torno da matéria-prima se mobilizam diferentes recursos socioculturais e econômicos, em que se busque a preservação da unidade produtiva familiar, a transmissão da herança cultural (saber fazer) e, conseqüentemente, a preservação do homem e da mulher no campo.

Por fim, mas não menos importante, analisa-se a dimensão chamada, neste estudo, de política pública. Cabe ressaltar que não se tem a pretensão de analisar as políticas, mas, sim, melhor compreender como estas motivaram o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas, sob o olhar dos produtores. Nesta dimensão, duas políticas públicas ganharam destaque: a de crédito rural e a comercialização, neste caso em específico, PAA e PNAE.

4.1.2.1 Políticas de Crédito Agrícola

Os dados de campo evidenciaram que em sua maioria, 70% dos agricultores familiares rurais pesquisados declararam a falta de recursos financeiros, por parte da família, como forma de impulsionar a consolidação das agroindústrias. Em percentual menor, 20% dos respondentes afirmaram utilizar os recursos advindos da família. E em uma proporção ainda menor, 1 (um) dos produtores atribuiu ao CAPA o apoio adicional para consolidar a agroindústria. Nessa perspectiva, mediante a falta de recursos das famílias, as políticas públicas se inseriram como um dos fatores motivacionais ao processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas. O que se confirmou quando os pesquisados afirmaram que para suprir esta carência acessaram recursos públicos, tendo como destaque o Programa Nacional da Agricultura Familiar² (PRONAF), institucionalizado entre 1995-1996.

² Ressalta-se que em 1994, no governo do Presidente da República Itamar Franco, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural (Provap). Programa este que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Provap foi reformulado e atribui-se ao mesmo o papel de embrião da primeira e mais importante política pública destinada aos agricultores familiares, o Pronaf. Institucionalizado em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28/07/96. Mais detalhes ver (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2009; GRISA, 2012).

Cabe ressaltar que a partir do aludido programa, as políticas públicas governamentais assumem um caráter diferenciado e inovador. Diferenciação esta manifestada no público eleito como prioritário, ou seja, o agricultor familiar, perfil este comprovado nos produtores em estudo. Desta forma, entende-se que, para os pesquisados, são nestes momentos que a intervenção planejada do Estado – retratada nos recursos inerentes às políticas públicas destinadas ao agricultor familiar – desempenhou um papel importante no processo de consolidação das agroindústrias. Portanto, é nessa linha de análise que versa-se a seguir.

De forma a melhor elucidar as discussões, considera-se pertinente trazer algumas considerações sobre o Pronaf. Na perspectiva de desenvolvimento rural, ele se consolida como marco na história da construção das políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar (GRISA, 2012). Entretanto, quando comparado ao contexto histórico agrícola do país, voltado à agricultura familiar e suas atividades produtivas, pode-se considerar que estas são ações ainda jovens, com menos de 20 anos, e de diferentes modalidades do Pronaf³. Retomando a análise dos dados, nessa dimensão, elaborou-se o Quadro 6 de forma a apresentar um panorama geral dos empreendedores familiares rurais em estudo e os recursos públicos que acessaram como estratégia de consolidação de seus projetos individuais (agroindústria).

³ **Pronaf Custeio:** Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf. • **Pronaf Mais Alimentos – Investimento:** Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. • **Pronaf Agroindústria:** Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visa o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. • **Pronaf Agroecologia:** Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento (BRASIL, MDA).

Quadro 6: Recursos públicos no processo de consolidação das agroindústrias

EMPREENDEDOR	RECURSOS PÚBLICOS	FINALIDADE
AF4	Pronaf Mulher Pronaf Agroindústria Feapers	Construção do prédio, máquinas, fogão, carro frizer grande, amassadeira com estruzora
AF1	Pronaf Mulher Pronaf Investimento Pronaf Agroindústria Pronaf Custeio	Máquinas, rossadeira, painéis, gerador de luz, plantação de mudas
AF5	Pronaf Alimentos	Construção do aviário Construção do prédio (matadouro) Equipamentos
AF3	Pronaf Mulher Pronaf Custeio	Construção do prédio Máquinas e equipamentos
AF2	Pronaf Investimento	Construção e ampliação do prédio Equipamentos
AF9	Pronaf Mulher	Construção do prédio
AF8	Pronaf Mulher Mais Alimentos	Construção e reforma do prédio, carro
AF6	CAPA	Construção do prédio, compra de matriz
AF7	Não	-----
AF10	Não	

Ressalta-se que os dados apresentados se relacionam aos tipos de recursos que o agricultor acessou. Considerando as dificuldades impostas no momento das entrevistas, na coleta de dados quantitativos – pois alguns dos empreendedores não tinham precisão do valor adquirido –, optou-se em buscar somente as informações relacionadas ao acesso ou não aos recursos públicos, por isso, não serão descritos valores.

Ao analisar-se o Quadro 6, os dados revelam que os respondentes, de acordo com suas necessidades, acessaram os recursos oriundos das políticas públicas. Nessa perspectiva, se utilizaram do Pronaf em suas diferentes modalidades (Pronaf Mulher, Mais Alimentos, Pronaf Custeio e Pronaf Agroindústria), o que viabilizou desde a reforma ou construção do prédio à compra de equipamentos, máquinas (incluindo carro) e a manutenção da base produtiva (plantio), o que se atribui à consolidação das agroindústrias.

Os dados revelam que a política de crédito, neste caso, em específico, o Pronaf, impactou de forma positiva no processo de consolidação das agroindústrias. Especificamente nas agroindústrias que utilizaram esses recursos, o primeiro impacto foi positivo e evidenciado na construção e/ou reforma do prédio. Nessa perspectiva, este é o momento em que os recursos utilizados viabilizaram o processo de formalização das agroindústrias. Este é um dos primeiros passos das exigências legais no país, ou seja, é necessário um espaço destinado ao

processamento dos alimentos e que este atenda às normas de segurança alimentar (MIOR, 2005).

Os recursos advindos das políticas públicas destinadas à construção ou reforma do prédio possibilitou aos agricultores pesquisados sair da cozinha de sua casa para um espaço específico e ampliar sua capacidade produtiva. Desta forma, amplia-se a inserção de sua produção em novos canais de comercialização, sejam estes de cadeia curta (locais) ou longas e mesmo os mercados institucionais. Fatos semelhantes encontram-se em outros estudos (MIOR, 2005; GAZZOLA, 2012; AGNE, 2010). Cabe ressaltar que os 7 produtores que se utilizaram dos recursos públicos para construção e/ou reforma afirmaram que sem este apoio seria inviável a consolidação da agroindústria. Nessa perspectiva, o acesso aos recursos disponibilizados nas políticas públicas é considerado um fator positivo no processo de consolidação das agroindústrias. Portanto, esta é uma forma de intervenção planejada do Estado voltada ao atendimento das necessidades dos agricultores familiares e ao estímulo do desenvolvimento rural.

Neste contexto, concorda-se com outros estudos, os quais evidenciam que nestas políticas, o Estado reconhece e legitima as especificidades do agricultor familiar como uma categoria social com suas peculiaridades (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2009; GRISA, 2012; MIOR, 2005). E assim, aos poucos, ao longo dos anos, o Pronaf foi se fortalecendo e ampliando suas linhas de atendimento. Incorporaram-se novos segmentos, até então excluídos ou não contemplados nas políticas agrícolas. Dentre estes, as mulheres, os jovens, os pescadores, os indígenas e quilombolas.

Os dados de campo revelaram que as mulheres que acessaram os recursos financeiros dessa política, se utilizaram das diferentes modalidades incluindo o Pronaf Mulher, como apoio à consolidação das agroindústrias. Nessa perspectiva, o que se evidencia é a valorização dos projetos da mulher (agricultora) na propriedade, de forma que a mesma desenvolva atividades que lhe garantam renda e maior autonomia na unidade familiar. De forma a melhor elucidar essa situação, elenca-se nas entrevistas o conjunto de duas falas representativas do tema em análise:

Eu usei o **Pronaf Mulher** para fazer o prédio, e a mão de obra claro que a gente acabou gastando mais e precisamos colocar recursos nossos próprios mesmos. Para máquinas, fogão eu acessei o **Pronaf Agroindústria**. Com o Pronaf Mulher tu paga ele em seis anos tem dois de carência e mais seis para pagar, e Pronaf Agroindústria é que nem Pronaf de plantação tu faz num ano e no outro tu paga, aí eu já fiz uma duas vezes o Pronaf Agroindústria, uma vez para comprar o maquinário e outra para comprar o carro. Aqui em SLS a primeira a acessar o Pronaf Mulher fui eu, e o Agroindústria também (AF4).

Eu usei o **Pronaf investimentos** que é para equipamentos e o **Pronaf custeio** que para a plantação de frutas, eu tenho pomar e estou implantando mais dois pomares, um em parceria com a Embrapa e outro por minha conta só com frutas nativas, o que é com parceria da Embrapa não é só com frutas alternativas, é uma agrofloresta é um **Feapars eu peguei um agrofloresta** através deles e eles me dão assistência técnica. E o outro que estou fazendo sozinha, hoje eu não estou mais precisando acessar o custeio com a CRESOL, eu uso os meus recursos, eu acessei o Pronaf Mulher, o específico das agroindústrias (AF1).

De modo geral, ao analisar-se o conjunto de falas dos agricultores, os dados de campo revelam que as políticas públicas de apoio ao agricultor familiar, neste caso, em específico, o Pronaf, tiveram influência positiva na consolidação das agroindústrias. Demonstrando, assim, que na impossibilidade da família ter os recursos, os programas suprem essas necessidades. Sob essa ótica, as políticas públicas viabilizam os recursos destinados à construção, reforma ou melhoria no prédio; compra de equipamentos (freezer, utensílios, veículos, etc.); e investimentos nas safras de frutas. Fatores estes determinantes na consolidação das agroindústrias.

Figura 20: Equipamentos e produtos Agroindústria Flaps



Fonte: Arquivo do autor.

Outro fato evidenciado, mesmo que em menor proporção, foi o de um dos agricultores buscar em atores locais o apoio financeiro para a consolidação de sua agroindústria, neste caso, em específico, recorreu ao CAPA, conforme descrito na fala do entrevistado:

Eu não consegui acessar o Pronaf nós não nos enquadrámos no perfil dos beneficiários, o marido planta soja [...] a renda da propriedade o marido tem acesso ao Projer. Por isto o CAPA foi muito importante, ele me emprestou três mil na época e eu paguei em milho, era dinheiro para eu comprar as aberturas as janelas, para fazer a agroindústria. Na época nós éramos um grupo grande de mulheres, envolvidas com a comercialização informal de ovos, mas as vendas foram aumentando, e a gente tinha que se formalizar, ou corria o risco de não poder vender, perder os produtos por motivo da fiscalização, então o CAPA nos ajudou muito. Eu faço parte do grupo dos produtores ecológicos, e sempre tive apoio do CAPA (AF6).

Ao analisar-se a fala é possível destacar duas situações: a primeira, diz respeito ao apoio das redes locais, nesse caso o CAPA, viabilizando recursos ao agricultor que não teve acesso aos recursos do Pronaf. Os fatos remetem a considerar que em decorrência ao não acesso ao Pronaf, esse agricultor redirecionou seus esforços à rede de apoio local, nesse caso, em específico, ao CAPA. Por este ângulo, o êxito na obtenção dos recursos dessa organização são decorrentes desse agricultor fazer parte de um dos grupos locais assistidos pelo CAPA, evidenciando a importância de estar organizado em grupo e das forças endógenas caracterizadas na existência de um capital social e local, confirmando assim, a força dos laços fracos (GRANOVETTER, 1998).

Na dimensão estadual, dois agricultores utilizaram recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais⁴ (FEAPERS). Nos dados de campo, o programa de apoio financeiro mais citado foi o Pronaf e este serviu de base na maioria das análises aqui realizadas. Compreende-se que os recursos disponíveis pelas políticas não suprem todos os custos de construção, reforma ou aquisição de equipamentos necessários aos empreendimentos, entretanto, se considera que são intervenções planejadas, que

⁴ Em 1988, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais – FEAPER, um Fundo rotativo que visava auxiliar a camada menos favorecida dos produtores rurais, a saber, o pequeno produtor, por meio de financiamentos a pequenos estabelecimentos rurais com vistas à elevação dos índices de produção e produtividade e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Mais detalhes ver Gullo (2001).

ainda se apresentam de forma positiva na consolidação dos empreendimentos. Desta forma, considera-se que o acesso aos recursos disponibilizados nas políticas públicas possibilita ao agricultor familiar rural não se tornar refém dos sistemas econômicos privados.

4.1.2.2 Políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar

Outro dado assinalado na dimensão econômica é o reconhecimento das políticas públicas voltadas à comercialização dos produtos, neste caso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estimuladores do processo de consolidação das agroindústrias. Dos agricultores familiares analisados, 60% estão inseridos nos mercados institucionais e os 40% restantes não. Nessa perspectiva de análise, foram evidenciadas algumas questões muito peculiares em relação à inserção ou não destes agricultores.

O dado que chamou a atenção é o número de empreendimentos não inseridos nesses mercados. Portanto, buscou-se melhor compreender que fatores se manifestam. Os discursos apresentaram uma heterogeneidade de respostas, incluindo: (a) a decisão pessoal de não ampliar os canais de venda dos produtos; (b) o produto não fazer parte das chamadas públicas; e (c) o produto não estar dentro dos padrões descritos nos editais das chamadas públicas. Para melhor esclarecimento, escolheu-se uma das falas dos agricultores:

Eu poderia vender para a merenda escolar, mas sabe como é eles não querem mais ter o trabalho de cortar nada. Eu vendo o frango, mas eles querem somente coxa, o peito, assim eu não tenho como atender. O que eu vou fazer com o resto do meu frango, e a carcaça, eu acho isto errado, parece que fazem isto para a gente não vender, aí os grande conseguem, porque eles já vendem tudo em pedaços, mas eles têm recursos para isto, a gente é pequeno, como vai vender o que sobra do frango, isto teria que mudar (AF5).

Ao analisar-se a fala do agricultor é possível evidenciar uma barreira na inserção aos mercados institucionais. Entretanto, fica claro que a barreira não é decorrente da política pública em si, mas, sim, dos gestores públicos quando definem o padrão de compra dos produtos. Compreende-se que após a descentralização dessas políticas, ou seja, no momento em que os estados e municípios ganham maior autonomia na utilização dos recursos – mesmo com a

obrigatoriedade da utilização dos 30% das compras da agricultura familiar e com a preferência dada ao produtor local – os órgãos públicos definem os critérios de participação e utilização destes, de forma particular, nascendo assim a problemática evidenciada, que é de ordem local e não da política das compras institucionais. Considera-se, que este é um problema ainda a ser resolvido localmente.

Esta constatação remete à concordância com Wilkinson (2008) ao ressaltar que, apesar desse tipo de compra proporcionar ao agricultor familiar a inserção no mercado de alimentos, este ainda se apresenta como um desafio. E concorda-se também com Becker et al. (2010), ao fazer referências de que as compras governamentais, apesar da necessidade de alguns alinhamentos, ainda se apresentam como um espaço de inclusão do agricultor familiar rural no mercado de alimentos, mesmo que seja ele local. Apresentando-se positivamente na dimensão econômica dos empreendimentos pesquisados.

De modo geral, os dados revelaram que os agricultores em estudo tendem a reconhecer as políticas públicas como uma forma de apoio ao desenvolvimento econômico, materializadas na inserção de novos mercados e espaços de comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias familiares rurais. Possibilitando, assim, atenuar as dificuldades econômicas das famílias rurais e fomentando a construção de novos espaços de comercialização dos produtos. Assemelhando-se às reflexões de Mior (2005) ao mencionar que possibilitar novos espaços de comercialização contribui de forma positiva com o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares.

Com base nas análises apresentadas e de forma a melhor elucidar a discussão feita até o presente momento, elaborou-se a Figura 21 em que se apresenta uma síntese das dimensões que se evidenciaram, no presente estudo, como motivação da consolidação das agroindústrias.

Figura 21: Síntese das dimensões motivacionais



Com base nas análises descritas e a síntese apresentada na Figura 21, considera-se que os dados de campo não diferem dos resultados obtidos em estudos semelhantes. Desta forma, sinalizaram a existência de uma heterogeneidade de fatores motivacionais que influenciaram de forma positiva o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas. O que possibilitou, até o presente momento, responder parcialmente um dos questionamentos desta tese: quais os fatores e atores motivacionais no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias?

Ao referir-se que, até o presente momento, esta questão foi atendida de forma parcial, se toma como base as reflexões de Granovetter (1983) ao considerar que os atores não são átomos isolados, que estes interagem com outros atores, formam nós e consolidam suas redes por meio das relações. Portanto, é nessa linha de análise que se destina o próximo capítulo, que será dedicado à compreensão dos atores, não como seres individuais, mas buscando-se analisar as conexões estabelecidas entre estes, em torno dos recursos, do conteúdo transacionado e influência na consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas. Nessa perspectiva, será lançado um olhar às redes.

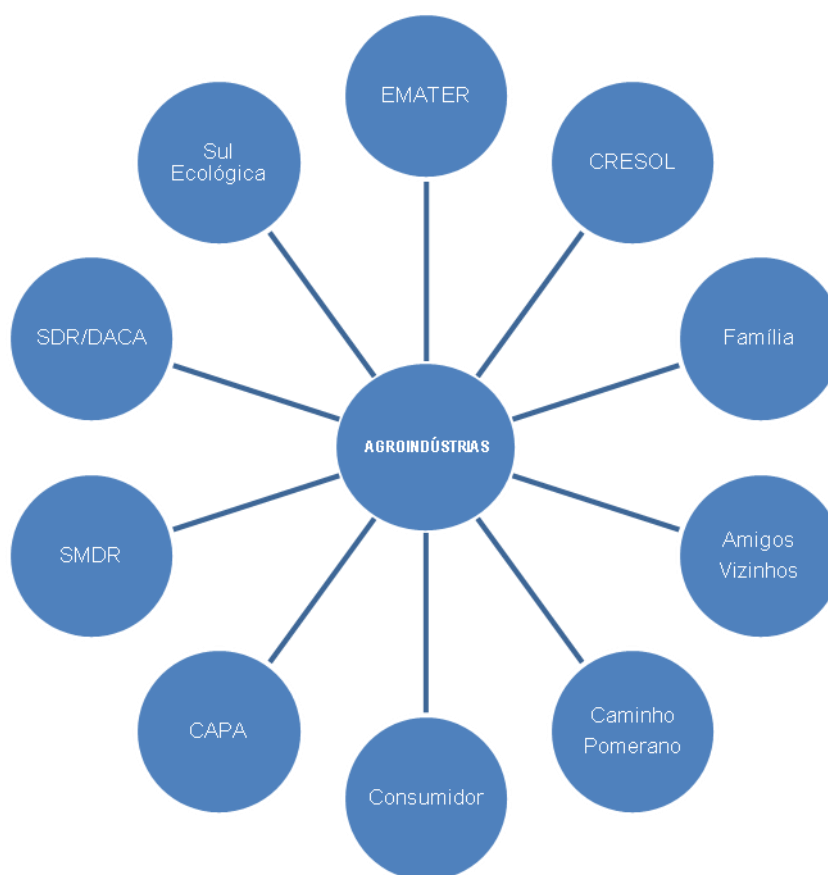
5 REDES, ESTRUTURA, CONEXÕES E CONTEÚDO TRANSACIONADO

Este capítulo visa avançar na análise e discussão dos dados do estudo empírico. Tem como foco principal apresentar alguns aspectos que apontam como a configuração da rede influencia o processo de consolidação, desenvolvimento das agroindústrias e (re)construção dos espaços sociais dos agricultores em estudo. Para tanto, compreender os atores no sentido amplo, envolvendo seus papéis e sua influência em uma estrutura relacional, passou a ser o foco do caminho a ser percorrido nas próximas páginas e, desta forma, é possível responder integralmente à pergunta que permeou nossas discussões: quais os fatores e **atores motivacionais** no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias?

Desta forma, para melhor compreender o universo relacional dos agricultores familiares rurais pesquisados, buscou-se na narrativa dos entrevistados aqueles atores com quem estes se relacionam, trocam recursos, formam nós, enfim, consolidam redes. Nessa perspectiva, identificaram-se uma heterogeneidade de atores. Aqueles aos quais, doravante, serão denominados de **rede social** e que incluem os vizinhos, os amigos, os consumidores e a família, ou seja, são as relações com os laços fracos e fortes de Granovetter (1985).

A seguir, encontram-se os atores representados nas **redes não governamentais**, caracterizadas no Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), na Cooperativa Sul Ecológica, na Economia Solidária, na Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário (CRESOL) e no Caminho Pomerano. E, por fim, a rede denominada de governamental, ou seja, representada nos órgãos públicos, sendo as mais citadas pelos empreendedores: a Emater, a Prefeitura (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio) e o Governo do Estado (Secretaria de Desenvolvimento Rural). Estes são os atores encontrados nesse estudo, identificados mediante as relações que se estabeleceram ao longo do tempo, quer para apoio técnico, fonte de conhecimento, construção de mercados e outras relações sociais, estabelecendo redes de relações em torno das agroindústrias. De forma a melhor elucidar os dados, a Figura 22 apresenta os atores governamentais e não governamentais que constituem as redes em torno das agroindústrias pesquisadas.

Figura 22: Atores governamentais e não governamentais referentes à pesquisa



A Figura 22 servirá de base para desvendar um pouco do universo relacional desses agricultores, isto é, identificar os atores que se relacionam, seus respectivos papéis e as intervenções no processo de consolidação das agroindústrias em estudo. A relevância atribuída à identificação e à análise dos atores, com os quais os agricultores se relacionam, tem como base as argumentações de Delgado et al. (2007), o qual faz referência aos atores invisíveis. Em seu estudo, evidenciam a necessidade de dar visibilidade aos grupos de atores com os quais se estabelecem relações diretas ou indiretas, mediadores ou não das políticas públicas.

Tal contextualização tem por base que, alguns atores sociais em suas respectivas arenas são visíveis e sua importância é indiscutível, na medida em que estes assumem explicitamente o papel de apoio, como é o caso dos governamentais. Mas, ao lado destes há uma série de outros, não tão visíveis, que precisam ser identificados. De tal maneira, a legitimidade dos atores invisíveis é garantida por quem os reconhece como, apoiadores, mediadores ou interventores.

Portanto, os dados coletados em campo evidenciaram, sob o olhar dos respondentes, uma heterogeneidade de atores capazes de intervir e apoiar no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. E nessa linha analítica, avançar-se-á neste capítulo.

De forma a trazer ao leitor as dimensões a serem analisadas – em se tratando das interações dos atores, ou seja, o olhar das redes que se consolidam –, o próximo quadro, que foi apresentado na metodologia, é novamente reapresentado, pois, considerou-se necessário trazê-lo, nesse momento, como apoio ao entendimento do que será analisado.

Quadro 7: Redes

REDES			
Estrutural	Centralidade/ator	Quanto mais um ator se relacionar com os demais, mais central ele será. Assim, aqueles com poucos relacionamentos, são considerados periféricos.	Long e Ploeg Granovetter Mior Gazolla
	Conectividade	Os nós Subgrupo composto por pelo menos três nós com ligações diretas e recíprocas.	
	Enraizamento	Maior número de contatos entre atores locais.	
	Densidade	É a proporção de conexões diretas existentes entre os membros em relação às ligações possíveis de serem estabelecidas	
Relacional	Papéis	Fontes Pontes Conectores Centrais	Long e Ploeg Sabourin Mior

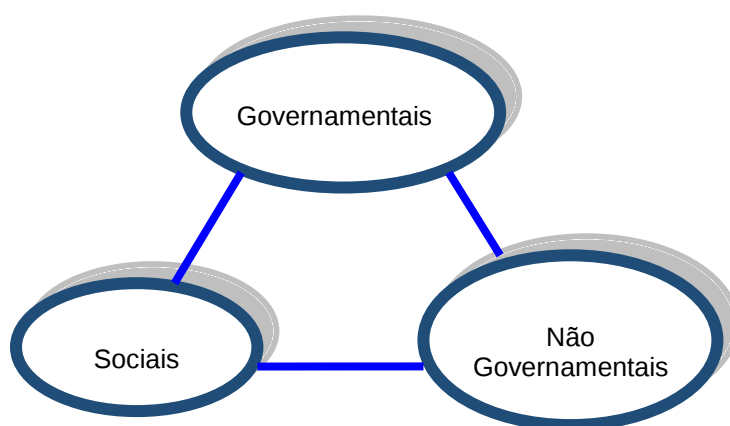
As análises que se seguem buscam melhor compreender a estrutura, os nós que formam redes e a influência no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. De acordo com as dimensões estrutural e relacional, considera-se que estes são dados que se complementam, portanto, em alguns momentos serão tratados concomitantemente. Isto porque, ao dissociá-los por questões metodológicas, corre-se o risco de perder a riqueza de informações evidenciada nas entrevistas.

Nessa perspectiva, seguindo a concepção de Long e Ploeg (1994) quando se refere à Estrutura, o próprio conceito não poderá ficar preso a leituras que dissociam as relações sociais, os interesses e a heterogeneidade dos projetos dos

atores envolvidos. Neste contexto, torna-se necessário entender a Estrutura que envolve diferentes atores em diferentes projetos com interesses díspares. Se de um lado se encontram a inter-relação e/ou distanciamento entre vários projetos de atores, por outro surgem as negociações e o confronto de projetos dos próprios atores.

Desta forma, toda a análise, nesse capítulo, terá como base os atores descritos na Figura 23, os quais em algum momento interagiram, transacionaram algum conteúdo e mobilizaram diferentes recursos, envolvendo projetos distintos (agroindústrias, produtos vegetais, animais, entre outros) de diferentes atores, estes com interesses não homogêneos, disputando espaços e recursos como estratégia de consolidar e desenvolver as agroindústrias dos atores descritos na aludida figura. Sendo assim, para melhor conduzir as análises optou-se em aglutinar os atores, definindo as redes as quais serão exploradas nas discussões. Portanto, as redes a serem analisadas ficaram caracterizadas em três: sociais, governamentais e não governamentais, conforme descritas na figura abaixo:

Figura 23: Principais Redes evidenciadas no contexto empírico



5.1 REDES GOVERNAMENTAIS

Neste subtítulo se discorre a análise em torno das redes governamentais, representadas pela Emater, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR) e Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) – representada pelo Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA).

Os agricultores entrevistados, em sua totalidade, afirmaram recorrer em algum momento à Emater como forma de suprir suas deficiências e melhorar seu

desempenho. Destes, somente dois agricultores manifestaram insatisfação em relação à organização, atribuindo falta de precisão nas informações, fato este que influenciou de forma negativa a interação. Os entrevistados afirmaram que, em decorrência da insatisfação, buscaram apoio técnico em outros profissionais (autônomos) para a realização do projeto da agroindústria. Portanto, considera-se que, a relação de confiança foi abalada, remetendo o agricultor a conectar-se a outros atores. Nessa perspectiva, à medida que os atores procuram e selecionam outros atores fora de sua rede, estes estão definindo aqueles a quem darão créditos, estabelecendo seus aliados futuros (PLOEG; LONG, 2002).

Desta forma, concorda-se com a interpretação de Granovetter (1985) quando ressalta que, confiar ou não em uma informação é algo intimamente relacionado ao fluxo e qualidade das mesmas em uma estrutura. Assim, a Emater – na posição de um ator especialista em sua arena – necessita estar atenta aos atores não satisfeitos com seus serviços, pois seu papel é de possibilitar a quem utiliza os mesmos, informações que busquem reduzir as incertezas no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

O risco resultante da insatisfação tende a encapsular, nas relações futuras, a carga negativa de desconfiança. Compreende-se que, no momento em que se evidenciam tais lacunas, a organização (Emater) poderá estar diante de um problema relacionado aos seus objetivos principais de apoio ao rural, merecendo assim uma avaliação, não dos serviços prestados (porque estes são realizados), mas dos serviços não realizados, causadores das insatisfações de seus atuais e potenciais usuários.

Cabe ressaltar que, em sua maioria, os respondentes (em torno de 80%) afirmaram utilizar regularmente os serviços da Emater, entretanto, nem sempre ficam satisfeitos com os serviços, fato que se evidencia na fala dos agricultores:

Eu confio na Emater, mas muitas vezes as informações demoram a chegar, e nem sempre estão corretas. Eu sei que eles não trabalham só com as agroindústrias, mas a gente tem que ser bem informado. Ainda bem que existe internet, eu pesquiso muito e procuro saber se as informações estão corretas (AF1).

Eu acho que o CAPA ele ainda está melhor no meu conceito do que a Emater, eu acho que os projetos tem que ser mais real, e não incentivar uma coisa que depois não dá certo, incentivam as pessoas e depois param, então tinham era que ter projetos que dessem seguimento, mas mesmo assim eles contribuem, sem eles eu sei que seria pior, e sem as políticas públicas também (AF6).

Sempre tive apoio da Emater, Prefeitura às vezes até demora a vir a resposta de alguma coisa, mas nem tudo eles sabem na hora [...] e quando eu preciso de alguma coisa eu faço contato direto com a SDR, eu uso o computador, as redes sociais e tiro as dúvidas direto na fonte, sei que não é o mais correto, mas a pessoa que trabalha lá é aqui da terra, é filha de São Lourenço, assim fica tudo mais fácil (AF4).

O conjunto de falas aponta a insatisfação em torno da qualidade das informações disponibilizadas, da agilidade nas respostas e da clareza e/ou precisão da informação. Nesta perspectiva, os agricultores desenvolvem estratégias para superar estas dificuldades e estabelecem novos canais de comunicação ou encurtam os existentes, passando a buscar as informações em pessoas que consideram ser mais confiáveis. Sob este ângulo, concorda-se com Granovetter (1985), ao se referir ao fluxo e qualidade das informações em uma estrutura social em redes, onde confiar ou não em uma informação é algo relacionado à condição de confiar, mais ou menos, no detentor e transmissor da informação. Neste contexto, Granovetter alude que os atores receptores das informações serão estimulados, com o passar do tempo, a não acreditarem nas fontes que não atendem a suas expectativas, preferindo recorrer a outros atores da rede em que, por sua vez, depositam confiança. Mediante tais fragilidades, a Emater – descrita como um ator central e especialista na transmissão de informações – deverá estar atenta à problemática evidenciada.

Como dado positivo, foi evidenciado que a Emater, na condição de ator especialista em sua arena, presta serviços gratuitos na realização do projeto de estrutura física, questão ambiental e informações sobre a documentação necessária em torno do atendimento à legislação pertinente ao tipo de empreendimento, apresentando-se como um ator positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Isto porque, a elaboração do projeto e o atendimento às exigências legais é o primeiro passo para tirar as agroindústrias da informalidade. O que ficou evidenciado em algumas falas:

Eu trabalhei mais de 4 anos sem registro as vendas aumentaram, quando surgiu a possibilidade de vender para a merenda das escolas eu disse, não tem como continuar assim, quando pensei em me formalizar eu não sabia o que fazer, quando eu ia imaginar que a água aqui da propriedade não era boa, e isto a Emater me ajudou a resolver, fez todos os projetos, sabe como é se a água não é boa a gente não consegue formalizar a agroindústria, e eu já tinha comprado todos os equipamentos (AF7).

Eu vendia nas feiras, e nos mercados pequenos depois a fiscalização apertou, o município criou o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para os produtos de origem animal, então ou eu me regularizava ou teria que parar ou ficar me escondendo. A nossa freguesia era grande, eu sempre tive pessoas de longe que compravam o meu produto, assim achei melhor formalizar, e tive total apoio da Emater e da Prefeitura **(AF2)**.

Ao analisarem-se os relatos, estes remetem a considerar que o apoio técnico na elaboração e desenvolvimento do projeto estrutural (físico, higiênico-sanitário e ambiental) possibilitou aos agricultores construir ou reformar uma área específica ao desenvolvimento da atividade e, assim, tirar da cozinha o processamento dos alimentos a serem comercializados. Outro fato importante, associado a esta rede de apoio técnico, foi o de tirar da informalidade as agroindústrias pesquisadas. Desta forma, à medida que estas atenderam aos requisitos estruturais exigidos por lei, oportunizou-se a formalização. O que possibilitou a ampliação e inserção das mesmas em diferentes mercados, incluindo os institucionais (PAA e PNAE). Estes fatos foram considerados positivos ao processo de consolidação das agroindústrias e evidenciados também em outros estudos (MIOR, 2005; CARUZO, 2009; MATTEI, 2015).

Tais observações se confirmam em Wilkinson (2008), ao fazer referências que a ampliação dos mercados existentes e a construção de novos são primordiais no processo de desenvolvimento das agroindústrias. Portanto, considera-se que o apoio técnico, em torno do projeto individual das agroindústrias em estudo, aponta a forte influência da Emater no processo de mudança e consolidação das mesmas. Outro dado evidenciado, com relação ao apoio técnico, é a atuação da instituição no processo de operacionalização do PEA/RS, em que os escritórios municipais são responsáveis pelo pedido de criação de *layout* de rótulos para os produtos das agroindústrias, obedecendo ao fluxo operacional padrão contido no Manual Operativo do Programa, bastando apenas o envio do requerimento e a planilha de solicitação preenchida e assinada pelo escritório.

Em torno da padronização dos rótulos dos produtos, 70% dos agricultores buscaram informações e apoio – no desenvolvimento desses – na Emater. O uso de rótulos (quando os produtos se inserem em mercados formalizados) é obrigatório, nessa perspectiva, a importância da instituição se apresenta novamente em sua atuação como um ator especialista. E, assim, supre a carência do conhecimento que o agricultor não possui. Portanto, utilizando-se dos conhecimentos técnicos de base

nutricional e atendimento à legislação, a prestação dos serviços proporciona mudanças na forma de apresentação do produto.

Outro fato, na dimensão do apoio técnico, é a colocação de placas de identificação de localização das agroindústrias. No período de realização da coleta dos dados, somente duas agroindústrias possuíam placas de identificação de localização nas estradas municipais. O pequeno número de empreendimentos com placas de localização foi considerado um dado negativo no processo de consolidação das agroindústrias. Tal reflexão tem por base a baixa visibilidade e divulgação das mesmas, assim, considera-se que esta é uma perspectiva que ainda merece atenção por parte do poder público.

De acordo com o PEA/RN, os escritórios locais da Emater solicitam as placas via ofício, contendo os dados de coordenadas de GPS, marco quilométrico e nome da Rodovia (BR ou RN), devendo sua tramitação seguir o mesmo fluxo do cadastro das agroindústrias, fato este que vem ocorrendo de forma ainda lenta e fragilizada. O que se verificou foi uma insatisfação, por parte dos respondentes, relacionada à morosidade no atendimento as solicitações.

Ainda nesta rede dos atores governamentais, os agricultores interagem com a Emater em busca de qualificação. Dos respondentes, 90% afirmaram ter realizado o curso de boas práticas de fabricação promovido pela Emater e somente um realizou o curso em outra instituição. O que aponta o reconhecimento desses agricultores ao associar novos conhecimentos ao conhecimento tácito, ao saber fazer herdado, ou seja, aprimorar as práticas adotadas, de forma a minimizar os riscos e fracassos na manutenção da agroindústria. O que se confirma em Mior (2005), ao fazer referências à importância do aprimoramento dos conhecimentos adquiridos e o impacto positivo no aperfeiçoamento das técnicas produtivas, gerenciais e tecnológicas.

Tais referências se assemelham aos estudos de Brito (2005) sobre a agroindústria familiar, ao ressaltar que os técnicos transmitem as práticas, as informações e os agricultores tentam confrontá-las à sua realidade. Isto porque, quando os agricultores familiares rurais, na condição de empreendedores, buscam sua inserção nos mercados convencionais, pautados nas convenções globais de um mundo industrial padronizado-genérico, torna-se necessário o conhecimento dessas convenções, das normas e regras as quais estes serão submetidos (NIEDERLY, 2011). Desta forma, a oferta dos cursos, confere a Emater local o papel de um ator

especialista (ofertando qualificação), de um ator de alta centralidade (90% realizaram os cursos) e fonte de informação aberta, ao oferecer gratuitamente cursos de formação – incluindo o de boas práticas de fabricação – e comercialização. Nessa perspectiva, se atribui importância à atuação do poder público na condição de fonte – de informação e conhecimento – aberta, em que os cursos são realizados sem custo.

Figura 24: Cursos de Boas Práticas de Fabricação



Fonte: Arquivo do autor.

A relevância aqui atribuída à gratuidade dos cursos tem por base a possibilidade destes agricultores se qualificarem, de forma a atender as normas em torno do modelo de segurança alimentar vigente no país. Assim, em torno do processo produtivo para o atendimento às convenções globais, os cursos de boas práticas de fabricação são obrigatórios, não importando o porte ou tipo de indústria. O curso foi instituído por meio da Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A resolução regulamenta os procedimentos técnicos operacionais a serem adotados nos estabelecimentos que produzem e industrializam alimentos, e estabelece a lista de verificação de boas práticas de fabricação. É no sentido de qualidade e gratuidade dos cursos que, neste estudo, se reconhece a importância da representação da Emater como fonte de informação aberta.

Vinculadas também à perspectiva de fonte de informação aberta, a SMDR e SDR/RS, em parceria com a Emater, realizaram seminários sobre legislação fiscal e tributária. Estes seminários estão relacionados à necessidade de suprir a falta de conhecimento dos agricultores no atendimento às legislações higiênico-sanitárias, bem como dar suporte com relação às especificações técnicas necessárias para o processamento e a comercialização de produtos, aqui em específico, os de origem animal. Assim como no caso da Anvisa, que é voltada à produção de origem vegetal, e do MAPA, para as bebidas.

Tais dados remetem a considerar que, o apoio institucional mediado nas ações das políticas públicas se apresenta como um fator positivo no processo de consolidação das agroindústrias. Representando, assim, um impacto positivo para elas, visto que o conhecimento sobre as práticas de processamento de alimentos e o da legislação permitem aos agricultores adequarem-se às exigências legais, fato que apesar de contestado em alguns estudos é consolidado na legislação brasileira. Sendo assim, considera-se a capacidade das forças endógenas no processo de capacitação dos agricultores locais, evidenciando, dessa forma, uma rede de apoio sólida na construção das informações necessárias à manutenção das agroindústrias em diferentes mercados.

Outro fato importante observado nesta rede é o papel da Emater, da SDR/RS e da SMDR como atores expansores de rede. Isto é, os dados empíricos apontaram o desenvolvimento de ações de integração entre os agricultores familiares locais e outros produtores com empreendimentos em outras localidades, expandindo as redes. Esta expansão é promovida com o apoio dos referidos atores governamentais. Neste caso, em específico, constatou-se que 80% dos respondentes participaram de algum evento ou visita a outros empreendimentos, locais ou fora do município, organizados por esta rede.

Nessa perspectiva, se evidenciou que estes eventos possibilitam construir e/ou transmitir socialmente o conhecimento, possibilitando aos agricultores pesquisados aperfeiçoar suas técnicas produtivas e gerenciais, em que se consolidem estratégias de inserção em diferentes mercados, sejam eles curtos ou longos. O que fica claro no conjunto de falas:

Nós fomos para Erechim com apoio da Prefeitura e Emater lá a gente foi ver agroindústria de queijo, frango [...] a Prefeitura organizou tudo, não teve custo nenhum. Visitamos algumas agroindústrias pequenas, e visitamos a Seara, ela iniciou pequena como nós e hoje é muito grande. O bom quando tu chegas nestes lugares é aprender com eles, eles mostraram toda a produção, e nos explicavam a forma correta de fazer as coisas, muito eu aprendi nessas visitas, mas também fiquei feliz porque muita coisa eu já sabia fazer, e o melhor é quando a gente vê que não está tão ruim (AF2).

Hoje tem muitos lugares que oferecem cursos, mas quando iniciamos o grupo de produtora rurais, nós éramos vizinhas, vivíamos quase que os mesmos problemas, a gente se ajudava muito. Naquela época era só a Emater quem trazia os cursos, reunia as produtoras rurais, dava apoio e sempre trazia uma novidade, eu tenho quantidade de diplomas, se soubesse tinha separado para te mostrar. E nós éramos um grupo de vizinhas, a gente se ajudava. Eles levavam a gente em outros lugares, em outras agroindústrias, e a gente foi melhorando o que já fazíamos, a intenção era de aprender com aqueles que já estavam legalizados, que já tinham suas vendas, o bom disso tudo é que assim a gente não precisou passar tanto trabalho (AF8).

Ao analisar-se o conjunto de falas, estas remetem a considerar que os agricultores investigados conectaram-se a diferentes redes sociais (amigos, vizinhos, instituições não governamentais e outros) e de apoio técnico, o que possibilitou novas experiências e novos contatos, ou seja, consolidaram-se outras redes relacionais com atores mais distantes quando visitaram outros empreendimentos. Demonstrando, assim, que ao iniciar a atividade, o contato com experiências similares é algo positivo, quer dizer, oportunizou-se comparar e aprimorar o saber fazer herdado com outras realidades de empreendimentos já formalizados.

Dos pesquisados, 100% afirmaram que sempre que possível realizam cursos, participam de visitas a outros empreendimentos e comparecem a feiras, em busca de ideias, novos contatos e novas receitas. Comprovando que os agricultores ainda necessitam de apoio técnico e não conseguem, isoladamente, desenvolver as atividades gerenciais e produtivas, isto é, todas as técnicas pertinentes à atividade, o que confirma a importância das redes relacionais e de apoio técnico como estratégia de desenvolvimento rural.

Desta forma, se reconhece nestes atores a ligação com outras redes mais distantes, em busca do entendimento das diferentes estratégias adotadas por aqueles já consolidados. E assim, nessa lógica de desenvolvimento rural, estes conhecem e passam a compreender as estratégias organizativas de outras regiões, outras práticas cooperativas e associativas que buscam assegurar ao agricultor melhores espaços e inserção em diferentes canais de comercialização.

Outro fato relevante evidenciado por esta rede é o estímulo ao desenvolvimento de atividades de cooperação e ajuda mútua entre os agricultores. Desta forma, três agricultoras, em decorrência da pequena escala de produção, foram estimuladas pela Emater e Prefeitura a adotarem uma estratégia de produção compartilhada, assegurando assim o atendimento às chamadas públicas, neste caso, em específico, a merenda escolar. Nessa perspectiva, a pequena escala produtiva dos agricultores (**AF1, AF4 e AF3**) inviabilizava a inserção destes nos mercados institucionais. O que se evidenciou foi que, mediante o estímulo das organizações citadas, estas dividem em suas agroindústrias a produção em quantidade suficiente para atender as chamadas públicas.

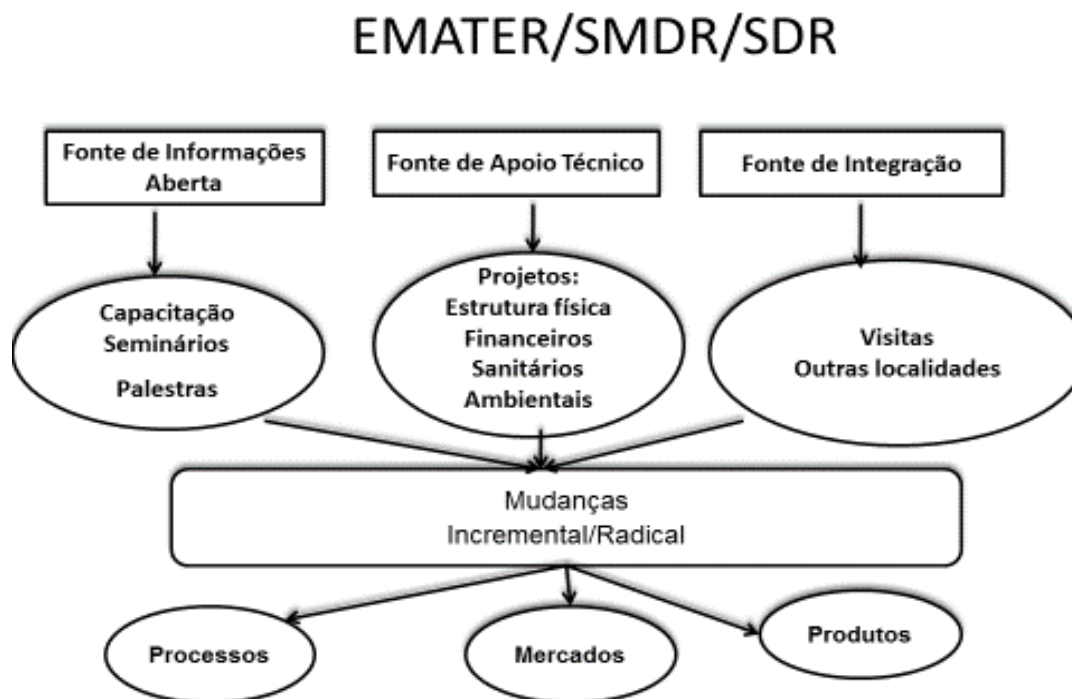
A aproximação que se apresenta entre as agricultoras é decorrente das relações de amizade e confiança construídas, ao longo do tempo, entre elas. Neste contexto são estabelecidas relações entre indivíduos em que os graus de proximidade e intimidade são baixos e com pouca intensidade emocional. Considerados como amigos distantes, as informações fluem rapidamente à medida que os mesmos transitam entre diferentes redes ou campos, tornando-os detentores de informações ímpares, confirmando o que Granovetter (1985) atribui à força dos laços fracos.

Cria-se o que Putnam (1993) chama de círculos virtuosos, os quais redundam em equilíbrios sociais, com elevados níveis de cooperação e reciprocidade. Desta forma, as ações coletivas destinadas a resolver problemas de comercialização dos produtos indicam uma rede mais densa e coesa. O que possibilita aos atores internalizar normas que desestimulem o oportunismo e enfatizam a confiança (GRANOVETTER, 2005). Deste modo, o que se evidenciou são interações entre os agricultores, em busca de solução a problemas que lhes são impostos quando eles se inserem em diferentes canais de comercialização.

Estas interações possibilitam, assim, a construção de redes locais e horizontais, trazendo para o discurso a importância dos laços fracos no desenvolvimento de estratégias manifestadas em formas voluntárias de enfrentamento às dificuldades impostas. Nesta perspectiva, foi fundamental o papel do poder público como ator conector e expensor das redes relacionais dos agricultores em estudo, apresentando-se também como uma ponte que liga pessoas com os mesmos interesses, evidenciando a capacidade de agência das organizações governamentais em pauta (LONG; PLOEG, 2002).

Diante das análises deste subtítulo, a Figura 25 apresenta um esquema simplificado dos papéis atribuídos à rede governamental identificada neste estudo.

Figura 25: Esquema simplificado dos papéis da Emater, SMDR e SDR, e das ações como estratégia de apoio ao processo de mudança



No presente estudo, evidencia-se que as ações de apoio por parte do poder público se apresentam como um dado positivo ao processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Portanto, se reconhece os diferentes papéis assumidos, tanto na condição de fonte de informação como apoio técnico e ponte, mediante a promoção de integração entre atores próximos e distantes. A ampliação das redes relacionais possibilita a troca de informações, experiências e inserção em diferentes mercados.

Com base no exposto, neste subtítulo buscou-se melhor compreender o papel dos atores e o comportamento da rede governamental no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. A seguir, encaminhar-se-á à análise das redes não governamentais.

5.2 REDES NÃO GOVERNAMENTAIS

Neste subtítulo, busca-se compreender o papel das redes não governamentais para os agricultores, que reconhecem a capacidade de influência das mesmas no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, sendo elas: o CAPA, a Cooperativa Sul Ecológica, a Associação Caminho Pomerano, a Cooperativa de Crédito (CRESOL) e a Economia Solidária. Em menor evidência foram mencionados os sindicatos rurais, o que remete a reflexões sobre a fragilidade que os agricultores entrevistados atribuem à ação destes. O que ficou claro na fala dos agricultores em relação aos sindicatos: (i) *o sindicato em algumas coisas parou no tempo*; (ii) *hoje os sindicatos fazem mais política e esquecem um pouco da gente*; e (iii) *tem uns que querem fazer do sindicato uma escada para entrar na política*. Evidencia-se, portanto, que estas são relações fragilizadas, que necessitam ser trabalhadas entre eles.

Os dados de campo revelaram a existência de práticas voltadas à formação de redes não governamentais construídas socialmente, apontando a consolidação de estratégias em busca de maior autonomia em diferentes elos da cadeia produtiva (produção, distribuição e comercialização). De forma a elucidar as discussões, elaborou-se o Quadro 8, em que se encontram as múltiplas redes onde os agricultores estão inseridos:

Quadro 8: Participação dos empreendedores em redes de construção social

INICIATIVA	PARTICIPAÇÃO NA REDE
AF10	Associação do Caminho Pomerano
AF7	CRESOL, Caminho Pomerano
AF2	Sindicato Rural; Economia Solidária; Associação Caminho Pomerano
AF5	Coopar, CRESOL, Sindicato Rural, Associação Caminho Pomerano
AF6	Associação Caminho Pomerano; Associação das agricultoras, Grupo Ecológico do Prado Novo, Coopar.
AF3	Caminho Pomerano; Fetag; Cooperativa Sul Ecológica
AF4	Fetra; Associação Caminho Pomerano; Cooperativa Sul Ecológica; Associação Economia Solidária
AF1	CRESOL, Fetra, Associação Caminho Pomerano, Cooperativa Sul Ecológica, Cooperturuçu, Associação Economia Solidária, Associação dos Agricultores do Prado Novo (Grupo ecológico)
AF9	Caminho Pomerano
AF8	Associação Caminho Pomerano, Associação das Produtoras Rurais; Coopar; CRESOL

Ao analisarem-se as informações evidenciou-se, nos produtores, a tendência em associar-se, fazer parte de diferentes redes, fato que remete a considerar a busca de ações mais coletivas – menos individualizadas – em torno de seus projetos pessoais. Participar de redes distintas possibilita conectar atores, que trazem consigo seus valores, conhecimentos e outros contatos. Os agricultores investigados, ao circularem em diferentes redes, sinalizam estar-se diante de atores mais autônomos. Em alguns momentos, desempenham papel de um ator ponte, possibilitando carregar e transmitir os diferentes conteúdos transacionados do interior de uma rede para outra. Ao nos apropriarmos, novamente, do discurso de Granovetter (1985) se reconhece a força dos laços fracos, fato este considerado positivo na ampliação ou criação de redes de desenvolvimento rural.

Isto se atribui ao conteúdo transacional circulante nessas redes, onde se compartilham informações, conhecimento, apoio técnico, comercialização dos produtos e recursos financeiros. O que se confirma nas argumentações de Marteleto (2001), ao considerar que as redes sociais ou *networks* são representações de um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. Apesar dos benefícios que se consolidam em torno dessas redes, não há como negar a existência de riscos. Estes atribuídos quando há a possibilidade de existência de má fé, quer dizer, quando alguns atores são detentores de informações privilegiadas, dotados de recursos e capacidades, não disponíveis a todos, e fazem uso dos mesmos, em seus espaços políticos, sociais, econômicos, em proveito próprio, desconsiderando os demais.

Ainda na perspectiva de enraizamento, as redes se apresentam mais densas em torno da consolidação de canais de comercialização diretos, gerando maior interação entre os agricultores familiares rurais e tornando-os mais autônomos, como é o caso da participação destes em cooperativas (Sul Ecológica, Coopar e CRESOL), associações (Produtores Ecológicos, Produtoras Rurais, Caminho Pomerano e Economia Solidária), no CAPA e nas feiras promovidas na praça central, com apoio do poder público (Prefeitura). Considera-se este um dado positivo na consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, tendo por base que um dos grandes desafios da agricultura familiar é sua inserção nos mercados, portanto, os produtores consolidam estratégias de desenvolvimento de canais de comercialização mais autônomos, enraizados nas relações de confiança e reciprocidade (WILKINSON, 2008).

Evidencia-se a capacidade de resposta e tomada de decisão dos produtores na construção de estratégias mais coletivas, ou seja, enfrentam as dificuldades do processo de comercialização organizados em grupos, onde é possível competir em quantidade, qualidade e preço com as indústrias convencionais. Cabe ressaltar, nesse caso, em específico, que a rede mais densa é a Associação Caminho Pomerano – onde todos os pesquisados estão inseridos – por ser este um espaço de representação mais do que econômica, constituído a partir da preocupação com a preservação da identidade cultural local, pois é onde se preserva a história dos colonizadores pomeranos, materializada nos alimentos que carregam hábitos, crenças e tradições alimentares produzidos nas agroindústrias investigadas e oferecidos ao turista.

Figura 26: Caminho Pomerano



Fonte: Arquivo do autor.

Estas constatações demonstram que estes agricultores consolidam novas formas de divulgação dos seus produtos, associando a história local aos hábitos e tradições no processamento de alimentos. Cabe ressaltar que em torno desta rede fortificam-se as interações de reciprocidade, cooperação e ajuda mútua em torno dos produtos disponibilizados nas propriedades que fazem parte do roteiro de visita, o que possibilita a manutenção da história local. Desta forma, é comum

que os produtores que não fazem parte do roteiro, abasteçam com seus produtos as propriedades visitadas.

Aproximamo-nos do pensamento de Sabourin (2009), ao considerar que o termo reciprocidade não deve ser reduzido às relações de troca de produtos e/ou serviços. Tal vocábulo vai além disso, adquirindo uma função vital em torno dos aspectos simbólicos de troca. Está caracterizado no sentimento de pertencimento, onde a troca de material (produto) carrega para os grupos a cultura e os valores que, neste caso, em específico, estão associados à colonização pomerana, evidenciando, assim, um espaço vivo da cultura local. Ou melhor, esse espaço permite aos atores (agricultores) mais do que comercializar os seus produtos. Se apresenta como forma de reciprocidade, voltado à sociabilização do conhecimento, ao saber fazer herdado e à herança cultural – materializada em produtos como o peito de ganso defumado, linguiças, schmier, cucas, ovos da colônia, bolachas e sucos. Apontando ser este um caminho de preservação da cultura, mas com forte influência nos resultados econômicos da região, no desenvolvimento local e na consolidação das agroindústrias (LONG, 2001).

Diante deste contexto, considera-se que os agricultores do município em estudo (re)constroem os espaços de maneira a torná-los favoráveis à consolidação e desenvolvimento de seus empreendimentos, ações estas mediadas pelo conteúdo transacional compartilhado (as informações, a ajuda mútua, a reciprocidade e a cooperação) em torno da busca de solução de problemas comuns aos produtores, como é o caso da comercialização.

Figura 27: Relações de amizade no processo de comercialização



Fonte: Arquivo do autor.

Em alguns casos, a adoção de relações horizontais de amizade e proximidade levou à formação de subgrupos em torno de objetivos comuns, e assim, se consolidaram associações e cooperativas, o que se evidencia no grupo de Produtores Ecológicos do Prado Novo, na Associação das Produtoras Rurais, na Cooperativa de Crédito CRESOL, entre outras, demonstrando, assim, a forte tendência à forma de organizações coletivas, que é confirmada no conjunto de falas dos agricultores:

No nosso grupo [...] já tiveram mais de 50 senhoras, e aí a Emater fazia trabalho com a gente, eram tantas receitas, palestras pra nós uma vez nos levaram a Santa Maria, pra ver outros grupos, aí eu fui criando coragem. Eu era líder deste grupo, e já tinha carteira de motorista, e elas disseram quem sabe a gente vende e tu diriges para nós. Aí cada uma trazia as coisinhas pra cá e começamos a vender junto indo pra feira, eu levava os produtos, vendia e depois a gente. Aí começou a dar muito trabalho, e a gente as vezes tinha que trazer produtos de volta. Nós começamos como grupo de trabalho para vender na feira, todas nós éramos vizinhas. As minhas filhas já estavam na faculdade em Pelotas, e vinham no final de semana e me ajudavam a fazer as coisas, matar os frangos, naquele tempo a gente podia vender tudo na feira, não era como agora. Hoje o grupo é pequeno somos bem menos [...] (AF8).

Eu fui convidada por uma vizinha a participar do grupo ecológico, este era apoiado pelo CAPA, fui entrei e acabei gostando. Eu produzia ovos assim no grupo eu tive a oportunidade de aumentar as minhas vendas, uma delas participava da feira em SLS, aí o grupo começou a levar os ovos junto com as verduras para vender em SLS. Mas aí naquela época começou quem não tinha o alvará de licença eles pegavam [...] Aí foi falado pro grupo que alguém tinha que se legaliza, porque se não a gente não podia mais levar ovos. Em 2001 iniciou o grupo ecológico vinculado ao CAPA e depois em 2005 a Emater veio com o projeto de criação de frangos, mas aí reunimos, nós tivemos tantas reuniões com autoridades que vieram aqui dar idéias, saber das necessidades da gente, nem tudo deu certo. Quando a Emater veio propor da gente trabalhar com frango, construir um aviário e abatedouro, ficamos animadas, mas tinha que fazer tanta coisa, que nós desistimos. E eu sempre tive galinha poedeira, então ficou melhor a agroindústria para ovos, e assim a turma de mulheres aceitou. Foi assim que formamos a Associação das Agricultoras isto em 2005, que tem até hoje aqui no Prado Novo, mas antes disso a gente se ajudava, vendíamos na feira e sempre levávamos os produtos umas das outras para vender (AF6).

Eu comecei com os produtos ecológicos, eu não entendia nada. Foi quando falei com o rapaz que usava a nossa propriedade para criar abelhas, para pedir ajuda, e ele disse procura o CAPA. Procurei e eles disseram que só trabalhavam com grupos, então eu corri atrás dos amigos e formamos um grupo. Com o apoio do CAPA, nós conseguimos formar um grupo de produtores que acreditavam na agroecologia. Nos reunimos e começamos organizar a nossa produção de verduras, legumes, frutas tudo orgânico [...] Este grupo eram de homens e mulheres, entre cinco mulheres começamos a fazer os pré-pronto para comercializar. Nós antes das políticas já fornecíamos o nosso produto para uma escola local. Nesse meio tempo surgem às políticas públicas para merenda escolar, e como o nosso produto era da agricultura familiar e orgânico, o governador do Estado, na época Olívio Dutra soube do nosso trabalho e foi desenvolvido o primeiro plano piloto junto a escola Cruzeiro do Sul, com apoio do CAPA na época a diretora da escola era uma “parceira”, e então disse, vamos fazer este piloto com produtos minimamente processados, mandioca, chuchu, e já ia nos baldes prontos, para fazer o sopão para as crianças na escola. Nós fazíamos tudo [...] (AF1).

Ao analisar-se o conjunto de falas, os dados remetem a algumas reflexões: evidencia-se nos agricultores pesquisados que estes, antes da consolidação das agroindústrias, apresentavam tendência à forma de organização social coletiva, trocando entre si informações, conhecimento, recursos materiais ou não. Nesta perspectiva, se confirmou nos discursos a indução da formação dos subgrupos nesta rede, por parte dos atores governamentais e não governamentais. Neste ponto de vista, os atores locais assumem o papel de expansores das redes, conectam-se a outros atores separados geograficamente e tornam-se peças-chave na consolidação de outros grupos. O que ficou evidenciado na fala da agricultora **AF1**: “eu sempre estive envolvida com produtos ecológicos, fui uma das fundadoras do grupo de produtores ecológicos, e até hoje faço parte do grupo, tenho orgulho de dizer que participei da fundação da Cooperativa Sul Ecológica”. Este é um discurso que afirma a capacidade de agência dessa produtora (LONG; PLOEG, 2002).

O outro fato evidenciado é a existência do grupo de agricultoras que dá origem à Associação das Produtoras Rurais do Prado Novo. Vale ressaltar que sua existência data de mais de 20 anos, mas somente há 14 anos se encontra na condição formal de associação. Os relatos evidenciaram inicialmente que as mulheres deste grupo reuniam-se com o propósito de troca de informações, encontros e realização de cursos, relações estas que evoluíram resultando na consolidação da associação. Nessa perspectiva, a associação se apresenta como uma estratégia, de (re)construção de um espaço social de discussão dos problemas locais, comercialização dos produtos por elas produzidos, cultivados ou processados (pães, bolachas, ovos, verduras, legumes e frutas). Sob esse ângulo, a formação

dos grupos entre vizinhos e amigos confirma a proposição de Granovetter (1995) ao atribuir aos laços fracos à maior possibilidade de reunir pessoas que não pertençam à mesma rede.

Um dado importante evidenciado na organização dos subgrupos dessa rede não governamental está na indução. Portanto, parte-se da premissa que a forma de organização é voluntária, mas se materializa em um processo indutivo, onde diferentes atores estimulam a formação dos subgrupos. Nessa perspectiva, amigos, vizinhos, a Emater, o CAPA e a Prefeitura, em algum momento, desenvolvem e exercem sua capacidade de agência (LONG; PLOEG, 2002).

Assim, além da capacidade de agência, assumem o papel de expensor de rede, ao aproximarem pessoas que não circulam pela mesma. Para tanto, estes têm habilidade em criar um senso positivo e produzir significados para os outros, resultando na formação dos grupos. Este é o caso do CAPA, ao estimular a formação de grupos (associações, produtores ecológicos e cooperativas) como forma de enfrentamento às dificuldades a eles impostas (capacidade de escala, diversificação da produção, entre outros).

Nessa perspectiva de indução, a formação de grupos possibilita aos agricultores novas oportunidades e melhores condições de inserção em diferentes mercados. O que se confirma em Long (2001) ao fazer referências que, as ações coletivas possibilitam solucionar problemas quase impossíveis enquanto atores isolados. Assim, as ações coletivas de produção e comercialização possibilitam aos produtores constituírem estratégias mais competitivas frente aos mercados globalizados. Sob esse ângulo, o conteúdo transacionado nessa rede se solidifica nas ações de apoio técnico oriundo do CAPA, nas do financeiro da Cooperativa de Crédito (CRESOL) e nas de comercialização (associações e cooperativas). O que garante uma intervenção planejada, com base nos recursos locais existentes (profissionais, estrutura física e econômicos) em que se busque atender às necessidades dos agricultores locais.

Nessa linha analítica, ao CAPA se confere diferentes papéis: especialista mediante apoio técnico aos grupos, configurado nas atividades de apoio ao processo produtivo e elaboração dos projetos das agroindústrias; expensor de rede; e, fonte de conhecimento aberto (cursos e treinamentos). O que se caracteriza como um fator positivo ao processo desenvolvimento e consolidação das agroindústrias e desenvolvimento econômico local.

Os respondentes, os quais foram ou ainda são assistidos pelo CAPA, consideram que o impacto positivo das ações desta instituição é o fomento à formação de grupos, estes reconhecem a importância de ações coletivas, visto que, a atuação individual em alguns casos inviabiliza a inserção em diferentes mercados. Esta comprovação se apresentou na fala dos agricultores: “nossa produção é em pequena escala, se não nos organizarmos em grupo nunca iremos acessar outros mercados, por isto as cooperativas, as associações são importantes” (**AF1, AF4, AF3, AF2 e AF5**).

Este fato é considerado positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, isto porque, a formação de novos espaços de discussão e a diversidade de conhecimento a ser compartilhado entre os integrantes de grupos distintos possibilita que as informações circulem de forma mais ampla, livre e rápida, possibilitando assim a inserção em diferentes mercados. O que se confirma em Granovetter (1985) ao ressaltar que as informações fluem mais rapidamente entre os laços fracos. Assim, em decorrência da possibilidade de novos contatos, oportuniza-se aos agricultores em estudo, transitar em diferentes redes ou arenas. O que lhes possibilita se tornarem detentores de informações ímpares, as quais são restritas quando circulam em grupos pequenos, fechados. Tal constatação se materializou no discurso dos pesquisados, ao afirmarem que, a inserção em mais de uma rede possibilita o acesso a diferentes informações e discussões mais amplas e em diferentes perspectivas (de ordem econômica, política ou social).

Considera-se este um ponto positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, porque na medida em que se ampliam as redes surgem novas formas de socializar as informações, são nestes momentos que as tecnologias (telefone e celular) a internet e as redes sociais como o Facebook ganham espaço e aproximam atores distantes geograficamente. O que se confirma no conjunto de falas:

Hoje em dia quando eu tenho dúvidas, faço contato com os técnicos e o pessoal da rede Ecovida pela internet, antes não tinha nada disto, tudo era mais demorado. O bom mesmo, é que a gente estando nas associações e cooperativas, estamos sempre em contato com a realidade de outros agricultores, procuramos nos ajudar até porque tem coisas, que eu fico sabendo porque, tenho a certificação e preciso me manter atualizada, sobre a legislação dos produtos orgânicos, tudo que eu sei procuro repassar para os outros. Até porque, tem coisas que interessam mais e outras menos, dependendo dos teus pares (**AF1**).

Eu faço parte de quase tudo caminho pomerano, sul ecológica, economia solidária, estou sempre procurando a Emater, faço os cursos, vou para as feiras, Expofeira em Pelotas, Expointer em Porto Alegre. Sou cadastrada no Programa de Agroindústria Familiar do estado, o sabor gaúcho. Então a gente tem um monte de lugar para tirar dúvidas, e tentar fazer tudo certo. E tem coisas que a gente fica sabendo antes até mesmo da Emater, porque a pessoa que trabalha lá na secretaria de desenvolvimento rural do estado, é aqui de SLS. Então quando eu tenho dúvida eu ligo direto, ou passo mensagem, ou falo com ela pelo Facebook. Às vezes eu tenho as informações antes do pessoal da Emater, aí eu aviso para eles, claro que eu só faço estes contatos porque, a pessoa que trabalha lá é das minhas relações de amizade (AF4).

Ao analisar-se o conjunto de falas, estas remetem a considerar que os agricultores sinalizam a existência de fortes relações entre os laços fracos. E com base nestes estímulos buscam em seus pares o apoio para concretizar seus projetos individuais. Desta forma, evidenciou-se que estar em diferentes redes influencia diretamente no fluxo das informações, o que possibilita escolher em quem confiar e onde buscar as informações.

Outro ator social de organização coletiva, identificado como agente de mudança, é a Cooperativa Sul Ecológica. Para entender o seu papel, se faz necessário fazer uma breve apresentação da mesma, de modo a compreender como ela surgiu e o seu papel junto aos agricultores familiares rurais em estudo. As informações apresentadas na sequência foram obtidas mediante entrevista com o atual presidente da associação e site da cooperativa.

Antes de existir a Sul Ecológica São Lourenço já desenvolvia um trabalho de apoio ao pequeno agricultor por meio do CAPA. Havia um grupo de agricultores que pensavam na segurança alimentar, não só para a sua família, mas para todo mundo. Eles produziam sem agrotóxicos. Mas cada um no seu cantinho, sem muito conhecimento, portanto era fundamental se organizar formar grupos e para isto tiveram o apoio do CAPA. Trabalhar e acreditar na agroecologia nas décadas de 80 e 90 era estar fora do circuito e do discurso dominante[...] estávamos vivendo momentos de incentivo a mecanização, uso de defensivos agrícolas. Em meio a tudo isto, a sociedade civil se organizava e foi com muita luta, que chegamos onde estamos hoje. Uma batalha árdua, e acho que até os dias de hoje ainda somos excluídos e pouco valorizados pelas políticas públicas [...] acredito que é a nossa persistência que nos mantém vivos é por acreditar num mundo melhor [...] a nossa cooperativa é fruto de um período em que houve um governo do Estado que simpatizou com a idéia de fazer uma experiência na **alimentação escolar saudável**, o governo Olívio Dutra, e Pelotas estava nesta linha política com os mesmos objetivos [...](Entrevista com o Presidente da Cooperativa).

Conforme relato do presidente da cooperativa, o município possuía agricultores preocupados com a segurança alimentar, resistentes ao uso de

fertilizantes e produtos químicos. Entretanto, estes trabalhavam de forma isolada, não estavam organizados socialmente, nem economicamente. Nesta perspectiva de contribuir com a organização social e formação dessa rede, o CAPA foi um articulador. Assim, estimulando os agricultores a formarem grupos, disponibilizou assistência técnica qualificando os grupos de produtores inseridos no contexto de produção de base agroecológica. Desta forma, a cooperativa surge como um novo espaço para comercialização dos produtos da agricultura familiar e de base ecológica. Paulatinamente, o grupo se amplia agregando outros agricultores, ultrapassando as fronteiras territoriais do município, mediante as relações com agricultores de Canguçu e Pelotas.

Solidificam-se relações de confiança com outras redes de atores em torno de um objetivo comum, a preservação da produção com os princípios de base ecológica, como evidenciado na fala do presidente da cooperativa:

A Sul Ecológica iniciou em SLS, depois é que veio a se instalar em Pelotas. Isto porque lá já existia um grupo de agricultores que acreditam em uma produção limpa, sem agrotóxico, sem veneno, e o mais importante existia, como existe até hoje o CAPA, uma organização vinculada a igreja, que sempre estimulou o trabalho em grupo. Quem é pequeno o melhor ainda é a formação de grupos, ou a gente tende a sucumbir no meio dos grandes. A cooperativa iniciou com poucas famílias, e com o tempo foi crescendo o número de cooperados. Na década de noventa, o que impulsionou a consolidação da cooperativa, foram as políticas públicas que ganharam força em inserir na merenda escolar os alimentos da agricultura familiar, e ainda ecológicos. Nesta hora é que se viu a necessidade de se organizar em grupo. Até porque as propriedades são rurais, então como sair pra entregar os produtos, como vender para as escolas, ninguém sabia de nada. Então nessa foi necessário ter contato com outras redes, outros grupos mais organizados e que poderiam nos ajudar [...] aí na época foram feitos contatos e buscando ajuda com grupos que trabalhavam com agroecologia, com cooperativas (ARPASUL, COOPAR, UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu) e assim se formou a Cooperativa Sul Ecológica. Hoje o quadro de cooperados é grande, para atender diferentes mercados incluindo os institucionais. Estamos com produtores em mais de 8 municípios, então a logística é difícil. Mas a gente não desiste e procuramos ampliar o número de associados. (Entrevista com o Presidente da Cooperativa).

Com base no discurso, é possível evidenciar que na formação do empreendimento coletivo articularam-se diferentes atores, interagiram diferentes redes. Culminando, em 2001, na consolidação de um projeto coletivo e participativo, a Cooperativa Sul Ecológica, configurando-se em uma importante oportunidade de inserção dos produtos e dos agricultores em diferentes mercados. O que remete a considerar que estes produtores viram no cooperativismo uma forma de enfrentar os

desafios de inserção no mercado de alimentos. Logo, considera-se que manter os princípios de base ecológica se apresenta como uma forma de diferenciação dos produtos, como é o caso dos empreendimentos do **AF1**, do **AF10** e do **AF4**. Portanto, a cooperativa se materializa como uma estratégia, para além da visão econômica, cercada de crenças e valores voltados à preservação ambiental. Consolidando-se grupos de cooperados que compartilham o conhecimento ecológico e que, ao mesmo tempo, estabelecem regras e normas mediadas nas relações de confiança.

Deste modo, evidencia-se que a conectividade e ampliação da rede, em torno dos princípios ecológicos, trazem mudanças à forma de organização dos produtores de diferentes municípios. Considera-se que os agricultores pesquisados, baseados em seus valores e respeito à natureza, são persistentes e resistem a um ambiente adverso a esta forma produtiva. Isto porque, SLS é reconhecido como um dos maiores produtores de tabaco da região sul do estado. Para tanto, manter a produção de base ecológica ainda se apresenta como um desafio aos produtores da região.

Evidencia-se, assim, a busca por maior autonomia, materializada no significado das ações de adoção do processo produtivo com base nos princípios ecológicos. Nesta perspectiva do sistema ecológico, os integrantes das redes assumiram a identidade de um processo produtivo diferenciado, o qual ultrapassa a visão capitalista de produção, inserindo-se em campos mais amplos de crenças e valores, envolvendo a preocupação com o meio ambiente, a qualidade de vida e a segurança alimentar. Neste contexto, os valores que se incidem sobre os produtos, também são reconhecidos pelos consumidores, possibilitando assim, atribuir um diferencial aos sucos e doces produzidos por **AF1** e as schmier, sucos e doces de **AF10**. Fato que possibilita a inserção dos produtos nos mercados diferenciados (WILKINSON, 2008).

Nesse ponto de vista, novos atores se inserem nestas ações, o que dá uma nova configuração à rede. Desta forma, o cenário construído por meio do protagonismo dos atores possibilitou dar visibilidade ao grupo dos produtores orgânicos do município e, nestes, incluem-se as agroindústrias. Assim, ganharam vulto e reconhecimento não só nos mercados curtos, mas também nos longos, e nos mercados institucionais (PNAE e PAA), visto que estão alinhados com as estratégias

de inserção dos produtos de base ecológica na alimentação escolar, conforme regulamentado nas políticas públicas em pauta.

Ao analisarem-se as formas coletivas de organização, considera-se que assim como os imigrantes construíram suas agremiações e desenvolveram atividades comunitárias – como estratégia de sobrevivência –, os agricultores em estudo se organizam coletivamente, como estratégia para solucionar os problemas atuais de inserção em diferentes mercados econômicos, evidenciados na consolidação da Cooperativa de Crédito CRESOL. O que faz considerar a importância de múltiplas redes no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Desta forma, o que se confirma é que, a partir dos atores locais, constituíram-se redes unindo pessoas e grupos simétricos em torno de objetivos comuns (LONG, 2001). Assim, formam-se espaços de luta e de resistência, constroem-se ações de mudança e rompimento com o contexto de restrições impostas pelos mercados aos agricultores em estudo. Portanto, considera-se positiva a adoção de estratégias de organização coletivas de enfrentamento aos mercados globalizados e às regras por estes impostas ao pequeno agricultor. Assim, a participação em diferentes formas de organização coletivas (associações e cooperativas) contribui de forma positiva no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Com base no exposto, neste subtítulo buscou-se melhor compreender o papel dos atores e a influência das redes não governamentais no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. A seguir, este estudo encaminhar-se-á para a análise das redes sociais.

5.3 REDES SOCIAIS

Os dados de campo identificaram nas redes sociais dos agricultores familiares pesquisados (amigos, vizinhos, família e consumidores) a articulação de diferentes conteúdos transacionais – sejam eles materiais (máquinas, equipamentos, matéria-prima, entre outros) ou imateriais (informações, apoio e credibilidade) – e as relações com os consumidores, construindo e consolidando os mercados em torno dos empreendimentos, fatos determinantes no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Desta forma, à medida que os produtores

procuram, selecionam e interagem com outros atores locais, possibilita-se a formação de redes mais densas e sólidas em torno das agroindústrias. Confirmando, novamente, o que Granovetter (1985) trouxe em suas discussões, ou seja, a força dos laços fracos.

De forma a traçar o caminho de análise percorrido neste subtítulo, optou-se em conduzir as discussões relacionando os atores da rede e o conteúdo transacionado entre estes e os agricultores familiares. Desta forma, em alguns momentos, este estudo reportar-se-á novamente à matéria-prima, à estrutura da propriedade e às redes governamentais, temas tratados em outros capítulos, mas que retornam neste momento analítico.

Ao analisarem-se os dados empíricos, evidenciou-se, entre os agricultores familiares, que as limitações em torno da família como força de trabalho, no desenvolvimento das atividades na agroindústria, modificam as relações antes desenvolvidas com os vizinhos e amigos, isto é, nessa rede social surgem novos papéis, além dos materializados nas relações de amizade e vizinhança, inserem-se relações mercantis com valor monetário (salário) e relações contratuais, as quais poderão ser regidas por legislação contratual (formal) ou normas de contratos informais, como é o caso das diaristas.

Nessa perspectiva dos agricultores familiares investigados, 40% dos produtores afirmaram utilizar força de trabalho contratada, em tempo parcial ou integral. A ajuda mútua, nestes casos, se materializa, por parte do contratado (vizinho e/ou amigo), na venda de sua força de trabalho, e por parte do contratante, na atribuição de um valor e na formulação de um contrato (formal ou informal), para suprir suas necessidades. Sendo este um dado positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, pois, para manter-se o processo produtivo, de forma a atender diferentes mercados, necessita-se de mão de obra na agroindústria.

Os 60% restantes, no período da coleta dos dados, utilizavam força de trabalho exclusivamente familiar. Cabe ressaltar que estes afirmaram ser uma opção, principalmente porque naquele momento consideravam que a mão de obra familiar supria as necessidades da agroindústria, portanto, um dado ao qual não será explorado. Para aclarar esta situação, o Quadro 9 descreve as famílias e número de pessoas consideradas como força de trabalho nas agroindústrias.

Quadro 9: Pessoas da família como parte integrante da força de trabalho nas agroindústrias

Agricultor	Força de Trabalho	Contratos Vizinhos
AF1	Mãe /Filho e Nora	2 temporárias
AF4	Mulher/ Marido e Cunhada	Não consta
AF2	Marido /Mulher	Não consta
AF10	Marido /Mulher	Não consta
AF8	Proprietária / Neto/ Sobrinha	2 tempo integral / 2 temporárias
AF6	Mulher	Não consta
AF3	Mulher/ Marido/ Filhas/ Cunhada	Não consta
AF9	Mulher / Marido	3 tempo integral / 2 temporárias
AF5	Marido / Mulher/ Filho/ Esposa filho	2 temporárias
AF7	Mulher / cunhada	Não consta

Os agricultores familiares afirmaram que a força de trabalho é contratada com base nas relações de confiança. Desta forma, não exigem nenhum conhecimento prévio e/ou nível de escolaridade, o que os difere da indústria convencional. As relações de confiança que balizam a contratação foram evidenciadas na fala dos entrevistados.

As pessoas que trabalham aqui são pessoas que eu conheço e confio. Eu entrego tudo para elas, são de boas famílias, eu conheço os pais. Eu pago tudo direitinho, e ainda procuro recompensar elas, dou um presentinho, e isto dá alegria para eles trabalhar, eu não considero elas empregada, porque elas podem sair para ir estudar, e fazer o que elas precisam durante o dia. Tem duas agora que vão para um passeio no Beto Carreiro, uma se formou e a outra vai acompanhando, assim o dinheirinho que elas ganham aqui elas pagam estas coisas e não precisam pedir para os pais. Elas moram aqui perto tem uma que vem de moto, as outras eu busco e levo em casa de carro todos os dias. Uma é afilhada e as outras são vizinhas, moram pertinho, algumas eu vi nascer (**AF8**).

Eu tenho 3 funcionárias fixas, e duas temporária todas são vizinhas, nossas famílias trabalham juntas há muitos anos. Eu tenho funcionárias que os pais, trabalharam para o meu pai e para o meu avô. Eu confio nelas, e só contratei porque conhecia a família [...] hoje é muito difícil contratar alguém, mas no meu pessoal eu confio, quando eu tenho que sair entrego a agroindústria para elas e não tenho problemas (**AF9**).

O conjunto de fala remete a considerar que, fazer parte dessa rede, ou seja, ser vizinho, amigo ou familiar gera oportunidade de trabalho e geração de renda às famílias locais. Confirmando que as agroindústrias, assim como a agricultura familiar, se apresentam como um gerador de empregos, influenciando na economia e desenvolvimento da região em que estão instaladas (WILKINSON, 2008).

Sob o olhar das relações que se estabelecem, circular nessa rede possibilita, com base nas relações de confiança, consolidar normas e regras em torno dos laços fracos ou fortes, antecedendo as exigências contratuais ou normas trabalhistas

(GRANOVETTER, 1985). Por conseguinte, de forma a suprir a carência em torno da força de trabalho familiar, são nos laços fracos que estes encontram reforço. Evidencia-se, então, a existência de uma rede densa, caracterizada nas relações de confiança e no enraizamento local, como balizador no processo de tomada de decisão envolvendo a contratação. Relações estas, que se considera como ajuda mútua materializada nas relações contratuais, onde ambas as partes são beneficiadas.

Para o agricultor, a contratação de mão de obra (vizinhos, amigos e familiares) vai além da questão de manutenção do processo produtivo. Esta se apresenta como uma possibilidade de trabalhar com pessoas próximas à sua realidade, que compartilham os mesmos problemas locais. Aos contratados, se apresenta a possibilidade de estar próximo à propriedade, manter-se no meio rural e ter uma renda fixa.

Ainda com relação à força de trabalho, constatou-se em uma das agroindústrias algo não evidenciado nas outras. O empreendimento é de propriedade de um casal jovem, ambos trabalhavam na lavoura e desenvolveram outra atividade não agrícola (transporte de carga), atividade esta que não logrou êxito fazendo com que eles retornassem às atividades agrícolas (plantação de batata e cuidado com gado). Com o surgimento da agroindústria, à medida que o desenvolvimento da mesma ganha força, ampliando-se seus mercados e canais de distribuição, surgem problemas em torno dessas novas mudanças, relacionados à falta de força de trabalho. Nessa projeção, na medida em que aumenta o volume de entregas, o marido deixa a atividade agrícola (lavoura) e passa a compor a força de trabalho da agroindústria, conforme descrito:

Eu cresci trabalhando com o pai na lavoura, e a família sempre teve comércio, eu era jovem e fazia o transporte de caminhão dos produtos para a feira. Quando eu casei meu marido trabalhava com carreta e eu fui trabalhar com ele [...] depois com o passar do tempo e por precisar cuidar da família (avós) resolvemos parar de trabalhar no caminhão e voltamos para a agricultura, depois de uns seis anos é que surgiu a agroindústria na minha vida. Eu trabalhava na agroindústria o marido ficou na lavoura. Conforme foi aumentando as minhas vendas eu fui precisando da ajuda dele. Muitas vezes ele parava com que estava fazendo na lavoura e vinha me ajudar, nas entregas. Até que um dia eu disse para ele vamos unir nossas forças e tu vem trabalhar comigo. O que adianta tu trabalha lá com uns funcionários e eu trabalho aqui com outros funcionários, vamos nos unir e trabalhar os dois aqui na agroindústria, hoje a agroindústria é a nossa atividade principal. Claro que tem outras coisas aqui na propriedade mas o que nos sustenta é a agroindústria (AF9).

Ao analisar-se o conteúdo em específico, evidenciou-se que a consolidação da agroindústria foi um fator determinante na indução e inserção do agricultor, novamente, em outra atividade não agrícola, este realiza a entrega das encomendas nos mercados locais ou vizinhos. Considera-se que tal mudança foi positiva para o empreendimento na dimensão econômica: retira o atravessador no processo de distribuição dos produtos, evita a contratação de mão de obra, possibilita o convívio familiar e a preservação da família no meio rural. Evidenciando a importância da influência dos os laços fortes na vida das pessoas (GRANOVETTER, 1985). Observa-se, ainda, que diante as limitações expostas, as redes relacionais (vizinhos) ainda se apresentam como uma estratégia positiva ao processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas.

5.4 REDES SOCIAIS E AS RELAÇÕES EM TORNO DA MATÉRIA-PRIMA

Ao analisar-se a rede relacional social (amigos, vizinhos e família) centra-se em torno da matéria-prima, tema que foi abordado ao longo deste estudo e que retoma sob o olhar das redes.

Os dados empíricos evidenciaram que a organização em torno da matéria-prima consolida estratégias em rede como forma de minimizar os problemas decorrentes a escassez. Manter a preservação da cultura local e os valores e crenças comuns aos grupos de produtores que se utilizam dos princípios de base ecológica ou convencionais também. Para tanto, os agricultores adotam estratégias horizontais em torno da matéria-prima. Assim, buscaram nos vizinhos, nos familiares, em seus pares na Cooperativa Sul Ecológica e nos membros da Rede Ecovida manter relações de troca envolvendo recursos materiais (matéria-prima) e não materiais (serviços de apoio técnico).

Considera-se que essas relações ultrapassam a visão puramente econômica e mercantilista, inserindo-se as relações de confiança dos agricultores familiares, mediadas por crenças e valores, em torno dos mesmos objetivos. Dentre as interações, evidenciou-se a comercialização direta da matéria-prima entre duas agricultoras: **AF4** vende o excedente de sua produção (*in natura*) para a agricultora **AF1**. A comercialização direta entre elas se consolida como uma importante estratégia, ou seja, a interação visa a minimizar os problemas relacionados à

escassez da matéria-prima (ecológica), possibilitando, assim, manter o processo produtivo da agroindústria com produtos diferenciados, como o caso dos orgânicos.

Cabe ressaltar que a interação de comercialização da matéria-prima entre essas produtoras só se consolida porque ambas cultivam os produtos nos princípios de base ecológicos. O que remete a considerar que, nesta rede, os conteúdos transacionados ultrapassam as relações mercantis. Evidencia-se que, em torno dos valores e normas consolidadas socialmente, vinculados aos valores de preservação ambiental (ecológico), estes atores se conectam e consolidam estratégias para solucionar os problemas.

Nessa linha discursiva de análise, reporta-se a Long (2002), ao ressaltar que as interações, entre diferentes atores nas redes, possibilitam a construção de estratégias voltadas à solução de problemas comuns aos atores, neste caso, em específico, relacionado à matéria-prima diferenciada. Cabe salientar que ao contrário destas, o **AF10** não se conecta a outros atores utilizando-se somente da matéria-prima da propriedade, moldando, assim, seu próprio projeto produtivo, aproximando-se do que Long (2002) chama de ator individualizado, ou seja, aquele que não se conecta a outros.

De modo geral, os dados revelam um enraizamento entre atores locais (vizinhos e amigos) em torno da matéria-prima de base ecológica, sendo este um ponto positivo à consolidação das agroindústrias, por ser este um elemento primordial no processo produtivo (MIOR, 2005). Em torno da matéria-prima mobilizam-se recursos locais de apoio (Emater, Prefeitura e o CAPA) demonstrando, assim, a importância das capacidades endógenas e o enraizamento local materializado nas interações entre atores que circulam em redes similares, onde se estabeleçam relações em torno dos mesmos objetivos, crenças e valores (LONG, 2002). Os dados remetem a considerar a importância da forma de organização dos agricultores familiares em volta de suas redes relacionais, sociais e dos laços fracos, em torno de sua base produtiva. O Quadro 10 apresenta uma síntese de como a rede se organiza com relação à matéria-prima.

Quadro 10: Origem e aquisição da matéria-prima

Iniciativa	Origem da Matéria-Prima	Aquisição
AF10	Própria	Própria
AF7	Mista	Própria/ Vizinhos/ Mercados Convencionais
AF2	Mista	Própria/ Vizinhos
AF5	Própria	Própria
AF6	Mista	Própria/ Vizinhos/ Parentes
AF3	Mista	Própria/ Vizinhos
AF4	Mista	Própria/ Vizinhos
AF1	Mista	Própria/ Vizinhos/ Outros produtores da Rede Ecovida / Cooperativa Sul Ecológica
AF9	Mista	Própria/ Vizinhos/ Mercados convencionais
AF8	Mista	Própria/ Vizinhos/ Mercados convencionais

Os dados de campo retratam que, em relação à matéria, os agricultores familiares se organizam de forma similar, mas não homogênea, mesmo assim, prevalecem estratégias inseridas em suas redes relacionais locais (vizinhos e familiares), configurando, assim, uma rede densa com características de enraizamento local, ou seja, a maior conectividade está entre os atores locais. Este um fator positivo, não só para as agroindústrias, mas também para a economia local. Outro fato evidenciado é a conectividade com outras redes não locais, como o caso da rede Ecovida. Em torno da matéria-prima, um dos agricultores familiares tem sua produção certificada pela rede Ecovida, ampliando suas redes relacionais e construindo um novo fluxo de informações, conectando-se a outros atores que comungam os mesmos valores (LONG; PLOEG, 2008), conforme descrito na fala do agricultor familiar:

Eu sempre tive a minha produção ecológica, até que conversando com outros produtores certificados, fui estimulada a certificar minha produção. Assim, surgiu a oportunidade, no meio das conversas [...] hoje eu tenho a certificação pela Ecovida. O bom é que a gente tem contato com pessoas que fazem o mesmo que a gente, enfrentam os mesmos problemas, mas não desistem. Eu considero que a certificação da Ecovida, é uma certificação nossa, ela feita por gente como a gente, é uma construção social. O bom de ter a certificação, é que você aumenta as relações com quem também já é certificado. Aí a gente forma uma rede, de pessoas certificadas, e mais o pessoal da Sul Ecológica, então quando eu tenho pouca matéria-prima eu tenho de quem comprar. Eu posso comprar sem medo [...] quem produz nos princípios ecológicos, tem um nome para zelar, e a compra de matéria-prima tem que ser confiável (**AF1**).

O relato evidencia que este agricultor familiar expande sua rede relacional ultrapassando os limites geográficos do município. Insere-se em outras redes, em

que o conteúdo transacionado vai além dos recursos materiais, apresentando-se carregado de valores comuns à rede e à base dos princípios ecológicos. O que confere a seus produtos, segundo a referência de Mior (2005), a qualidade ampliada. Portanto, este é um ator que se configura como um expensor de rede, conectando-se a outras mais distantes, e envolvendo-se em projetos comuns, como é o caso da certificação.

Outro dado importante é referente à agricultora **AF6** que desde o início do seu empreendimento desenvolveu ações de produção e comercialização de forma coletiva. Participa da Associação das Produtoras Rurais locais (há mais de 20 anos), caracterizando, assim, a manutenção de uma rede horizontal dominando diferentes elos da cadeia produtiva, desde a produção à comercialização. Fato avaliado como positivo no que configura um subgrupo onde as normas e regras se consolidaram ao longo do tempo e socialmente.

Estes elos são amparados nas relações de confiança e enraizamento local, confirmando a existência de um capital social nesse subgrupo da rede, onde diferentes atores se relacionam e mantêm relações longas e duradouras. Desta forma, a rede consolida suas normas e regras em que a confiança facilita a coordenação e a cooperação para benefício mútuo (GRANOVETTER, 1983).

Tais relações possibilitam aos agricultores acessarem e construir diferentes mercados. Neste caso, a importância central destas formas de organização coletiva (associações e cooperativas) visa à construção de mercados mais autônomos. O que se confirma nos estudos de Putnam (1993), ao evidenciar que os atores locais são capazes de estabelecer normas e regras voltadas ao desenvolvimento de ações coletivas benéficas à comunidade.

Estas normas são orquestradas por relações horizontais de confiança, reciprocidade e de cooperação – o que se traduz no capital social –, e possibilitaram ao grupo ampliar o acesso aos consumidores construindo seus mercados. Isto, materializado no momento em que uma das agricultoras (líder do grupo) assume o compromisso na comercialização dos produtos, remete à construção de relações de confiança entre os membros do grupo (agricultoras rurais). Cabe ressaltar que estas ações são desenvolvidas antes da consolidação da agroindústria. O que remete a considerar que estes são traços do comportamento local, oriundos do processo de colonização, quando os colonizadores desenvolveram estratégias coletivas, consolidaram normas de convivência e estabeleceram relações de confiança que

ainda se apresentam enraizadas e sustentam o capital social evidenciado nesse grupo, em torno da agroindústria da agricultora **AF6**.

Observou-se, entretanto, que no tecido social desse grupo, as normas estabelecidas em torno das relações de confiança passaram a ser um limitador em relação a novos entrantes. Atualmente, o grupo conta com um número reduzido de participantes e a comercialização dos produtos não se dá na mesma intensidade que outrora, porém, elas mantêm normas e regras de convivência sólidas. Os relatos dos agricultores familiares ainda envolvidos nesta associação evidenciaram que as relações de confiança estão restritas aos membros que hoje fazem parte desta, e que não existe perspectiva de novos entrantes. Apenas para ilustrar, se traz o discurso de uma agricultora que faz parte deste grupo:

Na associação são todas vizinhas de parentes só eu e a minha cunhada. É uma associação formada por vizinhas. Acho que uma ou duas pertencem a associação e são do grupo ecológico, os grupos são de pessoas diferentes. Na associação se mantém as mesmas mulheres, até mesmo porque agora o grupo está meio fechado, mais organizado, porque não adianta abrir o grupo, porque tem pessoas que só entram por interesse se ganhar alguma coisa se não eles não querem. O das verduras está aberto, até porque esta faltando verdura. E nos dois grupos poucas são as que fazem parte dos dois (**AF6**).

Ao analisar-se a fala, considera-se que as regras se consolidaram como uma estratégia de diminuir os riscos, isto porque, se as mulheres são as mesmas e construíram, ao longo tempo, estas relações e obtiveram certo êxito na proposta, permitir o acesso de outras pessoas é um risco o qual elas não querem correr. Isto remete a ponderar a existência de relações de confiança limitadas e restritas, fato considerado, portanto, como um ponto negativo, isto porque, reduz e limita a circulação das informações, estabelece restrições na continuidade do grupo devido a não inserção de outras pessoas e a rede tende a se tornar cada vez menor. O que se confirma nas reflexões de Granovetter, ao ressaltar que grupos pequenos limitam as informações e a continuidade.

Até o presente momento buscou-se melhor compreender as relações que se fortalecem entre os atores e a influência no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. O próximo subtítulo será voltado à busca da compreensão do papel da família como rede social.

5.5 O PAPEL DA FAMÍLIA

Em se tratando da origem das agroindústrias, os dados evidenciaram que todos os empreendedores, em um momento ou outro, recorreram ao apoio da família em busca de diferentes recursos. Nessa perspectiva, conforme descrito anteriormente, as famílias não possuem recursos financeiros, portanto, o apoio materializado na confiança e depositado no início do empreendimento configura a família como um ator positivo no processo de consolidação das agroindústrias. O que fica muito claro na fala dos agricultores:

Quando eu iniciei a agroindústria eu arrumei este prédio aqui, ele é da família e estava abandonado, então eu pedi para o meu pai se eu poderia usar para fazer a minha agroindústria, e estou aqui até hoje e pretendo ficar para sempre. O meu pai na época ficou muito feliz, porque o prédio seria usado e ficaria na família, e eu hoje me sinto mais feliz, porque o meu filho trabalha aqui comigo, e não pretende sair, então, eu sei que tudo que eu faço vai ter continuidade, ele vai ficar no meio rural, vai dar continuidade **(AF1)**.

Eu tenho a minha agroindústria hoje, porque contei com muitas pessoas, com a Emater. Mas se hoje eu estou aqui agradeço a minha família. Quando eu pensei em montar a agroindústria eu chamei todo mundo da família, o marido e as gurias, e falei o pessoal está me estimulando a abrir uma agroindústria, mas eu sozinha não vou conseguir, vocês vão me ajudar? e eles disseram prontamente sim nós vamos te ajudar. Então, se eu não fosse tão persistente, se a família não me desse apoio, eu já teria fechado porque a coisa não é fácil, como muita gente pensa [...]. Claro que o apoio financeiro veio do Pronaf Mulher para a estrutura [...] e com a agroindústria eu consegui continuar fazendo o que eu já sabia fazer e que foi a mãe e a minha vó que me ensinaram [...] **(AF3)**.

Quando foi para fazer a agroindústria eu recorri à família. Primeiro eu o marido decidimos que seria melhor construir uma agroindústria e legalizar. Primeiro pensamos em construir na cidade, mas aí pensamos, temos a propriedade e construir aqui nos proporcionou ficar perto da família, e não precisar se deslocar até a cidade. E aqui eu estou em uma posição privilegiada fico próxima da estrada, então, não tenho problemas para entrega dos produtos. O prédio aqui é novo, mas, na época nós não tínhamos o dinheiro e minha família nunca gostou de fazer empréstimos em banco. Então a família me emprestou todo o dinheiro para construção. A gente não sabia se ia dar certo, mas isto não foi problema [...] quando me emprestaram não questionaram se daria certo ou não, porque confiavam no nosso trabalho e o produto é de qualidade **(AF9)**.

Aqui onde hoje é a agroindústria, é uma parte da casa onde ficavam algumas máquinas, a gente usava para guardar coisas, estocar produtos, alimentos. Esta é uma parte antiga da casa, tem mais de cem anos, a família sempre morou aqui na propriedade, hoje moramos em número grande de pessoas, tem eu o marido, nosso filho é pequeno, minha sogra, meus cunhados, sobrinhos, a turma vai ficando e a gente vai se organizando na propriedade, isto é da cultura pomerana, um filho fica na propriedade para cuidar os mais velhos, e herda tudo, aqui nesse caso é o meu marido **(AF7)**.

Ao analisar-se o conjunto de falas, é possível evidenciar a forte influência da família no processo de consolidação das agroindústrias, ou seja, é no conjunto de recursos internos que se possibilitam novas oportunidades. O que se confirma em Mior (2005), ao ressaltar que o processo de criação, evolução e estabilização das AFRs tem forte dependência dos recursos internos da família e da propriedade rural. Para os agricultores familiares em estudo, é na rede familiar que encontram parte dos recursos primordiais para a instalação da agroindústria, ou seja, a estrutura disponível como área física (casa/galpão). Evidenciou-se, também, a vantagem de ficar na propriedade com a família e, assim, preservar o saber local e manter os membros da família no meio rural.

Figura 28: A estrutura da Agroindústria na propriedade – casa da família



Fonte: Arquivo do autor.

Neste estudo, em específico, os recursos disponíveis na família, em relação à instalação, foram positivos e utilizados por todos, fato que não ocorreu em se tratando dos recursos financeiros.

Ao apropriar-se das reflexões Granovetter (1983), considera-se que os laços fortes se apresentam como um ponto positivo no processo de consolidação das agroindústrias. A relevância em torno dessa rede julga-se estar caracterizada no apoio imaterial, simbólico e emocional, ultrapassando o contexto financeiro ou material. O que remete a considerar que é nos laços fortes (familiares) que os agricultores familiares rurais em estudo buscaram apoio para efetivar seus sonhos e seus projetos individuais, ou seja, buscaram na família a confiança para que, principalmente, as mulheres saíssem da condição de donas de casa para o assumirem o papel de empreendedoras.

Desta forma, os dados apontam que as relações de confiança emergem e prevalecem em meio à incerteza aos riscos impostos aos empreendimentos desta natureza (WILKINSON, 2008; GAZZOLA, 2012). Portanto, evidencia-se que para os agricultores familiares em estudo, a relação com os laços fortes atinge dimensões de apoio com representações simbólicas, afetivas e imateriais. Dos agricultores entrevistados, 90% afirmaram que a propriedade foi herdada dos pais ou avós, somente um agricultor adquiriu a propriedade depois de casar. Quanto a herdar a propriedade, este é um fato característico da cultura pomerana, ou seja, o filho que ficar na propriedade será responsável pelo acompanhamento dos mais velhos (pais/avós) e herda toda a propriedade. O que ficou bem representado nos dados de campo, onde foi possível evidenciar, em alguns casos, que coabitam na propriedade quatro gerações.

A partir dessas constatações, considera-se, então, que o desenvolvimento da atividade assume um papel para além da agregação de valor da matéria-prima, pois insere-se em um contexto de manutenção da família em seu local de origem (meio rural), também assegurando o saber transmitindo por gerações e preservando o patrimônio. Outro fato considerando relevante no estudo empírico é que, na medida em que esses agricultores se utilizam do espaço disponível na propriedade, lhes é garantido maior autonomia no desenvolvimento da atividade, evitando o aluguel de espaços fora da propriedade.

Diante o exposto, neste subtítulo, buscou-se compreender, de forma analítica, o papel da rede familiar no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em estudo. No próximo subtítulo, busca-se compreender, na rede social, como o consumidor se apresenta nesta rede e qual o seu papel e importância no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Considerando-

se que todo estudo necessita de um recorte investigativo, parte-se da premissa de análise do comportamento deste consumidor e sua influência no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Tema a ser tratado a seguir.

5.6 A CONFIANÇA E CREDIBILIDADE DO CONSUMIDOR

Nas últimas décadas, a academia vem se dedicando a melhor entender as estratégias, a capacidade e o que move as agroindústrias familiares a sobreviverem em um sistema de produção capitalista (MIOR, 2005; GAZZOLA, 2012; CARUSO, SACCO DOS ANJOS, 2009; CARVALHEIRO, 2010; MATTEI, 2015; OLIVEIRA; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2011). Portanto, ainda é um desafio compreender como os empreendimentos rurais familiares sobrevivem.

Sob a ótica capitalista, os empreendimentos familiares rurais, principalmente aqueles que trabalham com baixa capacidade produtiva e com poucos recursos, não sobreviveriam às dificuldades de atendimento à legislação tributária, à higiênico-sanitária e à ambiental. Entretanto, contrariando todas as projeções da visão mercantilista, os 10 empreendimentos em estudo venceram estas barreiras, construíram os seus mercados e, atualmente, comercializam seus produtos em diferentes canais de comercialização.

Assim, nesta perspectiva, a teoria Neoclássica pouco oferece para pensar o mundo dos micro e pequenos empreendimentos (MPE) no meio rural. Sobretudo, quando estes deixam de ser simples fornecedores de matéria-prima das cadeias agroindustriais, adotando estratégias que assegurem sua sobrevivência e inserção nos mercados de forma autônoma (WILKINSON, 2002; MIOR, 2005).

Quando se fala em mercados para os produtos industrializados da agricultura familiar não se nega a existência de dois momentos pontuais: o primeiro, quando o produto é processado na cozinha da casa e comercializado nos mercados informais, nas feiras, entre vizinhos e parentes. Momento em que as vendas se consolidam com base nas relações sociais e a qualidade é assegurada nas relações de confiança do consumidor em quem processa os alimentos, confirmando, assim, o que Wilkinson (2008) define como a construção social dos mercados.

O segundo momento consolida-se quando estes produtos ultrapassam as fronteiras destes mercados de construção social, inserindo-se nos mercados consolidados sob a ótica capitalista, nos quais se faz necessário o atendimento a

normas, padrões não mais de construção social local, mas, sim, institucionalizados por convenções globais. Nesta projeção, as relações econômicas não mais se apresentam enraizada nas relações sociais (POLANYI, 1980; GRANOVETTER, 1998). Estes dois momentos apresentam uma dualidade na forma de construção dos mercados: um se consolida sob a perspectiva de normas e regras sociais e o outro de normas globais instituídas por convenções, conforme descrito no estudo de Niederly (2011).

Assim, no presente estudo, se reconhece nas agroindústrias pesquisadas os dois momentos relacionados aos mercados. O primeiro, quando desenvolvem a atividade informalmente e, o segundo momento, quando estes se formalizam como estratégia de inserção em diferentes mercados. Vale ressaltar, para fins do presente estudo, que na referência feita ao período em que as agroindústrias não se enquadravam ou adotavam os padrões dos órgãos regulamentadores, estas eram consideradas informais e não ilegais. Portanto o período de atuação das agroindústrias será referido informalmente.

A aludida determinação semântica tem por base as argumentações de Wilkinson e Mior (1999), ao fazerem referência que o setor informal se distingue do ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos, como no caso de drogas ou contrabando. Enquanto no ilegal o órgão repressor apropriado é a polícia, no informal são os organismos de fiscalização (sanitária, ambiental, trabalhista e fiscal) os responsáveis pelo enquadramento e sanções.

Nesta perspectiva, evidenciar o período o qual as agroindústrias atuaram informalmente, diz respeito: ao desenvolvimento da atividade cujos processos de produção não atendiam aos padrões de regulação vigentes definidos pelo Estado ou convenções internacionais. Isto pode se referir às relações de trabalho (sem carteira e sem contratos formais), às instalações (sem alvará), às normas técnicas de produção (não adequação ao regulamento industrial e sanitário) e à comercialização sem autorização dos órgãos reguladores. A divisão Formal/Informal, portanto, é definida fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado.

O discurso dos agricultores evidenciou duas formas básicas de circulação dos seus produtos: o primeiro, quando os produtos circulavam em suas redes relacionais mais próximas, em forma de presentes para os vizinhos e familiares e/ou em festas religiosas – hábitos enraizados na cultura local. E o segundo momento, quando os produtos rompem as fronteiras e passam a circular, ainda que

informalmente, mas com valor de troca mercantil, em outras redes, retratando a comercialização informal.

Nessa perspectiva, o Quadro 11 apresenta, de forma descritiva, os canais de comercialização onde os agricultores familiares rurais em estudo estão inseridos. Após sua apresentação, busca-se de forma discursiva e analítica compreender como se consolidam estes canais e as ações ou redes que porventura se operacionalizam, entre os diferentes atores, como estratégia de consolidação dos canais e, conseqüentemente, de consolidação das agroindústrias.

Quadro 11: Canais de comercialização e as agroindústrias SLS (continua)

Experiência	Canais de Comercialização
AF4	Feiras da agricultura familiar (SLS; Pelotas; Rio Grande; Porto Alegre) Expointrer (Porto Alegre) Mercados Institucionais – PNAE (os panificados) Feiras da Economia Solidária (apoio Prefeitura) Cooperativa Sul Ecológica Cadeias curtas – supermercados locais Cadeias longas – fora da região Vizinhos
AF10	Venda somente na própria agroindústria
AF7	Mercados Institucionais – PNAE – (escolas municipais e estaduais de SLS) Cadeias curtas – Armazéns no interior (somente final de semana) Vizinhos/ comunidade: festas finais de semana bolos e tortas venda direta ao consumidor por encomenda
AF2	Feiras da Economia Solidária Feira local (praça centro da cidade – ação Prefeitura) Festas locais (eventos) Cadeias curtas – Supermercado local
AF5	Venda para os vizinhos Cadeias curtas – Mercados locais
AF6	Associação das Produtoras (para ter acesso a merenda escolar e PAA – Fome Zero) Cadeias curtas – Mercados locais (supermercados, padarias) Feiras da Economia Solidária Feira local (praça centro da cidade – ação Prefeitura) Festas (eventos locais)
AF1	Cadeias curtas (supermercados, armazéns locais); Feiras da agricultura familiar - (SLS, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande); Expointrer (Porto Alegre); Fenafr (Santa Maria); Mercados Institucionais – PNAE (escolas municipais e estaduais) PAA (Santa Vitória, Pelotas, São Lourenço) – por meio da Cooperativa Sul Ecológica; Feiras da Economia Solidária; Cadeias longas supermercados (Pelotas, Canguçu)

Quadro 11: Canais de comercialização e as agroindústrias SLS (conclusão)

Experiência	Canais de Comercialização
AF3	Cadeias curtas – mercados locais Cadeias longas – supermercado cidade de Pelotas/RS Feiras da Agricultura familiar (Pelotas, SLS; Rio Grande) Expointer (Porto Alegre); Expofeira (Local, Pelotas, Rio Grande); Mercados Institucionais –PNAE; Cadeias Longas supermercados (Pelotas);
AF8	Venda direta ao consumidor na agroindústria Feira local (praça centro da cidade – ação Prefeitura) Mercados Institucionais – PNAE
AF9	Venda direta ao consumidor na agroindústria; Cadeias curtas – mercados em SLS; cadeias longas – supermercados e comércio (Pelotas, Cristal, Camaquã)

Ao analisarem-se os dados sobre os canais de comercialização, esses revelam que, em sua totalidade, os agricultores familiares rurais em estudo se inserem em diferentes canais. Sendo este um dado importante à consolidação das agroindústrias, ou seja, a diversidade de canais de comercialização minimiza os riscos de dependência nas transações comerciais a um estabelecimento ou comprador específico. Os dados empíricos revelam uma heterogeneidade de canais acessados pelos agricultores.

Nesta perspectiva analítica, no momento em que os produtos passam a se inserir na vida social local, circulando em diferentes redes (amigos, parentes, vizinhos, mercados e feiras) esses também ganham vida social e passam a ter visibilidade, sendo conhecidos por outros atores, potenciais consumidores. Este é o momento em que o reconhecimento da qualidade vincula-se às relações de confiança em quem processava o produto, neste caso, em específico, os agricultores em estudo. Portanto, circular em diferentes redes sociais foi o que possibilitou aos produtos adquirirem valor de troca mercantil. O que se confirma em Appadurai (2010), ao considerar a vida social dos produtos, ou seja, quando estes circulam em diferentes redes passam a ter valor de troca monetário. Isto porque, o valor não é inerente ao objeto, mas ao julgamento que os sujeitos fazem sobre ele.

Diante o exposto, foi possível identificar, no estudo de campo, que todas as agroindústrias investigadas atuaram por um longo período na informalidade até a sua formalização. Nesta perspectiva analítica, dos agricultores pesquisados, 40% encontram-se no desenvolvimento da atividade de processamento de alimentos entre 30 e 35 anos. Estes afirmaram que atuaram informalmente (processo produtivo e comercialização) entre 20 e 26 anos, ou seja, mais da metade do tempo de

existência da agroindústria, a mesma operou na informalidade. Outros 40% confirmam tempo de existência em torno de 15 a 18 anos, e assim como o grupo anterior, também atuaram informalmente, em um período entre 4 a 7 anos. Nos 20% restantes, os empreendimentos são mais recentes, confirmando tempo médio de existência em torno de 11 a 14 anos e de atuação informal entre 5 e 6 anos. Com base nesses dados, elaborou-se o Quadro 12 contendo as características em relação ao tempo de atuação – informal e formal – das agroindústrias em estudo.

Quadro 12: Agroindústrias investigadas, por ano de criação, tempo dedicado à atuação informal e principais produtos elaborados.

Agroindústria	Início*⁵ Atividade	Formalização	Tempo/ Informal	Produtos
Figueira do Prado	2000	2006	6 anos	Sucos concentrados e doces de frutas
Klasen	1984	2004	20 anos	Queijos
Da Pomerana	2000	2007	7 anos	Panificados
Flaps	2000	2006	6 anos	Panificados/Rapaduras
Esplanada agricultura	Anos 80	2006	26 anos	Frangos
SISA	Anos 80	2005	25 anos	Ovos
Maltzahn	2001	2007	6 anos	Pães/Tortas/Bolachas
Grim Hax	Anos 80	2000	20 anos	Embutidos/Peito de Ganso
Doce Sabor	1997	2001	4 anos	Bolos/Tortas/Chocolates
Casa da Schimier	2009	2009	0 anos	Schimier, Sucos

Ao analisarem-se os dados do estudo empírico, é possível observar que, em relação à inserção e construção dos mercados, os agricultores se comportaram de forma semelhante. Portanto, independente da origem do produto (animal ou vegetal) os dados demonstram a relação de confiança entre o agricultor e o consumidor. Assim, estes produtores construíram seus mercados, primeiro, em torno das redes familiares, amigos, parentes e vizinhos, e depois, evoluindo para os mercados informais (feiras, eventos e festas), e culminando com sua inserção em mercados formais curtos e longos.

Afirmar, nesse estudo, a existência de relações de confiança em torno das transações e comercialização dos produtos, tem por base o longo período dedicado à venda informal dos produtos. O que comprova a existência de relações e transações mercantis repetidas entre os consumidores e os agricultores locais em

⁵ * A referência ao início da atividade não está relacionada à agroindústria como estrutura construída e consolidada, mas, sim ao desenvolvimento da atividade em que os produtos circulavam em diferentes redes, o que posteriormente irá fomentar a ideia de criação e consolidação do empreendimento (agroindústria).

estudo. Este fato demonstra a existência de relações de confiança e credibilidade do consumidor no produtor. Confirma, assim, a influência das normas sociais, das convenções domésticas e das relações de confiança, como determinantes na consolidação dos mercados para os agricultores em estudo. Para tanto, compactua-se com Wilkinson (2008), ao ressaltar que a persistência e a resistência da pequena agroindústria devem-se ao seu *embeddedness* local. Onde diferentes atores adquirem os produtos como forma de manter a tradição cultural (no caso do peito de ganso) e as relações mercantis, em torno dos produtos, também se apresentam vinculadas aos traços locais de colonização, do produto rural e artesanal (MIOR, 2005).

Tais argumentações sustentam que, a inserção das agroindústrias familiares rurais em diferentes mercados e canais de comercialização é cercada de valores para além do mercantil. Nesta perspectiva, a inserção nos mercados locais traz – também enraizado – aspectos da vida social, implicando, assim, de forma positiva, no funcionamento das cadeias curtas, criando e recriando demanda para diversos produtos. Fato comprovado nos produtos da agroindústria do **AF8** com o processamento dos embutidos (linguiças) e peito de ganso, uma iguaria da cozinha pomerana, assim, como as schimier da agroindústria do **AF10**, uma tradição local desde a colonização, portanto, a produção estimula a economia, e vai além disso, ajuda a manter as tradições locais. Algo que se evidencia nos sucos de frutas nativas da agroindústria do **AF1**, o que remete a uma valorização dos produtos e da identidade local.

Considera-se que o processamento dos alimentos por parte das agroindústrias em estudo mobiliza o saber típico local da região de cultura pomerana e tem forte relação com as tradições locais da agricultura e pecuária desenvolvida desde o período da colonização. O que remete a considerar, no município de São Lourenço do Sul, uma construção de mercados enraizados nas relações sociais locais, culturais e de confiança, as quais dispensam a garantia formal que ateste a qualidade do produto (WILKINSON, 2008).

Esta é uma das formas das famílias agregarem valor aos produtos e à propriedade (PELLEGRINI, 2003; GAZOLLA, 2009), em vista disso, se atribui aos agricultores a construção inicial dos mercados e a conquista dos consumidores. Dessa maneira, estas agroindústrias trazem em suas experiências um enraizamento em torno de seus produtos, como forma de pertencimento local. Estes agricultores

conquistam os consumidores não apenas pelo produto em si, mas, sim, por sua representação simbólica, afetiva e de valores que retratam a cultura pomerana local, que é predominante na região. Consolidando uma estrutura típica de pertencimento, traduzido no sentimento de pertencer a uma determinada comunidade (BAQUERO, 2012). Fato que se assemelha aos resultados do estudo de Silveira et al. (2009), ao retratar a construção dos mercados na produção artesanal de alimentos e as normas presentes na comercialização direta entre o produtor e o consumidor.

Desta forma, os recursos mobilizáveis evidenciados na confiança entre o consumidor e a agroindústria constroem uma fidelidade em torno dos produtos, mas ultrapassando as motivações estritamente relacionadas à lucratividade, à mercantilização do produto. O que é evidenciado no conjunto de fala dos agricultores:

Eu antes de me legalizar eu vendia os meus produtos, naquela época não tinha o SIM, eu entregava os produtos todas as semanas nos armazéns, e até em alguns mercados locais, e eles compravam porque confiavam no meu produto e em mim. O que a gente se pergunta é a concorrência desleal dos grandes, agora teve todo este problema das denúncias da fraude com o leite aqui no Estado, os caras fazem aquela falcaturia que é uma barbaridade, aí como é que o pequeno vai sobreviver ou competir com eles. Eu vendia antigamente o meu leite para..... (citou o nome), mas eles te oferecem uma coisa e depois vem outra, a gente faz tudo cuida o animal, se tem alguma coisa errada nas agroindústrias pequenas tu vai direto no colono, e nas grandes tu não consegue nem saber quem é o dono, aí a gente se pergunta em quem confiar [...] é por isto que a gente conseguia vender [...] as pessoas nos conhecem e sabem quem somos, tem muitos que vão na nossa casa e sabem o que a gente faz (AF2).

Nós éramos um grupo de mulheres, nos reuníamos para vender os nossos produtos na feira. Eu era responsável por levar os produtos a gente ia todas as semanas. Vendíamos de tudo um pouco, era verdura, doces, frutas, frango [...]. Naquele tempo a gente podia vender tudo na feira, não era como agora, tem que estar legalizado. Eu comercializo os embutidos, e sou conhecida por processar de forma artesanal peito de ganso, aqui em todo o município somente eu e outro agricultor vendemos peito de ganso defumado, é uma iguaria na comida pomerana. Tem pessoas que compram o meu produto muito antes de eu ter me legalizado. Eu sei é que naquele tempo as pessoas queriam era saber de quem era o produto, e não se era legalizado até hoje quem me conhece compra o meu produto e não se preocupa, claro que sou legalizada, atendo a legislação e faço tudo com amor, e carinho, eu vejo o meu consumidor como uma pessoa da família, eu só vendo na feira então eles me conhecem a mais de 30 anos [...] (AF8).

O conjunto de falas remete a uma leitura da construção social dos mercados locais. Nesta perspectiva, os produtores conquistaram espaços nos mercados através da reputação e da qualidade que o consumidor atribuía aos produtos mediados na confiança. O que se confirma em Wilkinson (2008), ao ressaltar que

quando os mercados são construídos com base na confiança, estes se tornam relativamente imunes a pressões externas, sejam de ordem mercadológica ou reguladoras.

Figura 29: Relações de confiança no processo de comercialização



Fonte: Arquivo do autor.

Assim, o que se evidenciou em torno da comercialização informal foi uma forma de prospectar o reconhecimento e a reputação de qualidade nos produtos das agroindústrias. Conquistando, primeiro, os parentes, a vizinhança e os amigos até a inserção nos mercados locais. Nesta perspectiva, compreender um pouco da rede que envolve o consumidor é algo que, apesar de explorado, ainda se apresenta como uma das indagações da academia.

Até o presente momento, buscou-se compreender as redes que se consolidaram em torno das agroindústrias e a influência das mesmas em seu processo de consolidação e desenvolvimento. Entretanto, pouco se explorou o perfil desse agricultor. Desta forma, o próximo e último capítulo é dedicado a apresentar e analisar este agricultor familiar rural, que contraria toda a lógica capitalista de que o

pequeno produtor seria consumido, não sobreviveria às normas mercantis e tornar-se-ia um mero produtor de matéria-prima integrado à grande indústria. Nessa linha analítica, encerrar-se-á este estudo. Desta forma, deixar para o final das discussões a compreensão de quem é este agricultor familiar rural se justifica por tratar-se de um momento em que se faz necessário dar um fechamento às análises, e considerou-se, nada melhor que findar com o ator principal deste estudo. Para tanto, o próximo capítulo traça o perfil dos agricultores em estudo e, desta forma, responde-se à primeira questão desta pesquisa: quem é este agricultor familiar rural que consolida sua agroindústria em ambiente adverso a esta forma de organização?

6 AGRICULTORES FAMILIARES RURAIS: CARACTERÍSTICAS DO ATOR SOCIAL, A (RE)CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS E OS NOVOS PAPÉIS

Este capítulo visa encerrar as análises deste estudo e se destina a apresentar o perfil dos agricultores familiares rurais investigados. Em razão de considerar-se que os estudos pouco exploram o perfil deste ator e suas especificidades. De posse dos dados coletados, o que se buscou foi sintetizar as informações e revelar se estamos diante de um grupo homogêneo ou heterogêneo de agricultores, possibilitando, assim, compreender e explicar a diversidade das experiências pesquisadas.

6.1 O RESPONSÁVEL PELA AGROINDÚSTRIA

Os dados de campo evidenciaram um número maior de mulheres responsáveis pela atividade quando comparadas aos homens. Assim, 70% dos proprietários das agroindústrias são mulheres e os 30% restantes são homens. O que remete à reflexão sobre o enraizamento de gênero no desenvolvimento das atividades na propriedade rural. Ao analisarem-se os dados empíricos, se evidenciaram diferentes significados do desenvolvimento da atividade entre homens e mulheres.

Para os homens, a agroindústria se apresenta sob uma perspectiva econômica, ou seja, a possibilidade de manter uma renda na propriedade, em decorrência da diminuição do desenvolvimento das atividades eminentemente agrícolas, possibilitando aos mesmos a não exposição à penosidade das intempéries do tempo, característica nas atividades agrícolas. Portanto, para os homens, a agroindústria se apresenta como uma estratégia de renda, preservação financeira da família e a busca por uma qualidade de vida, quando estes ficam mais velhos.

Para as mulheres, a agroindústria se materializa como uma oportunidade econômica, mas, vai além disso, apresenta-se como uma oportunidade de valorização social e mudança do seu papel dentro da propriedade e junto à família. Considera-se que a presença marcante das mulheres à frente das agroindústrias familiares aponta ao empoderamento das atividades não agrícolas na propriedade.

Portanto, estima-se que a agroindústria surge para a mulher como estratégia de afirmação, valorização pessoal e social e fonte de renda.

Figura 30: Espaço de afirmação e valorização pessoal



Fonte: Arquivo do autor.

Outro fato evidenciado é a (re)construção e inserção em diferentes espaços sociais, políticos e econômicos dos agricultores familiares, em decorrência destes estarem nesse circuito, o das agroindústrias. De forma a melhor elucidar as mudanças em torno dos papéis dos entrevistados, o Quadro 13, a seguir, apresenta as principais características de comportamento envolvendo a participação dos homens em diferentes espaços sociais.

Quadro 13: Participação dos agricultores (homens) em diferentes espaços de promoção das agroindústrias

Agricultor	Espaços de promoção das agroindústrias
AF10	Não participa de eventos ou feiras sejam locais ou fora do município Não participou das reuniões de discussão das políticas públicas de desenvolvimento rural promovidos na região. Não está inserido no programa de agroindústria familiar estadual (PEAF/RS)
AF2	Participou de visitas a outras agroindústrias promovidas pela prefeitura de SLS e Emater em outros municípios Participa de eventos e feiras locais Não participa de eventos ou feiras fora do município Participou somente de uma reunião do projeto de fortalecimento das agroindústrias promovido pela prefeitura do município Não está inserido no programa de agroindústria familiar estadual (PEAF/RS)
AF5	Participou de visitas a outras agroindústrias promovidas pela prefeitura de SLS e Emater em outros municípios. Participa de eventos e feiras locais Não participa de eventos ou feiras fora do município Não participou das reuniões do projeto de fortalecimento das agroindústrias promovido pela prefeitura do município Não participa do programa de agroindústria familiar estadual (PEAF/RS)

Ao analisarem-se os dados relacionados à participação dos homens em diferentes espaços, percebe-se que estes demonstraram pouca ou nenhuma participação nos espaços de discussão das políticas públicas relacionadas ao fortalecimento das agroindústrias. No caso do **AF2**, este foi somente a uma reunião da Prefeitura, para este, sair da propriedade para ir às reuniões era pouco produtivo, em sua fala, este afirmou que, em muitas vezes, o que mais existe são promessas e pouca ação do poder público. Os **AF10** e **AF5** relataram que não participaram das reuniões ou discussões locais sobre as agroindústrias e atribuíram a dificuldade em sair da propriedade e a falta de agilidade e de retorno em torno dessas reuniões.

Nesta linha reflexiva, ao analisar-se o pouco envolvimento dos homens nos espaços de discussão política de desenvolvimento das agroindústrias familiares, tais fatos remetem a considerar que estes são atores com baixa capacidade de influência e mudança nas normas e regras em torno das agroindústrias. Nessa perspectiva, concorda-se com Baquero (2012) quando este ressalta que aqueles atores, que pouco se empoderam de diferentes espaços de discussão, tendem a não influenciar as regras e normas as quais ele é submetido. Nesta concepção, manter-se distante dessas arenas e dos espaços onde são discutidas as estratégias de fortalecimento das agroindústrias, não delibera a estes agricultores outros papéis, caracterizando-os com um baixo nível de envolvimento cívico.

Considera-se, então, que a não participação nos espaços de discussão limita a possibilidade destes de tornarem-se agentes de mudanças, ou seja, considera-se este distanciamento um ponto negativo no perfil destes agricultores. O que se aproxima das observações de Long (2001), ao ressaltar que a capacidade de influenciar os outros (agência) repousa principalmente sobre as ações de uma cadeia de agentes, dos contatos estabelecidos entre os atores em diferentes arenas.

Cabe ressaltar que as mulheres atribuíram diferentes significados à consolidação das agroindústrias, se apropriaram de diferentes espaços e desenvolveram novos papéis não evidenciados nos homens. O que remete a considerar uma questão de gênero e é nesta perspectiva que se irá analisar e discorrer sobre os dados do estudo empírico. Portanto, enquanto os homens pouco se apropriam dos espaços políticos, sociais e econômicos, as mulheres apresentam maior empoderamento destes.

De modo geral, os dados apontam uma maior inserção e predisposição voluntária das mulheres em participar dos espaços políticos de desenvolvimento rural e agroindustrial.

Figura 31: Inserção nos espaços públicos de desenvolvimento rural – as reuniões



Fonte: Arquivo do autor.

Em sua maioria, 90% das mulheres afirmaram seu envolvimento, em maior ou menor proporção, nos espaços políticos de discussão promovidos nos programas de consolidação das agroindústrias e desenvolvimento rural, local e estadual, diferente do comportamento dos homens. Ressalta-se que das entrevistadas, 3 apresentaram destaque envolvendo-se em diferentes espaços políticos, ou seja, inseriram-se em arenas as quais antes da consolidação das agroindústrias não faziam parte de sua rotina, do seu cotidiano e do seu espaço.

Figura 32: A participação das mulheres na arena política



Fonte: Arquivo do autor.

Assim, assumiram o papel de delegadas regionais nas reuniões promovidas pela SDR/RS, SMDR e Emater, nas discussões sobre as políticas públicas de desenvolvimento das agroindústrias.

Figura 33: Participantes do Seminário Estadual da Política da Agroindústria Familiar



Fonte: Arquivo do autor.

Desta forma, a agroindústria se apresenta como um veículo de inserção em diferentes arenas, e esta inserção se materializa quando elas participaram de reuniões e seminários promovidos pelo poder público em diferentes esferas (Programa Municipal das Agroindústrias de SLS e Programa Estadual de Agroindústria)⁶. Das outras agricultoras, 4 afirmaram que participam dos eventos e reuniões, mas não de forma regular, preferem não se envolver em comissões ou representações e atribuem as dificuldades de se afastarem às atividades desenvolvidas nas agroindústrias. Em um percentual menor, somente uma afirmou não participar de nenhum evento, reunião ou seminário, por considerar que estes pouco contribuem com sua atividade, o que lhe caracteriza como um ator isolado à rede, periférico (LONG, 2001).

⁶ O Programa Estadual de Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho promoveu, em 2012, mais de 16 seminários regionais, culminando com o “I Seminário Regional da Política da Agroindústria Familiar”. Contando no total com 1932 participantes, representando 402 municípios e finalizando com 100 delegados regionais eleitos representando as agroindústrias familiares no Estado do RS. Esta ação teve como foco, construir socialmente alternativas de promoção do desenvolvimento das Agroindústrias Familiares no Estado. O que culminou com o Seminário Estadual da Política Estadual da Agroindústria, o qual origina a carta de intenção de melhorias da política pública de desenvolvimento das agroindústrias do estado, com recomendações construídas socialmente e sob o olhar do agricultor rural.

Considera-se que a participação das mulheres nos espaços de discussões sobre o desenvolvimento das agroindústrias remete a apontar a existência de um empoderamento cívico das mulheres, em torno das ações que vislumbram o fortalecimento da atividade. O que se confirma nos estudos de Putnam (2002), ao considerar que o empoderamento dos espaços, principalmente envolvendo a arena política, em busca da consolidação dos projetos individuais ou coletivos, proporciona novos papéis aos indivíduos. O que se aproxima das discussões de Pase (2006) e Baquero (2012) sobre o empoderamento individual dos atores, como estratégia de desenvolvimento e crescimento social, econômico e político.

Figura 34: O empoderamento do espaço político



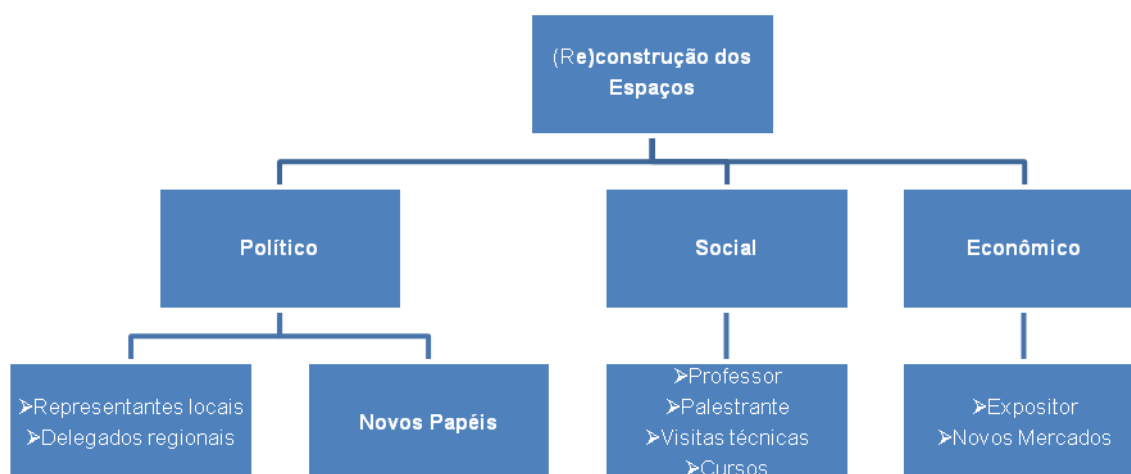
Fonte: Arquivo do autor.

Percebe-se que, em sua maioria, as agricultoras ampliam suas redes relacionais envolvendo-se em diferentes arenas de discussões das políticas de fortalecimentos das agroindústrias, assumem novos papéis e ao se apropriarem desses espaços, (re)constroem outros antes não acessados. Potencializando,

assim, sua capacidade de influenciar na construção de mudanças nas estratégias a serem adotadas nas políticas públicas envolvendo as agroindústrias, fato considerado como positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Nessa perspectiva, estarem inseridas em diferentes arenas e espaços aponta a capacidade de agência das agricultoras – as quais possuem mais do que a intenção de fazer algo – e a capacidade de influenciar e estabelecer mudanças, envolvendo as políticas públicas voltadas à agricultura familiar (LONG, 2002). Nesta linha de análise, na Figura 35 se apresentam os espaços (re)construídos e os novos papéis que as empreendedoras assumem, mediante o seu empoderamento individual e cívico. Assim, o espaço político foi aqui apresentado e, após a representação da figura, serão analisados os espaços sociais e econômicos.

Figura 35: (Re)construção dos espaços e os novos papéis



6.2 ESPAÇOS SOCIAIS: OS NOVOS PAPÉIS E AS MUDANÇAS

Das mudanças evidenciadas, para todas as mulheres respondentes, a agroindústria surge como uma oportunidade de (re)construção de espaços antes pouco ou nunca explorados e, assim, a estas se oportuniza o desenvolvimento de novos papéis. Os dados de campo evidenciaram que 100% das respondentes antes de consolidar a agroindústria desenvolviam atividades relacionadas aos afazeres da casa e seu entorno, eram responsáveis pelo processamento dos alimentos, caracterizando, assim, uma atuação predominantemente nos serviços restritos à

dimensão doméstica e apoio às atividades agrícolas desenvolvidas pelo marido na propriedade.

Fato que remete ao contexto histórico do meio rural, pois aos homens cabia o trabalho braçal da atividade agrícola, o processo produtivo, a comercialização dos produtos agropecuários e o controle das atividades financeiras da família. Enquanto à mulher reservam-se atividades menos penosas, o processo de transformar os alimentos, cuidar da família, da horta e entorno da casa, configurando o seu trabalho como complementar e de apoio na propriedade (CARVALHEIRO, 2010).

Os dados de campo remetem a considerar que a agroindústria se apresenta, para as mulheres, como um espaço de (re)construção social e busca de maior autonomia. Assim, consolidar seu projeto individual (agroindústria), abrir seu próprio negócio na propriedade possibilitou, além da utilização do seu saber fazer, outras mudanças, conforme evidenciado nas falas das entrevistadas:

Eu casei muito jovem, sempre ajudei os pais na lavoura, casei fiquei ajudando o marido, tive as filhas [...] os sogros moram comigo, e parece que eu esqueci um pouco de mim. Eu sempre muito inquieta, dizia, tenho que fazer alguma coisa, aí quando as pessoas começaram a me estimular para eu fazer alguma coisa, pensei é agora o meu momento. Então a agroindústria, foi tudo de bom na minha vida. Foi possível formar novos grupos de amigos, eu hoje me sinto pertencendo a outros grupos fora da família. Claro que sem a minha família eu não teria feito nada disto. Mais eu *voltei a ser gente* [...] cuido da casa, das filhas, hoje consigo ir às feiras, nos eventos, faço cursos, vou reuniões, acho que posso dizer que estou na sociedade, me sinto mais gente, confio mais em mim, sei o que sou capaz de fazer, e acho que se não fosse a agroindústria eu ainda estaria isolada no meu mundinho. Eu falei em nome das agroindústrias da nossa região no evento estadual das agroindústrias em Porto Alegre, eram mais de 800 pessoas, em outros tempos eu não teria esta coragem (AF3).

Acho que sem a agroindústria eu não estaria onde estou hoje, teve uma época que eu estive muito doente, e tive que lutar muito para ficar boa, e esta não é a minha realidade, eu sempre luto e lutei pelas coisas que eu quero [...] eu hoje não dependo do marido, eu tenho o meu dinheiro, programo minhas contas, não faço empréstimos arrumo tudo com o dinheiro da própria agroindústria. Eu me sinto as vezes muito importante, porque o pessoal da Emater traz pessoas das escolas e até da faculdade para conhecer a minha agroindústria, e quem explica tudo sou eu, desde como eu faço as compras, controlo minha produção, e comercializo os meus produtos. Então esta é a minha realidade, por isto que eu acho que a agroindústria me ajudou muito [...] a minha auto-estima melhorou muito, [...] eu já me senti lá em baixo, mais sabe aquela história de quanto mais tu caminha, mais longe tu chega, não pode parar tem que sempre caminhar para frente e não olhar para trás, eu nunca fui uma pessoa de dar dois passos pra trás, eu sempre procuro melhorar tudo que eu faço[...] (AF7).

Eu casei e sempre morei aqui, o marido plantava e eu cuidava da casa, das filhas, da horta, já fazia os meus embutidos, os doces as bolachas, tudo o que uma mulher do meio rural faz, até que o marido morreu e eu tive que me manter, assim, me dediquei ao que eu sabia fazer, tive apoio da Emater, e organizei a minha agroindústria, eu já vendia os meus produtos, mas não era legalizada as filhas não moram na propriedade e eu sou dona do meu negócio, eu já recebi aqui representantes do governo do Estado para ver o meu produto, eu fui em um almoço em Porto Alegre no palácio do governo representando a agricultura familiar aqui de região. Eu sai em uma reportagem no jornal Zero Hora, falando do meu produto como tradição da agricultura familiar, e o meu produto foi levado para um congresso de gastronomia em São Paulo, eu não fui, mas meu nome estava lá e meu produto (**AF8**).

As falas remetem a considerar que, a agroindústria retira a mulher da condição de apoio na propriedade, projetando, assim, mudanças em sua forma de vida e autoafirmação social. Estas afirmaram: (a) retornar ao convívio com outras pessoas; (b) inserção em outros grupos sociais, cooperativas e espaços de discussão das políticas de agricultura familiar; (c) valorização e autoestima; (d) autoconfiança; (e) gosto pelo que faz; (f) ter uma renda própria; e, (g) diminuir a dependência do marido.

Dentre outras mudanças, evidenciou-se que estas desenvolveram novos papéis em distintas arenas, neste caso, em específico, na área do ensino formal e na socialização das experiências. Cabe ressaltar que no período de coleta dos dados, as agricultoras **AF1** e **AF4** encontravam-se atuando como instrutoras no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec⁷, ministrando curso sobre agroindústria.

Dessa forma, desenvolver a atividade (agroindústria), estar envolvido com outros atores e redes de desenvolvimento rural (Emater, CAPA, Prefeitura SLS e PEA/RS) deu visibilidade ao conhecimento e reconhecimento dessas agricultoras, oportunizando a inserção destas em arenas antes não frequentadas.

⁷ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

Figura 36: Instrutoras e formandos do PRONATEC



Fonte: Arquivo do autor.

Nesta perspectiva, considera-se que, a inserção das agricultoras nestes espaços, lhes possibilita assumir um importante papel como agente de mudanças no desenvolvimento rural. Esta argumentação se constrói com base nas reflexões de Long (2002), quando se refere ao conhecimento como uma forma de poder. E, nestes casos, as agricultoras familiares ao compartilharem o seu conhecimento estão contribuindo, de forma positiva, na construção de novas oportunidades aos participantes dos cursos por elas ministrados. O que fica muito claro na fala de uma das respondentes.

Eu fui convidada a dar aula no Pronatec sobre a parte de agroindústria. O pessoal da Emater me avisou, outras pessoas me incentivaram. Dei aula em Pinheiro Machado e o pessoal ali foi bem interessado [...] pois na maior parte são produtor de fumo, e o pessoal principalmente as mulheres estão querendo aos poucos se desligar, mudar de atividade [...] Depois eu dei o curso lá no Cristal, e o pessoal já estava mais interessado em abrir uma agroindústria, pois é um município menor e está começando o fome zero, e o PENAE e não tem quem atenda. Continuo dando aula no Pronatec pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) Campus CAVG. De uma coisa eu tenho certeza, se eu não tivesse a minha agroindústria eu não estaria dando aula. Eu procuro passar para eles as informações o meu conhecimento, e principalmente me organizo para tirar as dúvidas deles, informar os sites de pesquisa, sabe como é, as vezes tu chega na Emater, te informam uma coisa, e a prefeitura te informa outra, então são coisas que só com o tempo a gente vai entendendo (AF4).

Ao analisar-se a fala da respondente, se evidencia a mudança em torno do novo papel, neste caso, em específico, a inserção na arena do ensino, agora como

professora e não mais como aluna. Para tanto, a agroindústria se materializa como uma oportunidade de mudanças, aponta a (re)construção dos espaços mediante novos papéis. Em sua fala, é possível identificar um conjunto de fatores determinantes na consolidação dessa mudança: i) desenvolver a atividade; ii) ter o conhecimento acumulado do saber fazer; e, iii) interagir com diferentes atores governamentais e não governamentais. O que de certa forma evidencia nessas agricultoras a expansão de suas redes relacionais, ou seja, a interação com outros atores distantes e, isto, mediado pelo conteúdo transacional, possibilita a formação de novos elos entre diferentes atores mediante alguma troca, seja ela de elementos materiais ou não materiais, como no caso dos conhecimentos transmitidos nos cursos (LONG; PLOEG, 1998).

As outras agricultoras (**AF3**, **AF7**, **AF8** e **AF6**) abrem suas agroindústrias para a realização de visitas de alunos universitários, cursos técnicos e ensino médio, inserindo-se em outros espaços e passando a fazer parte de um circuito acadêmico no qual coloca suas agroindústrias. Confirmando a importância das agroindústrias como parte integrante na construção de novos papéis para estas agricultoras.

Figura 37: Visita técnica na Agroindústria Figueira do Prado



Fonte: Arquivo do autor.

6.3 MERCADOS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Na perspectiva dos canais de comercialização dos agricultores familiares investigados, 80% relataram a participação em feiras locais e estaduais; destes, 30%, além das feiras locais, são expositores na Expointer.

Figura 38: Participação na Expointer



Fonte: Arquivo do autor.

O espaço da agricultura familiar foi conquistado mediante as lutas sociais e as políticas em torno do fortalecimento da mesma no estado gaúcho. Nesta perspectiva, os agricultores familiares ganham visibilidade e espaço em uma feira consolidada para o agronegócio. Criada em 1901, com projeção estadual, iniciava-se no Rio Grande do Sul a 1ª Exposição de Produtos Agropecuários do Estado, voltada à comercialização de animais, produtos agrícolas e industriais e artesanato. Entretanto, a agricultura familiar ganha espaço e visibilidade somente em 1998. Assim, por meio das políticas públicas de fortalecimento, se ganha um espaço físico, o pavilhão da agroindústria.

Figura 39: Um espaço conquistado



Fonte: Arquivo do autor.

Os dados revelam que a participação dos agricultores familiares rurais na Expointer vem aumentando nos últimos anos. Em 2011 eram 149 expositores; em 2014 atinge-se o número de 200 expositores, o que proporcionou a comercialização de mais de 2 milhões de reais no pavilhão da agricultura familiar, arrecadação distribuída com a venda dos produtos oriundos da agricultura familiar e a praça da alimentação. O avanço é mantido no ano de 2015, atingindo um número expressivo de 239 empreendimentos da agricultura familiar, constituídos por 178 agroindústrias, 5 expositores de plantas e flores e 49 de artesanatos, além de 7 cozinhas na praça de alimentação. Os expositores são oriundos de 136 municípios representados por 1.060 famílias de agricultores (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 2015).

As vendas no Pavilhão da Agricultura Familiar, na Expointer, bateram recorde em 2015. A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, por meio de sua conveniada a Emater/RS-Ascar, contabilizou R\$ 2,2 milhões em negócios nos 239 empreendimentos familiares presentes nos nove dias da feira. O valor é 12,6% superior ao alcançado na edição de 2014. Este ano, a feira

movimentou cerca de R\$ 1,7 bilhão em negócios e recebeu mais de 500 mil visitantes (GOVERNO DO ESTADO RS/SDR⁸, 2015).

Nesta perspectiva da dimensão econômica, a mudança que se evidencia é a inserção das agroindústrias nestes espaços, os quais viabilizam a comercialização dos seus produtos em espaços de projeção internacional, gerando renda e se configurando como um local de discussão e encontro dos agricultores familiares rurais de diferentes regiões do estado. O espaço da Agricultura Familiar na Expointer é promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR/RS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com Emater-Ascar/RS, Fetag/RS, Fetraf/RS, Coceargs e Via Campesina, demonstrando, assim, a construção de espaços sociais com o objetivo de promover a agricultura familiar e proporcionando aos trabalhadores rurais divulgação dos seus produtos e troca de experiências e conhecimento com outros agricultores, bem como a (re)construção de espaços sociais de discussão dos problemas que afligem os agricultores familiares.

Das agroindústrias investigadas, 4 fazem parte do Programa Estadual de Desenvolvimento das Agroindústrias (PEAF/RS), o que lhes dá direito a participar da feira. Entretanto, somente três tem atuado na Expointer: uma não participa por questões de opção – a mesma dedicou sua produção à merenda escolar local. As agricultoras que participam da feira ressaltaram ser esta uma ótima oportunidade na dimensão econômica. Estas afirmaram que as vendas realizadas em um dia de feira representam quase que a totalidade mensal de sua produção, quando comercializada no município. Outro fator evidenciado, referente a esta dimensão, diz respeito às informações transacionadas entre os agricultores expositores, estes relataram que este espaço oportuniza informações sobre compra de insumos que tenham melhor preço.

Ainda na dimensão econômica, estes consideram as oportunidades de reconhecimento das agroindústrias rurais familiares fora de sua região, oferecendo ao consumidor produtos regionais e, em alguns casos, produtos orgânicos, como é o caso da Agroindústria Figueira do Prado, em estudo. Ressalta-se que dentre as exigências de inserção dos agricultores neste espaço, estes necessitam estar

⁸ Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=6089&cod_menu=2>. Acesso em: 15 set.2015.

formalizados e cadastrados no Programa Estadual de Agroindústria do Estado, além disso, o uso do selo Sabor Gaúcho passa a ser um pré-requisito a partir de 2012 – anterior a esta medida, alguns estudos fazem crítica ao programa.

Raupp (2005) argumenta que o PEA/RS, assim como outros programas, surge para beneficiar os agricultores mais organizados, os mais estruturados com capacidade de atender às exigências da legislação. Fato que acabou excluindo dos programas as agroindústrias onde o processo é executado na cozinha de casa ou em instalações que não atendam às exigências mínimas da legislação. Apesar de suas argumentações, Raupp (2005) não faz referência se os excluídos estão interessados em se legalizar.

Desta forma, enfatizar que o programa exclui, quando sua proposta é de apoio às agroindústrias que queiram se legalizar, remete a discordar desta posição. Assim, sob o olhar do pesquisador, entende-se que as políticas e os programas voltados às agroindústrias não possuem caráter excludente. Estes se institucionalizam como um processo de apoio ao agricultor familiar. Trazem em seu projeto ações de apoio que se materializam nos cursos, na busca de recursos, no fomento da construção de espaços de comercialização, assistência técnica e gerencial da Emater. Portanto, o que sustenta nossa posição, ao discordar de Raupp (2005), foi evidenciado em alguns trechos das falas dos entrevistados:

Tem gente que não quer se legalizar, nós vamos às casas oferecemos os serviços, e eles não querem. A gente sabe, a legalização envolve custos, tem que se adequar as normas, aos padrões. As maiores exigências são para os produtos de origem animal, os de origem vegetal atender as normas é mais simples. Mas como as pessoas conseguem vender nos mercados sem estarem formalizados, possibilita a manutenção das vendas [...] tem alguns que a gente visita que estão bem organizados, falta pouca coisa para legalizar, mas eles não querem, mesmo assim a gente continua tentando [...] (Entrevista com o Agrônomo da Emater).

Eu sei que tem muita agroindústria que não está legalizada, muitas não querem, elas conseguem vender aqui em SLS sem problema. Claro que eu sei que eu pago imposto, mas é pelo bem da gente, as que não estão legalizadas tem que estarem se escondendo em baixo da mesa, elas não tem voz, porque tu nunca sabe quem vai bater na tua porta, se é uma fiscalização tu não tem o que fazer. Acho que estar legalizado nos dá espaço de sentar na mesa pra discutir, dá espaço para a gente sair por aí de cabeça erguida, tu não precisa estar te escondendo de nada, eu sei porque eu trabalhei 6 anos escondido, em baixo da mesa, sempre com medo e correndo o risco de alguém vir e fechar suas portas e nunca mais você poder abrir. E digo, sem as políticas públicas eu não estaria onde estou hoje, eu não conseguiria vender em todos os lugares, e muito menos atender a merenda escolar (**AF7**).

Eu digo que sem as políticas públicas não teria como a família ter a agroindústria. Tem gente que acha que está ruim com elas e eu digo que pior é não ter elas (políticas). Porque empréstimo com juros de banco seria difícil, dá até para dizer impossível. Hoje não tem como se meter em um empréstimo com juros dos bancos, são muito altos. É por isto que as políticas nos ajudam. Nós pegamos financiamento para tudo, desde os aviários até o abatedouro se não, não teria como. Pegamos financiamento pelo governo, nos enquadrávamos no mais alimentos. O primeiro aviário eram dois anos de carência com cinco anos para pagar. O abatedouro era dois de carência e seis anos para pagar, aí a gente pergunta que banco particular vai fazer isto por você? (AF5)

Assim, evidencia-se que as ações de apoio por parte dos programas representam para os agricultores uma oportunidade de melhoria da atividade e inserção em diferentes espaços, para além da comercialização, o que se considera positivo para os agricultores em estudo. Em suma, este capítulo buscou melhor compreender o perfil dos produtores que consolidaram suas agroindústrias em um ambiente adverso. Portanto, para entender os processos de mudança pelos quais é transformada e retrabalhada a vida cotidiana desses atores, considerou-se que as análises realizadas até o presente momento, possibilitaram compreender a multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas adotadas pelos agricultores, confirmando o que Long (2001) ressalta quando diz que se existe uma multiplicidade de agriculturas, também existe uma multiplicidade de agricultores. No próximo subtítulo, versa-se sobre as capacidades adquiridas formais e informais e os processos de mudança evidenciados.

6.4 CAPACIDADES ADQUIRIDAS FORMAIS

Na perspectiva de compreensão do perfil do agricultor familiar pesquisado, neste subtítulo, busca-se interpretar e analisar os dados relacionados à capacidade adquirida e a influência desta no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. Conforme descrito no marco teórico, a capacidade adquirida está relacionada com a escolaridade – cursos de capacitação. Os dados revelam que todos possuem algum nível de escolaridade, ou seja, não existem analfabetos no grupo pesquisado. Sendo este um dado considerado positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias, visto que, o desenvolvimento da atividade exige a leitura de receitas, o controle gerencial do empreendimento, a formulação dos custos do produto, a formação de preços de venda e o acompanhamento da legislação pertinente ao produto processado.

Na dimensão da capacidade adquirida formal dos entrevistados, 5 (cinco) declaram possuir ensino fundamental; 2 (dois) afirmaram ter cursado o ensino médio; outros 2 (dois), curso técnico (Agropecuária e Agroindústria); e 1 (um) declarou ter formação universitária em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na modalidade de ensino à distância (EAD) – e no período de realização da coleta dos dados, encontrava-se complementando seus estudos, cursando bacharelado no mesmo curso.

Figura 40: Formatura no Curso Superior em Desenvolvimento Rural



Fonte: Arquivo do autor.

Os dados de pesquisa apresentaram algumas peculiaridades em torno da capacidade formal (escolaridade). Os agricultores familiares com menor nível de escolaridade afirmaram que, ao iniciarem o desenvolvimento da atividade, este foi um fator que influenciou negativamente no processo de gestão, principalmente no entendimento a questões de legislação. Entretanto, tais dificuldades foram atenuadas à medida que estes se inseriram em diferentes redes (sociais e políticas).

Nessa perspectiva, os dados remetem ao reconhecimento destes ao apoio da Emater, Prefeitura local e Sebrae.

Dos cursos técnicos dos agricultores, estes foram realizados na área agrícola, evidenciando que o agricultor busca, no ensino formal, aprimorar os conhecimentos tácitos, alinhando-os ao conhecimento científico. Dos pesquisados, 1 (um) realizou o curso em Agropecuária, antes de instalar a agroindústria, em uma escola agrícola localizada no meio rural em SLS e seu estágio final se deu na agroindústria da escola, o que muito influenciou sua decisão no desenvolvimento da atividade.

Estes dados remetem a duas reflexões: em primeiro lugar, a importância da existência de cursos voltados à formação agrícola; e, segundo, a localização das escolas no meio rural. Assim, o acesso é facilitado devido à proximidade da escola/propriedade, viabilizando a agregação do conhecimento científico ao saber fazer herdado da família. Desta forma, evidencia-se que os cursos possibilitam criar e recriar condições de permanência dos agricultores no meio rural, resultando na consolidação das agroindústrias na propriedade. As reflexões se aproximam do que Long (2002) considera a importância das forças endógenas nos processos de mudança no desenvolvimento rural.

Para a **AF1**, a formação universitária se deu por dois motivos: primeiro, para ampliar os conhecimentos na discussão do desenvolvimento rural. Segundo, por ser o ensino na modalidade à distância, o que lhe permitiu conciliar as atividades na agroindústria, manter-se na propriedade e qualificar-se. A **AF4** buscou o curso técnico em agroindústria como uma forma de aprimorar os seus conhecimentos. Os dados revelam que estas agricultoras familiares buscaram o conhecimento técnico e universitário como estratégia de melhoria às atividades desenvolvidas (agroindústria). Portanto, uma vez que elas aplicaram os conhecimentos nos processos de transformação dos alimentos, marketing, gestão de custos, logística e comercialização, evidencia-se mudanças no comportamento das agricultoras, consideradas positivas no processo de consolidação e desenvolvimento dos seus projetos individuais.

Assim, associar o conhecimento gerado nas experiências passadas, herdadas na família e o conhecimento científico técnico e universitário, possibilitou às agricultoras pesquisadas, melhor explorar as potencialidades do próprio negócio.

Isto fica claro quando estas ampliam seus mercados, inserindo-se em canais curtos e longos de comercialização e aprimoram suas receitas.

6.5 A BUSCA POR INFORMAÇÕES: OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA

Em relação ao perfil dos agricultores, os dados empíricos evidenciados em torno à busca de informações demonstram que estes se comportam de forma similar. Estes afirmaram que ao longo do tempo, adaptaram-se e se utilizam de diferentes tecnologias e canais de comunicação (telefone, celular e computador). Assim, (re)constroem no meio rural formas de acesso a informações, semelhantes ao meio urbano. Outro fato evidenciado é a realização de cursos utilizando ambientes virtuais, consultas à legislação, acompanhamento às chamadas públicas e tudo isto sem sair de casa. Encurtam-se os tempos de respostas às consultas, mas apesar das facilidades, estes ainda recorrem ao extensionista da Emater e à SMDR, afirmando a importância das instituições governamentais como ator especialista.

Dos entrevistados, todos afirmaram ter acesso, na propriedade, à televisão, rádio, telefone, celular e computador e os utilizam como fonte de informação. Observa-se que para esses agricultores familiares estas tecnologias rompem fronteiras geográficas, permitindo a comunicação com outros atores distantes. O que ficou muito claro em suas falas:

A minha vida está tão resumida a trabalho que está difícil [...], uma coisa que facilita muito para nós é a internet, eu cuido muita coisa só na internet. Principalmente o que mudou na legislação, eu consigo acompanhar quando vai ter chamada pública, agora a gente não precisa estar sempre pedindo ajuda dos outros, a gente precisa é estar atento a estas informações **(AF1)**.

Eu comecei com bolacha, e pães. Hoje eu procura mudar, e procuro receitas na internet, e vamos testando, pego receitas com a Emater e nos cursos, com colegas, com vizinhos. Hoje eu faço 15 tipos de bolachas, eu comecei com dois tipos e depois fui ampliando. Para o inverno que vem ou vou fazer um curso só de biscoitos no Senar, eu me inscrevi lá no ano passado, para não perder, são 60 tipos de bolacha, não dá para perder e é aqui em SLS. Nestas viagens que eu vou, eu não posso ver um biscoito que já saio provando **(AF7)**.

Ultimamente eu faço contato com o pessoal pelo Facebook, a gente consegue saber quem vai nas feiras, o bom é que hoje todo mundo tem Facebook. Eu tiro dúvidas por e-mail com a SDR em Porto Alegre, às vezes a resposta vem em menos de um minuto, o que antes a gente levava dias ou meses para saber agora é na hora **(AF4)**.

O conjunto de falas dos agricultores familiares remete a considerar a importância do acesso às diferentes tecnologias no meio rural. Isto muda o perfil do rural e do agricultor, ou seja, o agricultor em estudo se apropria dessas tecnologias e constrói seu mapa de respostas ao cotidiano. Assim, ampliam seus conhecimentos, aprimoram suas receitas e expandem as fronteiras de suas redes relacionais (MIOR, 2005).

Desta forma, cada um se apropria das informações de acordo com suas necessidades e seu projeto individual. Utilizando-as, assim, da forma que melhor lhe convém no seu processo de tomada de decisão, o que lhe garante maior liberdade de ação (SEN, 2010). Cabe ressaltar que mesmo em ambientes virtuais, não se exclui as relações de amizade, isto é, a aproximação dos laços fracos como mediadora à fluidez das informações (GRANOVETTER, 1989). Sendo estes laços materializados nos contatos desenvolvidos entre os agricultores e a SDR, em Porto Alegre. Ressalta-se, ainda, que comunicação flui de forma simples porque, conforme relato, a pessoa que lá trabalha é de suas relações de amizade, é do município, confirmando, assim, a importância da força dos laços fracos descritos por Granovetter. Assim, com base nas relações de amizade, estes agricultores ampliam suas redes, interagem com outros atores, conectam-se e informam-se, sobre a atividade, a legislação e as políticas públicas. O que é considerado como um fator positivo no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias.

Ainda na perspectiva de ampliar as redes, estes se utilizam da internet, Facebook e e-mail para contato com outros empreendedores locais e distantes geograficamente. O que possibilita estar na propriedade e trocar informações sobre produtos, matéria-prima, entre outros. Portanto, não precisar se deslocar da propriedade em busca de informações é algo imprescindível, isto porque, a força de trabalho na agroindústria é basicamente familiar e a produção se caracteriza em pequena escala. Nesta perspectiva, os ambientes virtuais interferem de forma positiva no desenvolvimento das atividades, no atendimento à produção e ampliação do conhecimento adquirido, visto que, alguns relataram a utilização da internet para pesquisar novos produtos e acompanhar as novidades do mercado relacionadas ao seu produto em específico, o que lhes possibilita construir suas estratégias de produção, comercialização ou desenvolvimento dos produtos também de forma mais autônoma, seguindo sua racionalidade, conforme é evidenciado na fala dos agricultores:

Às vezes eu tenho dúvidas aí passo e-mail ou telefone para a **AF1**. Ontem mesmo a internet foi muito importante, a ficha de inscrição para a feira de Porto Alegre é só até hoje, aí ontem a **AF1** esteve aqui e eu perguntei tu já fez a inscrição, ela disse bah esqueci, mas eu estou sem computador em casa vou ter que ir na cidade amanhã, eu disse faz aqui em casa [...] ela disse mas eu não tenho o número da minha DAP, e eu disse entra aí no site e procura, entra no tio Google que ele diz tudo [...] assim fomos fazendo tudo. Estou acostumada com o computador, eu aprendi sozinha e com ajuda do filho, a encontra as coisas, a pesquisar nas páginas do governo, a gente tem que estar atento [...] Nós cuidamos as chamadas públicas da merenda escolar, para organizarmos a nossa produção. O pedido das bolachas eu e **AF1** e **AF3** nos dividimos para fazer as quantidades, sabendo a data com antecedência e depois de ganhar a chamada a gente sabe quanto tempo tem para fazer os produtos (**AF4**).

[...]eu cuido as chamadas públicas, agora não é mais licitação. Nós ficamos antenados, porque ninguém te avisa, eles dizem assim: em tal tempo vai sair chamada pública, vocês têm que ficarem atentos, e aí a gente fica cuidando até porque eu a **AF4** e a **AF3** nos organizamos e produzimos em conjunto, a quantidade para atender as chamadas públicas, cada uma produz na sua agroindústria, depois juntamos tudo e conseguimos atender a merenda escolar. A gente controla o jornal, passa na escola, e eu se mudou alguma coisa na legislação e uso a internet, tem que estar sempre bem antenado, porque ninguém sabe muito. Por exemplo hoje a merenda escolar não é com nota fiscal comum, é com nota eletrônica, e tudo isto a gente consegue fazer, claro que temos o apoio da Emater. Mas agora muita coisa a gente já sabe fazer e não precisa ir lá. Quando eu vejo que alguma coisa mudou e eu não entendi muito bem, vou na Emater e eles me explicam melhor, o que eles não sabem na hora, eles buscam a informação e depois me avisam, e o que eu sei vou avisando para todo mundo (**AF1**).

O conjunto de falas evidencia que o uso das tecnologias possibilitou aos agricultores o desenvolvimento de ações proativas (programação da produção) e o ganho de maior autonomia no processo de tomada de decisão. Essa materializada na diminuição da dependência de fontes externas. Para tanto, as informações que antes se restringiam à visita do extensionista à propriedade ou à ida do agricultor à Emater, Prefeitura, entidades de classe e ONGs, hoje, estes agricultores acompanham de casa, via internet, sendo algo já incorporado na rotina diária dos mesmos. Cabe ressaltar que isto não exclui dos eventos a presença do extensionista ou a procura aos órgãos públicos. Mas, a diminuição da ocorrência desses eventos sinaliza estar-se diante de um agricultor familiar que vem construindo sua autonomia.

Nesta perspectiva, este passa a desenvolver outras capacidades: a de processar as informações, tomar decisões e agir em conformidade com suas necessidades (LONG; PLOEG, 2002). Ao descrever-se o perfil dos agricultores familiares pesquisados, concorda-se como Mior (2005), quando este ressalta em seus estudos, que nos últimos anos vem surgindo um agricultor que busca

autonomia e que perpassa a produção, de maneira a torná-lo um agricultor familiar com habilidade, perspicácia e capacidade de influenciar e mudar o que está ao seu entorno e construir novas regras para o jogo. Para que se oportunize a construção de liberdade – conforme referenciada por Sen (2010) – e que se possibilite tomar decisões e influenciar a construção de sua história, mas não como um mero expectador, mas, sim, como um ator atuante. Diante deste contexto, o uso das tecnologias digitais é algo que não pode mais ser negado como uma característica e reconfiguração do meio rural e deste ator social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta tese avançou no entendimento da dinâmica do processo de consolidação das agroindústrias familiares rurais e (re)construção de espaços e canais de comercialização autônomos, bem como na identificação (nas interações realizadas) das contribuições e influência nesse processo. O objetivo era o de compreender como os agricultores consolidam agroindústrias e canais de comercialização autônomos, (re)construindo espaços e desenvolvendo interações com outros atores sociais, governamentais e não governamentais, no ambiente em que estão inseridos.

A primeira questão surgida foi: quais os fatores motivacionais dos agricultores no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias em um ambiente adverso? A investigação demonstrou que os agricultores têm três fatores que os levam à consolidação: o primeiro fator é o econômico e está ligado ao momento em que os agricultores consolidam suas agroindústrias como uma estratégia de negócio e busca de autonomia. Nesse ponto, os agricultores se organizam como uma forma de resposta e resistência ao ambiente adverso materializado na produção integrada comum na região, portanto, agem de forma a manter na propriedade uma multifuncionalidade nas atividades desenvolvidas. E assim, consolidam as agroindústrias como uma forma de construção de autonomia, dominando o processo produtivo em diferentes elos da cadeia, envolvendo a produção da matéria-prima da propriedade e, para suprir a carência em torno dessa, são nas relações de amizade e confiança nos laços fracos (vizinhos) que eles adotam estratégias horizontais de aquisição e, assim, comercializam entre eles o que irá abastecer o processo produtivo da agroindústria, o que lhes proporciona outras formas de organização da produção, diminuindo ou mesmo excluindo sua atuação como um produtor integrado a outros empreendimentos.

Esta estratégia de construção de autonomia fica clara quando os agricultores mencionam que a agroindústria é um “negócio gerador de renda” e permite a “manutenção na propriedade”, é evidenciada no agricultor que deixa a produção integrada à grande indústria, pois esta limitava seu poder e espaço no processo de atuação e negociação, quer em relação ao preço da matéria-prima por ele fornecida ou à forma de produção. Para tanto, consolidar a agroindústria permite aos agricultores pesquisados o poder de inserção no processo de negociação, dominar

outros elos da cadeia envolvendo desde a produção até a comercialização final do produto junto ao consumidor.

O segundo fator motivacional é o cultural e está ligado ao momento em que a maioria dos agricultores se apropriam do saber fazer herdado na família e do conhecimento em torno da matéria-prima, visando à preservação do gosto pela culinária pomerana predominante no processo de colonização do município, para, assim, conquistar o gosto dos consumidores e consolidar suas agroindústrias. Considera-se que trazer para os produtos a herança cultural, a imagem do colonial, permite aos agricultores familiares pesquisados consolidarem estratégias de preservação cultural materializadas nos produtos, preservando os consumidores da mesma etnia e conquistando os de outras. Considera-se que nesses casos específicos, o fator cultural (materializado nos produtos) amplia as discussões de valor agregado indo além da visão reducionista de valor da matéria-prima, inserindo-se na valoração do pertencimento como forma de identidade local, resultando em produtos como o peito de ganso – uma iguaria da cozinha pomerana –, as schimier e bolachas.

O terceiro fator motivacional do desenvolvimento das agroindústrias foi atribuído as ações governamentais instituídas nas políticas públicas, de crédito rural e comercialização dos produtos. A pesquisa evidenciou que, na maioria dos casos, as ações governamentais de financiamento foram imprescindíveis na construção/reforma do prédio, compra de máquinas e equipamentos. Dotando as famílias de recursos financeiros que as mesmas não possuem para consolidar novos projetos na propriedade ou ampliar os existentes. Cabe ressaltar a evidência, no estudo empírico, que os recursos financeiros disponíveis nas políticas públicas não atendem, em sua totalidade, à consolidação dos projetos das agroindústrias, apontando a fragilidade dessas políticas em dimensionar as reais necessidades do público a que se destinam.

A fragilidade que aqui se atribui é decorrente da desconectividade entre o que a legislação exige – em torno da construção ou reforma do prédio – e os recursos os quais o agricultor tem direito, o que em alguns casos comprometeu o processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas. Entre os problemas detectados, os agricultores relataram que os recursos disponíveis não suprem todos os gastos com construção ou reforma do prédio, necessitando os recursos da família, o que gerou atraso e demora na consolidação do projeto. Outro

problema evidenciado, em torno dos recursos, é o distanciamento entre os valores de crédito disponibilizados para as cooperativas e os empreendimentos individuais, evidenciando que as políticas mantêm uma lógica de que, se por um lado apoiam ações coletivas destinando valores mais altos, por outro lado cerceiam a autonomia daqueles agricultores que vislumbram o seu projeto individual, necessitando, assim, de recursos e apoio no desenvolvimento de todos os passos do projeto, incluindo a construção das instalações, aquisição de equipamentos e veículo.

Ainda nas ações das políticas públicas de comercialização dos produtos, considera-se que a inserção nos mercados institucionais estimulou novas formas de organização dos agricultores pesquisados: três unem-se e formam uma rede horizontal em torno da produção como estratégia de atender às chamadas públicas, confirmando que apesar das políticas públicas vislumbrarem o agricultor familiar, a pequena escala de produção ainda se apresenta como um limitador à inserção nos mercados. Considera-se que a cooperação, a ajuda mútua desenvolvida por esses agricultores, em torno dos problemas relativos ao atendimento das chamadas públicas, se apresenta como um caminho a ser trilhado e merece uma agenda de discussões entre o poder público e os agricultores locais, para que se estimulem novas ações e se apontem alternativas de entrada dos agricultores nesses canais de comercialização.

A segunda questão trabalhada na pesquisa foi: qual o papel dos diferentes atores no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias e construção de canais de comercialização autônomos? A pesquisa evidenciou que os papéis diferem de acordo com o conteúdo transacionado, caracterizados em três redes descritas neste estudo: as governamentais, as não governamentais e as redes sociais.

Considerou-se a rede governamental representada nas organizações públicas (Emater, SMDR e SDR), políticas (PRONAF/PNAE/PAA) e o Programa PEA/RS como atores de impacto positivo ao processo de consolidação das agroindústrias, materializados na multiplicidade de papéis exercida por essa rede. Em meio a essas reflexões, destaca-se a capacidade de agência da rede governamental (Prefeitura/Secretaria do Turismo local) em unir produtores familiares rurais em busca de novas formas de comercialização autônomas de seus produtos, através de entidades como a Associação Caminho Pomerano, o Programa de Economia Solidária e os espaços públicos destinados às feiras. A atuação do poder

público vem proporcionando mudanças consideradas de impacto positivo no processo de autonomia das agroindústrias e da construção de canais de comercialização também autônomos. Das agroindústrias investigadas, todas fazem parte do quadro de associados do Caminho Pomerano, apontando a influência da cultura, de pertencimento e enraizamento local na forma de organização das agroindústrias.

Por outro ângulo, um dado preocupante é o número reduzido de agroindústrias inseridas no roteiro de visita – somente três – e isto atribuído à falta de estrutura das propriedades para receber os turistas, o que poderá gerar, ao longo do tempo, um enfraquecimento do projeto associativo devido à sobrecarga das atividades desenvolvidas nessas propriedades. Considera-se que este é um ponto a ser trabalhado entre os agricultores e o poder público, para que se busque apoio nas políticas públicas e ações que viabilizem a adequação dos espaços da propriedade ao turismo rural, promovendo o desenvolvimento financeiro não somente das famílias, mas da região.

Um dado positivo à consolidação e desenvolvimento das agroindústrias pesquisadas são os espaços para as feiras livres e as de economia solidária – que o poder público apoia. Estes são lugares em que o agricultor domina um dos elos principais da cadeia – a comercialização direta –, demonstrando nessas relações com o consumidor final que este produtor exerce sua capacidade de negociação, afastando, nesta etapa, a figura do atravessador, o que lhe assegura maior autonomia no desenvolvimento da atividade.

Em se tratando dos atores não governamentais, os agricultores interagem de forma positiva com instituições como o CAPA, a Cooperativa Sul Ecológica e a Associação Caminho Pomerano, promovendo estas, vias de acesso a mercados tanto formais como informais.

As Redes Sociais, estas caracterizadas nos amigos, vizinhos e parentes, considera-se que influenciam de forma positiva na consolidação das agroindústrias, pois é a partir delas que os produtos passam a circular em diferentes espaços, ganhando projeção nos mercados. Além disso, estes atores, em geral, suprem as carências em torno da matéria-prima e da força de trabalho necessárias nas agroindústrias. Na perspectiva de sanar as dificuldades, os agricultores desenvolvem ações de interação, ajuda mútua e de cooperação na divulgação das informações. Ressalta-se que esta ação de ajuda mútua não ocorre entre todos,

mas é significativo o número de produtores que se relacionam e trocam informações, evidenciando a existência de um estoque de capital social e um enraizamento local em torno da busca de soluções aos problemas comuns.

A relevância da família foi evidenciada no apoio material (estruturas físicas e força de trabalho) e imaterial (confiança e incentivo) materializados no apoio aos projetos dos agricultores, prevalecendo a confiança em meio à incerteza aos riscos impostos aos empreendimentos desta natureza. O que remete a considerar que é nos laços fortes que os agricultores em estudo depositam confiança e esta confiança é recíproca.

A terceira questão foi compreender se: a apropriação da agroindústria e a (re)construção de espaços e papéis diferem em relação ao gênero? Os resultados evidenciaram diferenças no significado das representações de apropriação da agroindústria, assim como na (re)construção de espaços e papéis dos agricultores quando comparados entre os gêneros.

Em relação ao gênero, as mulheres se apropriam do seu saber fazer e das heranças culturais voltadas ao processamento de alimentos, modelando, (re)construindo espaços e desenvolvendo novos papéis. Não obstante, na condição de agricultora familiar rural configura-se como um agente de mudanças do mundo rural e desenvolvimento local. Saem da condição de apoio às atividades agrícolas e domésticas desenvolvidas na propriedade, inserindo-se em um mundo antes não percorrido, assumindo novos papéis, não mais restritos à propriedade e à família, mas, sim, em um contexto mais amplo, ultrapassando a porteira da propriedade, as fronteiras geográficas locais e inserindo-se em diferentes arenas, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou de mercados.

Elas consolidam sua agroindústria como um espaço de obtenção de renda própria, o que lhes confere autonomia em relação à dependência do marido. Cabe ressaltar que a mulher, no meio rural, sempre foi geradora de renda com a comercialização de pães,ucas, ovos, entre outros, entretanto, nos casos em estudo, elas optaram em sair da informalidade, o que lhes possibilitou a inserção em diferentes canais de comercialização, não somente os curtos ou informais, mas aqueles distantes. Quatro das agricultoras distribuem seus produtos a outras regiões (Pelotas, Turuçu, Cristal, Canguçu e Camaquã), a inserção nesses mercados longos foi uma iniciativa das agricultoras. Portanto, abrir novos canais de comercialização em locais distantes e impessoais se deu em decorrência da capacidade de agência,

da habilidade de negociar e apresentar seus produtos em outros canais de comercialização, algo imprescindível, economicamente, para as mesmas.

Diferente das mulheres, para os homens a agroindústria se apresenta como uma estratégia de manutenção de renda fixa na propriedade, mudar a forma de produção, ou seja, não desenvolver atividade agrícola de produção integrada à grande indústria, fato retratado no caso de um dos agricultores que deixa a produção integrada. Considera-se ser, nesse caso, em específico, que a agroindústria se consolida como uma estratégia de garantia da autonomia no desenvolvimento das atividades no meio rural, em que o agricultor deixa de ser dominado pela indústria e passa a ter autonomia no processo produtivo e na negociação de preço junto ao consumidor final. Portanto, a utilização do conhecimento da família na produção de queijos e o uso da matéria-prima da propriedade, aliados à decisão de deixar a produção integrada, aponta a capacidade do agricultor de tomar decisões com base nas oportunidades de mercado por ele construídas ao longo do tempo, desde quando comercializava o seu produto informalmente e as relações de confiança prevaleciam em torno à garantia da qualidade dos produtos.

Outro fator observado é o abandono do rigor atribuído ao desenvolvimento da atividade eminentemente agrícola. Portanto, considera-se que para os homens a agroindústria se apresenta como forma de manutenção e vínculo com as atividades rurais, principalmente quando estes envelhecem e necessitam desenvolver outras atividades em que a exposição ao rigor das intempéries climáticas e do campo sejam minimizadas.

Quanto aos canais de comercialização, os homens não os expandem, mantendo-se nos canais locais, curtos, formais e informais, com venda direta ao consumidor, portanto, a não inserção nos mercados longos e impessoais lhes garante maior autonomia e poder de negociação. Esses produtores dominam boa parte da cadeia, desde a produção até a comercialização, o que fica muito claro em um dos agricultores que só comercializa seus produtos na agroindústria.

Em relação aos papéis observados, as mulheres inserem-se em outras arenas e atuam como instrutoras do (Pronatec) e, nessa perspectiva reflexiva, apesar do número pequeno de agricultoras (2), considera-se que estes espaços aumentaram a capacidade de influência em outros atores, consolidando, assim, novas redes relacionais. Este papel assumido gera novas expectativas de desenvolvimento dentro do mundo rural, inserindo, assim, esta agricultora em outras

redes, que a levarão a outros grupos distantes de suas relações, transacionando informações e conhecimentos sobre o processo de consolidação e desenvolvimento de empreendimentos agroindustriais. São esses espaços que permitem discussões sobre as possibilidades e alternativas de permanência do agricultor no meio rural.

Considera-se que a socialização do conhecimento e o compartilhamento de informações acumuladas (ao longo do tempo) poderão ocasionar oportunidades de mudança na vida de outras pessoas, tanto do meio rural quanto do urbano, influenciando as mesmas a desenvolver a atividade, quer como empreendedor ou trabalhador da área.

Diante do contexto investigativo e da dinâmica da agricultura familiar, o presente estudo buscou ampliar as discussões existentes e trazer novas reflexões sobre um tema complexo. Considera-se que o estudo empírico permitiu demonstrar que os agricultores em estudo constroem estratégias horizontais, visando maior autonomia no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias. O discurso dos agricultores corrobora, em diversos momentos, com as teorias apresentadas neste trabalho. Os atores têm capacidade de agência na construção dos mercados e das regras que os regem e, isto não ocorre de forma isolada, vem dentro de um processo de empoderamento cívico dos mesmos e da adoção de organização social em torno dos objetivos comuns.

Apontam-se que as interações com diferentes atores, no ambiente em que estes se inserem, se apresentam como ferramentas importantes no processo de consolidação e desenvolvimento das agroindústrias familiares rurais e (re)construção dos espaços sociais, políticos e econômicos, representados, neste estudo, nos agricultores pesquisados no município de São Lourenço do Sul. Considera-se que as discussões aqui propostas não se fecham em si, mas abrem novos caminhos reflexivos em diferentes áreas da academia, em diferentes locais, sob diferentes correntes teóricas e metodológicas, em que se busque melhor compreender a dinâmica do mundo rural.

8 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n. 1,2, 3 e v. 29, n.1., jan./dez. 1998, jan./ago. 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Revista de Sociologia da USP**, v.16, n.2, São Paulo, 2004.

AGNE, Chaiane Leal. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região do Corede Jacuí Centro/RS**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

_____. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014.

ALSOP, R.; HEINSOHN, N. **Measuring empowerment in practice: structuring analysis and framing indicators**. World Bank Policy Research Working Paper, 2005.

AMARO, Miriam Cristina Chaves. **A cadeia produtiva agro-industrial do morango nos municípios de Pelotas, Turuçu e São Lourenço do Sul**. 2005. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRGS, 2005.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob a perspectiva cultural. Niterói: Editora UFF, 1ª reimpressão, 2010.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan./abr. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições Setenta, 2011.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. O Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na Segurança Alimentar e no Desenvolvimento Rural. In: **Anais 48º Congresso Sober**, Campo Grande, MS, 2010.

BOSENBECKER, Patrícia. ***Uma colônia cercada de estâncias***: Imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877). 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BOTT, Elizabeth. ***Família e rede social***. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 318f.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. ***III Seminário Nacional de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA***. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. ***Agroindústrias***. 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/agroindustrias>>. Acesso em: 9 out.2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Safra 2014/2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/plano-safra-da-agricultura-familiar-2014-2015>>. Acesso em: 08 set.2015.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) ***Para além da produção***: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

CARVALHEIRO, Elizângela Mara. ***A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar***. 2010. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Jairo Scholl. ***São Lourenço do Sul Cem anos***. 1ed., São Lourenço do Sul: Corag, 1984. 183p.

COTRIM, Décio Souza. ***O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico***. 2013. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE Sérgio Pereira. ***Desenvolvimento territorial***: articulação de políticas públicas e atores sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DENZIN, Norman K. ***O planejamento da pesquisa qualitativa***: teorias e abordagens. 2 ed., São Paulo: Bookman, 2006.

DIETRICH, Odair Berwaldt. **O processo histórico e as transformações socioeconômicas que ocorreram na cultura do tabaco**. 2011. Trabalho de conclusão de curso em Planejamento e Gestão Para o Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre. UFRGS, 2011.

FREEMAN, L. C. **The development of social network analysis**. Vancouver: Empirical Press, 2006.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. **The Sociology of Markets**. Department of Sociology University of California Berkeley, Ca. U.S.A., 2006.

FURTADO, J. Globalização das empresas e desnacionalização. In: LACERDA, A. C. **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000. p.13-42.

GAZOLLA, Marcio. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2012.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLY, Paulo André; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.241-262, jan./jun. 2012.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 361-388, nov. 2011.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

GÓMES, Daniel et al. Centrality and power in social networks: a game theoretic approach. **Mathematical Social Sciences**, v.46, p.27-54, 2003.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 1999.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. In: **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1360-1380, p.1930-1938, May, 1973.

_____. Threshold models of collective behavior. In: **American Journal of Sociology**. University Chicago Press. Chicago, v. 83, n. 6, p. 1420-1443, 1978.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. In: MARSDEN, Peter V.; LIN, Nan (Eds.). *Social structure and network analysis*. Beverly Hills: Sage, 1982. Cap.5, p.105-130.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. In: *Sociological Theory*. Ed. Randall Collins. San Francisco, Califórnia, Série Jossey-Bass, v.1. 1983, p.2001-2233.

_____. The impact of social structure on economic outcomes. *Journal of Economic Perspectives*. v.19, n.1, 2005. p.33-50.

GRISA, Catia. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro. UFRJ, 2012.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. da. **Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural**: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. 2007. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.

HANNEMAN, R. A. Centralidad y poder. In: HANNEMAN, R. A. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales**. Departamento de Sociología de la Universidad de California, Riverside, 2002. Cap. 6. Disponível em: <http://www.unap.cl/p4_unap/docs/cursosociologia/Hannemann_cap6.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10. out. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Lei nº11.326/2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agrifamiliar_2006_2/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 2 out. 2013.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social**: an introduction to Actor-Network Theory. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007. 301f.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness Cooperativa e Produtor Rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1993. 226p.

LAW, John. **Organizing modernity**. Oxford (UK) and Cambridge (USA): Blackwell, 1994. 219f.

LONG, N.; PLOEG, J. D. New Challenges in the Sociology of Rural Development: a rejoinder to Peter Vandergeest. **Sociologia Ruralis**, v. 28, n. 1, p. 30-41, Apr. 1988.

_____. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 3-4, p. 226-249, Dec. 1989.

_____. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In.: BOOTH, D. (org) **Rethinking social development**: theory, research and practice. England, Essex: Longman Scientific and Technical. 1994. p. 62-90.

_____. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.): **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011. 328 p. Série Estudos Rurais.

LONG, N. **An Introduction to the sociology of rural development**. London: Tavistock. 1977. 221 p.

_____. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. **Sociologia Ruralis**, v. 24, n. 3-4, p. 168-184, Dec. 1984.

_____. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. Tiempos de Ciência. **Revista de Difusión científica de la Universidad de Guadalajara**. 1988, (abril- junio), p. 1-10.

_____. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001. 293p.

_____. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. San Luis de Potosí/México: El Colegio de San Luís. CIESAS, 2007. 499p.

LUDTKE, Guido. **Agricultura familiar em São Lourenço do Sul**: reflexões sobre a inadimplência e soluções.

MARQUES, Flávia Charrão. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos**: transições nos regimes sociotécnicos da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MARTINELLI, Alberto. **O contexto do empreendedorismo**. In: Redes e Sociologia Econômica. Ana Cristina Braga Martes (Org.). São Carlos:EdUFSCar, 2009.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais**: aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da Informação, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. **Redes e Capital Social**: o enfoque da informação para o desenvolvimento rural. Ci.Inf., Brasília, v.33,n.3, p.41-49,set/dez, 2004.

MATEI, Ana Paula. **Os Processos de Inovação e as Interações nas Agroindústrias Familiares em Regiões do Brasil e da Itália**.2015. Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Faculdade de Ciências Econômicas Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2015.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2ed., São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1992. 269 p.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústria e Território**: A Dinâmica das Redes Locais de Desenvolvimento Rural do Oeste Catarinense, Florianópolis-SC. 2003.Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociedade e Meio-Ambiente, UFSC,2003.

_____.**Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**.Chapecó: Argos, 2005.

MILANI, Carlos R. S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007.

MUSSO, Pierre. **A filosofia da Rede**. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**.v. 16, n. 43. São Paulo:USP. set-dez, 2001.

_____. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações de vida econômica. In: GASQUES et al.(Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, p.184-213.

NIEDERLY, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar. Possibilidades e limites da agroindustrialização à diversificação dos meios de vida na agricultura familiar: evidências a partir da região Missões-RS. In: II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais**. Porto Alegre, 2008.

NIEDERLY, P. A. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

OECD. **Manual de Oslo**: Diretrizes para coleta e interpretação de dados de inovação. 3ª ed. Tradução FINEP. 2005. Disponível em:<http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 4 out.2013.

OLIVEIRA, Daniela; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Produzindo novidades na agricultura familiar: Agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.28, n.1, p.17-49, jan./abr. 2011.

ORSOLIN, Juarez. Gestão da comercialização na Agroindústria rural familiar. **Revista de Administração**. Frederico Westphalen, v.5, n.8, p.15-37, jun., 2006.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital Social e Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul**. 2006. Tese de Doutorado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PELEGRINI, G.; VELA, H. Estudo das associações de Agroindústrias familiares do município de Palmitinho-RS. In: **Anais do 1º Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar**. São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005, p.670-676.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul**: Limites e Potencialidades a sua Reprodução Social. Porto Alegre: UFRGS. 2008.

PETTAN, Kleber Batista; BOTELHO FILHO, Flávio; MEDEIROS, Josemar Xavier de; MEDAETS, Jean Pierre Passos; ESPÍRITO SANTO, Ernani do. Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares em rede e isoladas no oeste de Santa Catarina. In: **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2005. Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda., 1980.

PUTNAM, Robert D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect**, n.13, 1993.

_____. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, Sérgio. **Rural Development**: Actors and Practices. In: Pierluigi Milone, Flaminia Ventura, Jingzhong Ye. (Org.). Constructing a New Framework for Rural Development. United Kingdom, Emerald Group Publishing Limited, 1ed., 2015, v.22, p.17-30. ISBN 978-1-78441-622-5.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n.31, p.133-154, abr. 2002.

RADOMSKY, Guilherme F. W. As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaúcha. **Perspectiva Econômica**; v.2, n.2:75-107, jul./dez. 2006.

RAUPP, André Kuhn. **Políticas Públicas e Agroindústrias de Pequeno Porte da Agricultura Familiar**: Considerações de Experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005. 241p.

REGIS, Helder P. **Construção social de uma rede informal de mentoria nas incubadoras de base tecnológica do Recife**. 2005. Tese de Doutorado do PROPAD – Programa de Pós-Graduação em Administração. UFPE, Recife, 2005.

RÉGIS, Helder Pontes; DIAS, Sônia Maria Rodrigues Calado; MELO Paulo Thiago Nunes Bezerra de. Redes informais de mentoria no ambiente de incubadoras de base tecnológica: o apoio ao desenvolvimento da carreira empreendedora. **J. Technol. Manag. Innov.** 2006, v.1, Issue 5.

REICHERT, Lírio José. **Avaliação de sistemas de produção de batata orgânica em propriedades familiares**: uma aplicação da metodologia multicritério de apoio à decisão (MCDA). 2012. Tese de Doutorado da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Pelotas, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br>>. Acesso em: 08 out. 2013.

ROCHA, L. H. M. da; MIORIN, V. M. F. A importância da terra na organização espacial: a formação econômico-social do espaço sul-rio-grandense. **Geografia: Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v.1,n.4, p.148-166, 1990.

RUIZ, M. S.; VENTURINI, V.; CAMBERLIN, W.; LYRA, J. R. M.; UCHOA JR.; P. P. M. Agroindústria familiar de Londrina (PR). **UNOPAR Científica**, v.3, p.7-14, 2002. Disponível em: <http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/agroind.htm>. Acesso em: 3 ago. 2015.

SABOURIN, Eric. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos**. In: A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p.215-239.

_____. Reciprocidade e Análise de Políticas Públicas Rurais no Brasil. **Ruris**. v.6, n.2, set. 2012.

SABOURIN, E; RODRIGUES, J. A. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT. In: **Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163**, v.2. Projeto Diálogos (Ed) Brasília, WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, 2009. p 45-81.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374p. 9-43.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CARUSO, Cintia de Oliveira; CALDAS, Nádia Velleda. Estado e agricultura familiar: o papel das políticas públicas de incentivo à agroindustrialização no extremo sul do Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.16, n.3, p.80-97, set./dez. 2011.

SCHMIT, Cláudia. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.27, mai./ago. 2011, p.82-112.

SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Orgs). **A construção do desenvolvimento rural: Atores, dispositivos coletivos e bases institucionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

_____. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER; S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do Desenvolvimento Rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.11-17.

_____. Seeds and sprouts of rural development: innovations and nested markets in small scale on-farm processing by family farmers in south Brazil. In: Pierluigi Milone, Flaminia Ventura, Jingzhong Ye. (Org.). **Constructing a New Framework for Rural Development**. United Kingdom, Emerald Group Publishing Limited, 1ed., 2015, v.22, p.127-156. ISBN 978-1-78441-622-5.

SCOTT, John. **Social network analysis**: a handbook. 2 ed. London: Thousands Oaks, Calif.: Sage Publications, 2000. 208 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A.; DONAZZOLO, J.; SILVA, G. P. Construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, RJ: SBS, 2009.

SILVA, M. C. M. **Redes sociais intraorganizacionais informais e gestão**: um estudo nas áreas de manutenção e operação da planta hyco-8, Camaçari, BA. 2003. Dissertação de Mestrado em Administração. Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SMELSER, Neil J.; SWEDBERG; Richard. Introducing Economic Sociology. **The Handbook of Economic Sociology**, Second Edition, 2005.

TAMBARÁ, Elomar. **RS**: modernização e crise na agricultura. 2 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95p.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. RAP Rio de Janeiro, 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

TRENTIN, I. C. L.; WESZ JUNIOR, V. J. A abordagem territorial no diagnóstico das agroindústrias familiares. In: Encontro de Economia Gaúcha, 2006, Porto Alegre. **Anais do Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t03.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2014.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2012, v.50, n.1, p.157-174. ISSN 0103-2003.

VIEIRA, L. F. **Agricultura e Agroindústria Familiar**. Rio de Janeiro, 1997.
Disponível em:<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/ag-agroind-fam.pdf>>. Acesso em: 06. jun.2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WAQUIL, Paulo Dabdad; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis**. Methods and Applications. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. **Cadernos do CEOM**. Ano 23, n.32. Etnicidades.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **Política Pública da Agroindustrialização na Agricultura Familiar**: uma análise do Pronaf-Agroindústria. RESR, Piracicaba, SP, v.48, n.4, p.567-596, out./dez. 2010.

WILLIAMSON, O. E. **Las instituciones económicas del capitalismo**. Ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1989, pp.1352.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. n.13, out. 1999. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/159>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2., p.805-824, 2002.

_____. Os Gigantes da Indústria Alimentar entre a Grande Distribuição e os Novos Clusters a Montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v.18, abr. 2002.

_____. **Redes, mercados e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WOLF, Eric. ***Sociedades camponesas***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p.13-87.

YIN, Robert K. ***Estudo de caso***: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. ***Estudo de caso***: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS

Nome: **Adelino Baum Huttner**

Nome: **Antônio Klasen**

Nome: **Aliani Hartnerig Maltzahn**

Nome: **Erica Albrecht Kojven**

Nome: **Iolanda Geri Ritter**

Nome: **João Carlos Bosembecker**

Nome: **Mirian Jeske Bubolz**

Nome: **Mirian Rozane Britto da Costa**

Nome: **Romilda Hax**

Nome: **Rejane Schlotz Kohler**

**APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:
AGRICULTORES FAMILIARES DONOS DE AGROINDÚSTRIAS**

BLOCO1: CARACTERIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA E FAMILIA

1. INFORMAÇÕES GERAIS AGROINDÚSTRIA:

Nome entrevistado:
Nome Agroindústria:
Produto (s):
Estrutura física:
Localização:
Descrição da força de trabalho:
Legalizada/ ou em fase de legalização:

2. ASPECTOS SOCIAIS FAMÍLIA:

Número de pessoas que residem no domicílio?

Idade

Parentesco

Quais atuam na agroindústria, seus respectivos papéis e responsabilidades?

Existem pessoas contratadas?

SIM

Não

Em caso de SIM:

Qual modalidade em tempo integral/parcial? Quais são os motivos que levaram a escolher estas pessoas para trabalhar em sua agroindústria?

BLOCO 2: TRAJETÓRIA DA FAMILIA

- 1) Qual atividade exerciam antes da agroindústria?
- 2) Quais fatores, pessoas, instituições motivaram o desenvolvimento da atividade?
- 3) Qual a trajetória da agroindústria- na história da família?

- 4) Quanto tempo atuou na informalidade? Quais mercados eram acessados? E hoje quais os mercados acessam?
- 5) Desenvolvem alguma atividade coletiva com algum vizinho, amigo ou familiar? Quais? E o que motivou?
- 6) Participou de cursos, quais e quem promoveu?
- 7) Qual o apoio e papel da família na consolidação e desenvolvimento da agroindústria?
- 8) Quais instituições contribuíram e de que forma com a consolidação da agroindústria?
- 9) Acessou alguma política pública para desenvolver atividade? Mudou alguma coisa?
- 10) Faz parte de alguma associação ou cooperativa? O que motivou sua participação? Você convidou e levou outras pessoas?
- 11) Como se dá a comunicação e troca de informações entre os agricultores/instituições? Algo mudou?
- 12) Desenvolve atividades coletiva: ajuda mútua entre vizinhos, familiares para atender a produção/comercialização?
- 13) Participa em eventos/representante em sindicatos/
- 14) Relações Sociais e Institucionais (Redes):

ANEXOS



SEMINÁRIO DA POLÍTICA ESTADUAL DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÃO ESTADUAL PARTICIPATIVO PARA A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2013